



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
BRASILEIRA E TEORIA LITERÁRIA**

**RODA DOS EXPOSTOS:
Deslocamentos do Livro ao Jornal**

DOUTORADO

Rosane de Albuquerque Porto

**Florianópolis
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
BRASILEIRA E TEORIA LITERÁRIA**

Rosane de Albuquerque Porto

**RODA DOS EXPOSTOS:
Deslocamentos do Livro ao Jornal**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira e Teoria Literária.

Orientadora: Prof^a. Ana Luiza Britto Cezar de Andrade, Dr^a.

Área de Concentração: Teoria Literária.

Linha de Pesquisa: Teorias da Modernidade.

Florianópolis
2011

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Porto, Rosane de Albuquerque

Roda dos Expostos : Deslocamentos do livro ao jornal /
Rosane de Albuquerque Porto ; orientadora, Ana Luiza
Britto Cezar de Andrade - Florianópolis, SC, 2011.
224 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Literatura.

Inclui referências

1. Literatura. 2. Roda dos Expostos. 3. Abandono. 4.
Crônica. 5. Mercadoria. I. Andrade, Ana Luiza Britto Cezar
de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Literatura. III. Título.

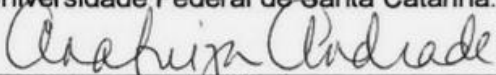
“Roda dos expostos: deslocamentos do livro ao jornal”

ROSANE DE ALBUQUERQUE PORTO

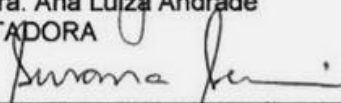
Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título

DOCTORA EM LITERATURA

Área de concentração em Literaturas e aprovada na sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

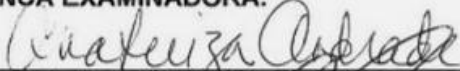


Prof.ª Dra. Ana Luiza Andrade
ORIENTADORA




Profa. Dra. Susana Célia Leandro Scramim
COORDENADORA DO CURSO

BANCA EXAMINADORA:



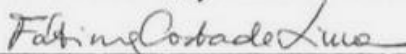
Prof.ª Dra. Ana Luiza Andrade (UFSC)
ORIENTADORA E PRESIDENTE



Prof. Dr. Antônio Carlos Santos (UNISUL)

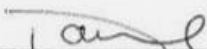


Prof. Dr. Luiz Felipe Guimarães Soares (UFSC)



Prof.ª Dra. Fátima da Costa Lima (UDESC)

Prof.ª Dra. Simone Curi (UFSC)



Prof.ª Dra. Daisi Vogel (UFSC)

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Ana Luiza Andrade pelas orientações preciosas a este trabalho, sempre a tempo a cada pensamento, a cada palavra, a cada costura de parágrafos, a cada abertura de leques, a cada lance de dados.

Aos colegas de aula durante a trajetória na UFSC, curiosos sobre a tal roda que parecia nunca parar de girar em pesquisas e ensaios teóricos. Caio foi fundamental, assim como Fátima, gastando tabaco enquanto tomando café nas poucas horas de intervalo.

Ao Prof. Dr. Raúl Antelo, por tantas vezes levar-nos ao gozo de arriscar profanações.

À Profª Drª. Susana Scramin por tanta e toda poesia.

Aos colegas professores e técnicos do Curso de Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Cinema) da Unisul pela força ao movimentar a roda diária.

Aos meus alunos que com suas pesquisas disseram-me que era preciso ir adiante.

A minha família pela impaciência, porque a cada interrupção tive a chance de brigar por este trabalho.

Aos amigos *on line* do exterior: Kuwait, Jordânia, Marrocos, Espanha, Portugal, Canadá, Reino Unido, Holanda, Austrália, Áustria, Croácia, Sérvia, Romênia, Japão, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e México pela remessa de informações, inúmeras sugestões de canais para leitura e coleta de dados, *network* vital para este trabalho.

Aos meios de comunicação, revistas e jornais, que sabendo da pesquisa entraram em contato para perguntas que nem sempre soube responder. Talvez ainda não saiba, mas as perguntas e respostas certamente estão embutidas no texto, assim mesmo rabiscadas.

RESUMO

Esta tese gira a roda dos expostos – mecanismo de recolhimento de crianças abandonadas ao longo de dois séculos no Brasil – em dois movimentos. No primeiro, o objeto, como reminiscência e mercadoria da modernidade, desenha a imagem alegórica da ordem social, catástrofe do progresso que consagra a relação capitalista de inclusão e exclusão. No segundo, como ponto de interseção, expõe o enigma da soberania que submete aquele que, uma vez a-bandonado, é exposto à vida nua, mas também a uma relação com quem o abandona. Ou ainda, a roda, para além da solução para o enjeitamento, expõe o modelo do mundo humano que consagra a vida nua a uma zona de indeterminação, movimento que leva às coisas a serem assim, sem abrigo, portanto abandonadas e expostas. Este trabalho toma como referência o noticiário recente sobre abandono de crianças em diversos pontos do mundo em locais ermos ou em mecanismos mediados por câmeras e sensores, mas especialmente as crônicas de José Vieira Fazenda (1906), sob o título *A roda*; o romance *A Luneta Mágica*, de Joaquim Manoel e Macedo (1869); e o conto *Pai Contra Mãe*, de Machado de Assis (1906), parte da coleção “Relíquias da Casa Velha”, que referenciam o tosco objeto de madeira. Em espaços e tempos distintos, o objeto, tal qual a roda da fortuna enseja um jogo de anjos e demônios, ou a falsa moeda de versos e reversos. A roda dos expostos, pela literatura, e as múltiplas faces de assistência ao abandono de crianças, pelos jornais, produz efeitos similares em sua indecibilidade: inclui e exclui, sugere o princípio da vida, mas também da morte, determina e indetermina, lança a sorte ou o azar, como num lance de dados.

Palavras-chave: Roda dos Expostos. Abandono. Reminiscência. Crônica. Mercadoria. Jornal.

RESUMEN

Esta tesis pone la “rodas dos expostos” (la rueda de los expósitos) - mecanismo de apoyo para los niños abandonados más de dos siglos en Brasil - en dos movimientos. Al principio, el objeto, como una reminiscencia de la mercancía de la modernidad, el dibujo de la imagen alegórica de orden social, el progreso de desastre para afianzar la relación capitalista de la inclusión y la exclusión. En el segundo, como un punto de intersección, expone el dilema de la soberanía que los sujetos que, una vez a-bandonados, se exponen a la nuda vida, sino también a una relación con quien el abandona. La rueda, además de la solución de los expósitos, expone el modelo del mundo de los humanos que consagra la nuda vida a una zona de indeterminación, un movimiento que conduce a las cosas que son así, las personas sin hogar, abandonadas y expuestas de esta manera. Este trabajo toma como referencia noticias recientes acerca de los niños abandonados en diferentes lugares del mundo, como sitios remotos o en mecanismos mediados por las cámaras y sensores, pero sobre todo las crónicas de José Vieira Fazenda (1906), bajo el título *A roda*, así como la novela *A Luneta Mágica*, de Manoel Joaquim Macedo (1869), y el cuento *Pai contra Mãe*, de Machado de Assis (1906), parte de la colección "Relíquias da Casa Velha", en referencia al objeto de madera en bruto. En diferentes tiempos y espacios, el objeto, como la rueda de la fortuna, trae consigo un juego de ángeles y demonios, o la moneda falsa de anversos y reversos. A “roda dos expostos”, por la literatura y las múltiples facetas de la asistencia a los niños abandonados, y también por los periódicos, produce efectos similares en su indecibilidad: incluye y excluye, sugiere el principio de la vida así como de la muerte, ciertos e inciertos lanzamientos, suerte o mala suerte, como un rollo de los dados.

Palabras-clave: Rueda. Expósitos. Reminiscência. Crônica. Mercancía. Periódicos.

ABSTRACT

This thesis runs the “roda dos expostos” (foundling wheel) – support mechanism for abandoned children over two centuries in Brazil - in two movements. At first, the object, as reminiscent and modernity’s product, inspires the allegorical image of social order, progress of disaster to entrench the capitalist relation of inclusion and exclusion. In the second movement, as a point of intersection, exposes the conundrum of sovereignty that subjects who, once abandoned, is exposed to bare life, but also a relationship with whoever abandons. At the same time the wheel, in addition to the solution of the foundling, exposes the model of human world that enshrines the bare life to a zone of indeterminacy, a movement that leads to things being so, the shelterless, abandoned and thus exposed. In this sense, the work takes as reference the recent news about children being abandoned at various places in the world in remote places or mechanisms mediated by cameras and sensors, but especially José Vieira Fazenda’s chronics (1906), under the title *A roda*, besides Manoel Joaquim Macedo’s novel, *A Luneta Mágica* (1869), and Machado de Assis’s short story, *Pai contra Mãe* (1906), part of the collection “Relíquias da Casa Velha”, referring to the rough wooden object. In different times and spaces, the object, like the wheel of fortune brings about a game of angels and demons, or the false currency of verses and reverses. The foundling wheel by the literature, with multiple facets of assistance to abandoned children, as well as newspapers, produces similar effects in its undecidable: includes and excludes, suggests the principle of life but of death, certain and uncertain, launches luck or bad luck, like a roll of the dice.

Keywords: Wheel. Abandoned. Reminiscence. Chronics. Product. Newspaper.

SUMÁRIO

1 A EXPOSIÇÃO DA RODA	15
1.1 A MITOLOGIA DOS EXPOSTOS.....	22
1.2 O MODERNO MODELO URBANO.....	25
1.3 TECNOLOGIA DO ABANDONO: RODA-UR-FORMA DAS BABYKAPPLES.....	29
1.4 POR QUE A RODA?.....	33
1.5 O OBJETO FORA DE MODA.....	39
2 MEMÓRIAS DE VIEIRA FAZENDA	49
2.1 A CRÔNICA-EXPOSIÇÃO.....	63
2.2 A ECONOMIA DO ENJEITAMENTO.....	72
2.3 A MATÉRIA SÓLIDA DO PASSADO.....	82
3 DESLOCAMENTOS DO OBJETO	85
3.1 A LUNETAS DE MACEDO.....	89
3.2 O ESTEREOSCÓPIO DE SIMPLÍCIO.....	98
3.3 A RODA DO BEM E DO MAL.....	103
3.4 O ARTEFATO EM TORNO AO QUE RODA.....	108
4 APARELHOS DA CASA VELHA	117
4.1 O SER-ASSIM: NEM TODOS VINGAM.....	121
4.2 A VIDA NUA EM <i>BANDO</i>	128
4.3 EX-POSTOS À VIDA E À MORTE.....	131
5 O SER COMO EX-POSTO	135
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

1 A EXPOSIÇÃO DA RODA

O passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente.
Charles Baudelaire¹

No meio de uma noite fria de abril de 2006, o miado insistente de um gato acordou o proprietário de uma casa em Colônia, na Alemanha². Ao abrir a porta de casa para verificar o barulho do gato, o proprietário viu um menino recém-nascido na soleira da frente à beira da hipotermia. Um ano depois, em fevereiro de 2007, do outro lado do Atlântico, no Canadá³, uma menina com apenas poucas horas de vida foi resgatada por policiais de Saskatoon, capital de Saskatchewan. O bebê fora deixado também na porta de uma residência, ao ar livre, sob uma temperatura de 29 graus Celsius negativos, mas resistiu ao frio intenso até o momento do resgate.

Poucos meses depois, na madrugada de julho de 2007 na América do Sul, um menino ainda sujo de sangue e com o cordão umbilical a mostra, foi salvo por uma cadela após ter sido abandonado em um terreno baldio de Santo Antônio do Monte, região centro-oeste de Minas Gerais⁴. A cadela arrastou para a rua uma caixa de papelão em que o bebê estava e, latindo, chamou a atenção da vizinhança. Oito meses após, no início de fevereiro de 2008, uma menina com três dias de vida foi encontrada por policiais militares de Florianópolis⁵, alertados por um telefonema anônimo. Também era madrugada e a bebê foi

¹ BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade. Tradução de Teixeira Coelho. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, p. 9.

² Gato salva vida de bebê na Alemanha. Folha *On Line*, 15/04/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u94869.shtml>

³ Polícia busca mãe de bebê abandonado a 29º C negativos no Canadá. Folha *On Line*, 05/02/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104420.shtml>.

⁴ Cadela salva recém-nascido abandonado em MG. Agência Estado, 23/07/2008. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/07/23/ult4469u28790.jhtm>.

⁵ Recém-nascida é abandonada em terminal de ônibus em Florianópolis (SC). Folha *On Line*, 05/02/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u369845.shtml>

resgatada no terminal de ônibus com um bilhete que pedia sua adoção.

Na sequência, em outubro de 2008, no Kuwait⁶, um bebê recém-nascido foi abandonado em um *container* de lixo próximo a um restaurante em Kuwait City, capital do país. Nessa mesma época, na Ásia, latidos fortes alertaram para o abandono de uma menina recém-nascida em Bihar, em Nova Delhi⁷, desta vez sob um monte de folhas e barro. Tais histórias, registradas em diferentes partes do planeta, resumem apenas parte de recortes de jornais lidos na *Internet*, dando conta do abandono cotidiano de crianças recém-nascidas, entre 2006 e 2008, período delimitado para esta pesquisa.

A leitura de notícias, para além de expor o espetáculo que carrega a sociedade de simulacros, conforme Guy Debord⁸ - aludindo à imagem como engano - abre-se também ao que Mario Perniola, com sua “filosofia do presente”, considera como imagens de um mundo pleno ou *pleroma*, no qual tudo está disponível⁹: “As imagens em sua possibilidade e potência de produzir de novo a vida, a experiência, isto é, o pensamento sobre o mundo, que é o produtor do próprio mundo”. Estamos sujeitos, assim, a um turbilhão de imagens cotidianas, em que o conhecimento¹⁰:

[...] não é simplesmente a revelação de um segredo, nem a iluminação de algo obscuro, nem, enfim, a exposição de um conceito dado *a priori*, mas o estender, o deslindar, o exprimir algo que está embrulhado, envolto, recolhido.

⁶ *New baby found in a garbage container. Arab Times, Kuwait, 26/10/2008.* Disponível em:

<http://www.arabtimesonline.com/client/pagesdetails.asp?nid=38612&ccid=22#>

⁷ *Dogs “rescue” girl abandoned by mother. Reuters, 22/04/2008.* Disponível em: <http://www.reuters.com/article/oddlyEnoughNews/idUSDEL21859920080422>.

⁸ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Editora Contraponto, 1997.

⁹ SCRAMIM, Susana. “Apresentação”. In: PERNIOLA, Mario. *Enigmas, egípcio, barroco e neobarroco na sociedade e na arte*. Tradução de Carolina Pizzolo Torquato. Chapecó: Argos, 2009, p. 15.

¹⁰ *Ibid.* p. 24.

No decorrer da pesquisa para esta tese, deparei-me com estilhaços - talvez “pleromas”, um turbilhão de imagens -, ao “desfolhar” notícias em diversos *websites*, recolhendo histórias que relatei anteriormente dando conta de um tema recorrente no noticiário: o abandono de crianças recém-nascidas em pontos diversos do mundo que, por vezes em circunstâncias inusitadas, projeta imagens serializadas. Contudo, mais que séries, tais imagens produzem constelações em tempos e espaços distintos, cujas dobras e redobras desdobram-se ao longo deste trabalho tomando como referência o noticiário que dá conta de mecanismos para o recolhimento de bebês abandonados.

Partindo de um exercício de dispersão e reunião - leitura do presente como teatro da repetição e do esquecimento -, esta tese, contudo, não trata especificamente do abandono de crianças, mas de um objeto esquecido que está gravado em textos literários e nas notícias de jornal: a roda dos expostos. Durante 200 anos, o mecanismo serviu para recolher bebês enjeitados no Brasil e no mundo. Ao rememorar a roda dos expostos, este estudo não pretende ensejar o retorno do mesmo ou do idêntico de algo, por assim dizer, mas de um diferente, preso à identidade do próprio retorno.



11

¹¹ Roda exposta no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro

Retorno, assim, constitui-se como regra do jogo de devires, não de uma representação ou sequer evolução do objeto capturado em espaços e em tempos distintos, mas de diferenças que se repetem indefinidamente. Como em Gilles Deleuze, “o gênio do eterno retorno não está na memória, mas no desperdício, no esquecimento tornado ativo”¹², como um esvaecimento em que relativos fundem-se num momento total de desaparecimento e aparecimento.

Ainda em Deleuze: “Se o eterno retorno é uma roda, é preciso ainda dotá-la de um movimento centrífugo violento que expulsa tudo o que ‘pode’ ser negado, o que não suporta a prova”¹³. Este estudo, assim, propõe movimentar o objeto roda para além do eixo de rotação forjado pelo historicismo, que busca dar conta de sua arqueologia, ou das correntes positivistas que enxergam no dispositivo a solução para os enjeitados. Neste jogo de introdução, algumas notícias de jornal foram dispostas como uma colcha de retalhos ou um emaranhado de “agoras”, como aqueles que em Benjamim¹⁴ fazem brotar deslocamentos, curvas e recurvas partindo de endereços diversos.

Tanto quanto em um romance ou em um conto, quando resguardadas as especificidades narrativas, é possível perceber nas crônicas ou ainda nas notícias de jornal a projeção e a proliferação de imagens. Personagens, cenários e objetos, ainda que esfumados pelas significações, não escapam - de um modo ou de outro e aos olhos atentos - a releituras de miudezas e ruínas, mesmo que tais e tantas imagens sejam presença de uma ausência, não tanto pela linguagem, mas, como em Alberto Manguel pela “construção deliberada de um espaço vazio ao espelhar aquilo que já partiu”¹⁵.

Imagens neste trabalho são vistas, contudo, mais especialmente a partir de Walter Benjamin, como as produzidas por um caleidoscópio, que em movimento e por força de uma luz

¹² DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Editora Graal, 1996, p. 59.

¹³ Ibid.

¹⁴ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: Obras escolhidas v. I, Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 229.

¹⁵ MANGUEL, Alberto. Lendo imagens, uma história de amor e ódio. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg e Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 276.

externa ilumina fragmentos produzidos por choques de instantes. Assim, para além da superficialidade que as referencia como meros produtos da indústria cultural, notícias de jornal podem ser percebidas como sorte de imagens ou vácuos entre passado e presente que não cessam de proliferar ideias com possíveis desdobramentos. Entendem-se as notícias de jornal, assim, como fragmentos do cotidiano no vai-e-vem entre passado e futuro, para além de simples construções do real.

Disperso nas páginas, ainda que naturalizado na cultura de massa com lentes objetivas que simulam uma proximidade ou ainda lentes angulares que prometem visão extensa do mundo, o noticiário de jornal - seja impresso ou transmitido via Internet -, desta forma, é passível de produzir imagens que estão impregnadas de estilhaços ou pequenas partes. Mesmo que consideradas, *a priori*, como rotineiras, tais imagens-estilhaços ensejam o desenho de constelações, fragmentos dispersos em parágrafos e tantos recursos textuais. Assim, o noticiário remete às cidades construídas com tijolos-palavras, tal qual no “projeto-passagens” de Walter Benjamin.

Assim, há nas notícias de jornal, como nas crônicas, uma potência que remete ao ato de “remexer numa caixa de guardados”¹⁶ ou de perdidos, articulando passado e presente, sem que essa articulação com o passado signifique “conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”¹⁷. Ana Luiza Andrade considera que as crônicas são como “meio de transporte”, cujas informações tornam-se “uma forma moderna industrial, comparável à da fotografia, na passagem da literatura canônica para o jornal”¹⁸. Notícias de jornal, assim, podem ter potência análoga pela intensa manifestação das palavras a expandir reminiscências, não apenas como representação do passado recente, mas que, em Benjamin, relampejam sinalizando momentos de perigo¹⁹.

Contudo, ainda que em potência, as notícias, quando tidas como simples relatos dos fatos nas páginas dos jornais e da *web*,

¹⁶ WERNECK, Humberto (org). Crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 7.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: Obras escolhidas v. I, Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224.

¹⁸ ANDRADE, Ana Luiza. Transportes pelo olhar de Machado de Assis: “passagem entre o livro e o jornal”. Chapecó: Grifos, 1999, p. 11.

¹⁹ BENJAMIN, Walter, op. cit.

tendem a significados que consagram representações simbólicas, tal qual nos livros ou documentos oficiais. E, deste modo, tais símbolos podem ser genericamente lidos como regimes de verdade. Notícias, contudo, estão abertas e sugerem leituras detidas que despertem re-significações de ideias, já que nomes e cenários latentes, embrulhados no papel ou embalados eletronicamente, podem ir além da construção utilitarista da história. Tais e tantos possíveis desdobramentos produzem armadilhas para olhares que, mesmo atentos, correm o risco de cruzar pontes com o positivismo e a verdade mercadológica sobre o cotidiano.

Desta maneira, importa folhear o noticiário não apenas para conhecer o que realmente foi – sob o olhar previamente iluminado pela ideia do progresso de que tudo dá conta -, mas para produzir um exercício de articulação por estilhaços, leitura que busca quebrar encadeamentos e produções de sentido lógico ou, ainda, desarticular processos de nomeação e explorar incompletudes. Para além do fetiche mercadológico contido no noticiário, é possível na leitura diária, então, reler ruínas, ainda que a informação da imprensa imponha uma atrofia da experiência coletiva e reforce o isolamento individual.

A partir de Benjamin, remeto a leitura do noticiário à tarefa do trapeiro que coleciona os restos com que se depara cotidianamente no lixo urbano²⁰. Assim, o trapeiro enseja a rememoração ao recolher o que foi abandonado ao insignificante da história ou da narrativa tradicional, buscando rastros que correm o risco de apagamento, marcas ou pistas dispostas nos escombros. Deste modo, o noticiário sobre objetos, personagens e cenários abre-se à leitura alegórica referenciada nos conceitos de Benjamin em *Origem do drama barroco alemão*²¹, em que a alegoria é algo que remete dialeticamente a outras significações. Se assim pode ser considerado, o método para garimpar estilhaços, ainda em Benjamin, é como escovar as notícias no contrapelo das palavras que as articulam.

²⁰ BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas II. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 78.

²¹ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 275.

A busca dos recortes de jornais intensificou-se a partir do desfecho de um caso emblemático de abandono de recém-nascido, registrado em Belo Horizonte. Em janeiro de 2007, com ampla divulgação nos principais veículos do país, Simone Cassiano da Silva, de 30 anos, acusada de atirar a filha de dois meses na Lagoa da Pampulha um ano antes, foi condenada a oito anos de prisão em regime fechado. Sentenciada por “tentativa de homicídio qualificado, por motivo torpe e com uso de meio cruel contra dependente”, Simone alegou ter abandonado a filha por sofrer de depressão²².

A partir deste acontecimento, a imprensa e organismos de proteção à infância de todo o país passaram a dar mais atenção aos casos de abandono e exposição de crianças. No decorrer da pesquisa, entre 2006 e 2008, pude ler e observar que a temática ocupava gradativamente maior espaço nas páginas dos “webjornais”. Esta tese, que tem como estudo o mesmo objeto de minha dissertação de Mestrado, como será visto na sequência, não trata de problematizar ou sugerir encaminhamentos para o abandono de crianças recém-nascidas, mas parte do enfeitamento para o estudo do objeto depositário dos abandonados.

Para acompanhar os relatos da imprensa, adotei como metodologia o rastreamento de notícias via *Internet*, já que praticamente todos os veículos de comunicação do Brasil e do mundo mantêm seus *sites* noticiosos *on line*. A coleta de informações foi facilitada por uma ferramenta de busca conhecida como RSS²³. Notícias e sugestões enviadas através de *e-mail* por amigos e conhecidos que vivem em diversos pontos do país e do exterior também foram fundamentais para esta pesquisa.

Os recortes do presente, embora fragmentados e dispersos em várias fontes de informação, produzem mais que uma cadeia de acontecimentos, e como em Benjamin, levam a um *continuum* da história. Deste modo, tais recortes trouxeram à tona o abandono de crianças – como num movimento centrífugo

²² Mãe que jogou bebê em lagoa é condenada. Folha *On line*, 21/01/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200717.htm>

²³ RSS é a abreviatura de *rich site summary*, criada para que os internautas possam acessar rapidamente a notícias dos diversos produtores de informação, conforme interesse pessoal.

mencionado por Deleuze – que remetem a uma prática recorrente na Antiguidade que se desdobra aos tempos modernos, conforme Maria Luiza Marcílio²⁴:

Abandonar bebês é um fenômeno de todos os tempos pelo menos no Ocidente. Variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito. Há variadas evidências da extensão do fenômeno em praticamente todas as grandes civilizações da Antiguidade. No Código babilônico de Hamurábi, no II milênio a.C. aparece a primeira regulamentação escrita sobre o abandono de crianças: ‘Se um homem tomou uma criança para adotar com o seu próprio nome e a educou, esse filho adotivo não pode ser reclamado’. Na tradição judaica, dois exemplos fortes e centrais de abandono de bebês são de todos conhecidos e aparecem nas escrituras do Antigo Testamento. O primeiro é o de Ismael, filho de Abraão e de sua escrava Agar. Sara, quando se casou com Abraão, exigiu que ele expulsasse Agar e seu filho para o deserto. Sem água e sem ter o que comer no deserto, Agar abandona Ismael sob um arbusto, para não vê-lo morrer. Mas Deus salva-o e promete fazer da descendência de Ismael um ‘grande povo’ (Gên.: 21, 8-23)”.

1.1 A MITOLOGIA DOS EXPOSTOS

Assim como a narrativa do Antigo Testamento aponta no Livro do Gênesis o abandono de Ismael, o Livro do Êxodo, por sua vez, revela a exposição de Moisés, personagem bíblico consagrado por liderar a fuga dos hebreus do Egito rumo a Canaã, a terra prometida e antigo nome da Palestina. Moisés,

²⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada no Brasil. SP: Editora Hucitec, 1998, p.21, cit. Goody, Jack. *Adoption in cross-cultural perspective. Comparative studies in society and history*, (1):55-78, jan. 1969, p.55.

filho da casa de Levi, teria nascido no tempo do Faraó Seth, que ao ver os hebreus tornarem-se numerosos e temendo uma revolta contra o Egito, além de submetê-los à escravidão determina a morte de bebês descendentes do sexo masculino. Para impedir que fosse morto, o pai de Moisés o abandona à própria sorte em um cesto de junco à beira do Nilo²⁵. Mas o bebê foi resgatado por Thermuthis, a filha do faraó, enquanto banhava-se nas águas do rio.

O bebê sobrevive e é adotado pela filha do soberano egípcio, que o chama de Moisés, nome que significaria “aquele que é retirado” ou “nascido das águas”. Após o abandono no cesto de junco e da posterior adoção, a vida de Moisés é atravessada, conforme a história bíblica, por uma série de missões divinas, que envolvem a abertura do Mar Vermelho e a recepção das Tábuas dos Dez Mandamentos, vindas de Deus no Monte Sinai. Personagem fictício ou lenda que se constituiu através da oralidade de tempos em tempos, o fato é que a tradição judaico-cristã atribui a Moisés a autoria dos cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco.

A mitologia menciona outros bebês, que se consagram como deuses também tendo sido vítimas de enfeitamento. É o caso de Júpiter²⁶, deus da luz, filho de Saturno e Cíbele. Conta a lenda grega que Saturno, alertado por oráculos que um de seus descendentes lhe tomaria o trono, passou a comer os filhos recém-nascidos. Farta de ver os filhos serem comidos pelo pai, ao parir Júpiter, Cíbele engana Saturno que, assim, engole uma pedra no lugar do bebê. Júpiter, então, é entregue a ninfas que viviam numa floresta longe da Ilha de Creta e é amamentado por uma cabra. Quando se torna adulto enfrenta o pai e o obriga a vomitar todos os filhos que havia devorado.

As lendas gregas ainda citam como bebês abandonados outros personagens como Esculápio, Hefesto, Príamo, Licasto e Parrásio, que, sobrevivendo de uma forma ou de outra, foram salvos pela nobreza. Tão rica quanto a mitologia grega, a mitologia romana expõe o emblema dos gêmeos Rômulo e Remo, que seriam filhos de Marte e também bebês abandonados em uma cesta no rio Tibre. Mas, amamentados por uma loba,

²⁵ Bíblia Sagrada. *Êxodus*, 2, 1-10.. São Paulo: Editora Epê e Editora Maltese, 1985, p: 54.

²⁶ BRANDAO, Junito de Souza. Mitologia grega. Petropolis: Vozes, 1986.

vivem para o culto como fundadores de Roma. Na filosofia clássica grega, Platão (*A República*) e Aristóteles (*Política*) referem-se ao abandono de crianças como medida cívica e de controle da população, conforme Marcílio²⁷:

O poder do pai sobre os filhos era absoluto na Grécia. Era-lhe permitido matar, vender ou expor os filhos recém-nascidos. A deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. O aborto era legítimo e o infanticídio admitido. Muitas vezes, ao abandonar um filho, os pais deixavam-lhe sinais para futuras identificações, no caso de terem a intenção de reaver a criança. Pedacos de madeiras ou metades de moeda, para tanto partidas, por exemplo, eram deixados junto com o bebê na hora de abandoná-lo. Mais tarde, podiam-se juntar as duas partes, comprovando a identificação dos pais. Essa prática seria preservada na Europa até fins do século XIX e transposta para o Brasil tradicional.

Releituras de documentos históricos, pesquisas acadêmicas e livros, as tantas fontes deste trabalho, juntamente com as notícias de jornais revelam estratégias criadas para combater o infanticídio e o aborto, mas que não evitaram o abandono de recém-nascidos, prevalecendo, assim, o pátrio ou mátrio poder quanto ao destino de filhas e filhos, frutos de relações consideradas ilícitas ou gerados em meio a condições desfavoráveis ao sustento, tanto quanto vítimas de deformações físico-psíquicas.

Com a desagregação do mundo romano, invasões bárbaras e a emergência da Idade Média, a pobreza servia, de modo geral, como espécie de justificativa para o enjeitamento e a exposição de recém-nascidos em toda a parte. Em via paralela, o abandono, também em desagravo à vontade dos deuses, era praticado por ricos e pobres²⁸:

²⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 23.

²⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 25

As causas eram variadas: enfeitavam-se ou afogavam-se crianças malformadas; os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê; os ricos, ou porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros existentes.

No século XIX, a urbanização das principais cidades do mundo – impulsionada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa – compartilhou características comuns, como a reconfiguração do espaço público, tanto quanto do privado, além da adoção de mecanismos de ordenação social. Uma coleção de leis e decretos impôs novas regras de comportamento individual e coletivo nas principais cidades. Conforme Michel Foucault, “instituições de sequestro” – fábricas, hospitais, prisões e escolas - foram criadas nesta época como “aparelho de normalização dos homens”²⁹. Gradativamente, “o espetáculo punitivo”³⁰ instituído pela justiça foi cedendo lugar a um arranjo mais sutil de sofrimentos, a acontecimentos despojados de ostentação.

1.2 O MODERNO MODELO URBANO

A adoção contemporânea de medidas para o recolhimento de crianças na tentativa de evitar que sejam deixadas ao relento e ameaçadas de serem devoradas por animais – ainda que cães e gatos vadios citados pela imprensa pareçam provar em contrário – faz brotar reminiscências e, sem dúvida, remete à criação dos antigos asilos, lares e hospícios de amparo a bebês enfeitados ao longo da história, mas particularmente desdobra o labirinto em que se insere a roda dos expostos, mecanismo especialmente regulamentado pelas monarquias ocidentais entre os séculos XVII e XIX ou ainda mais longe, em 1198.

²⁹ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1996, p: 114.

³⁰ Id. Vigiar e punir – História da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 14

Teria sido nessa época que o Papa Inocêncio III - alarmado com o imenso número de recém-nascidos atirados ao rio Tibre - determinou providências para a criação de dispositivo de amparo aos abandonados. Registros dão conta³¹, porém, de iniciativas ainda mais remotas como a do primeiro albergue para crianças enjeitadas de Milão, criado em 787, inspirando ações posteriores em outras cidades italianas – Siena (832) e Pádua (1000) – alastrando-se por cidades da Europa Ocidental como Montpellier (1070). Mais tarde, a ideia teria sido adotada também em Marselha (1199), Einbeck (1200), Florença (1317), Lisboa (1321), além de Paris (1326), e de Nuremberg (1331).

Como num ritual de purificação e estratégia do progresso, para expurgar o velho e dar lugar ao novo modelo urbano, construções antigas foram demolidas para o alargamento de ruas cercadas por imensos jardins, modificando-se o convívio social e, ao mesmo tempo, levando ao afastamento das populações mais pobres para as regiões periféricas. No Brasil, o efeito chegou com intensidade ao Rio de Janeiro. A remodelação da cidade começou em meados dos anos 1800, a partir da reforma ou da construção de novos prédios e da sucessiva revisão de leis.

Foram ensaios para a mudança drástica que aconteceria décadas mais tarde, na virada para o século XX, com destaque para a política do “bota abaixo” do Prefeito Francisco Pereira Passos³², que submeteu a cidade a um gradativo apagamento de memória, inspirado nos modelos europeus, mais especialmente de Paris. O objetivo das reformas era enterrar a imagem da cidade decadente, quando os habitantes eram na maioria analfabetos.

Hábitos de higiene, sistemas de água, luz e saneamento eram precários, e a população crescia por conta da imigração europeia e da abolição dos escravos negros que deixaram as

³¹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775. Brasília, UnB, 1981, p. 233, apud TRINDADE, Judite Maria Barboza. *O abandono de crianças ou a negação do óbvio*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.37 [cited 2009-11-10], pp. 35-58 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881999000100003.

³² Prefeito nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves em 1902, Pereira Passos foi o responsável pelas obras de reforma do Rio de Janeiro, especialmente a demolição de centenas de prédios na região central da cidade. Seu mandato foi até 1906.

senzalas e rumaram à cidade em busca de trabalho. Os debates restritos à elite aristocrática e latifundiária do Brasil pré e pós-res-pública incorporaram a promessa e implantação do moderno aqui e agora e, assim, privilegiando o princípio da exclusão.

Desde o século XVIII, o iluminismo burguês prometia a felicidade material momentânea, como estratégia para soterrar a concepção teológica do paraíso pós-morte. A mudança da disposição de objetos no espaço – edifícios e ruas – foi um “exemplo clássico de coisificação”³³ ao criar uma utopia para a promoção do Estado, deixando intactas as relações sociais e expondo o fracasso social da industrialização. O progresso material chegou a ser uma religião no século XIX, criando a ilusão de que a industrialização eliminaria as divisões de classe. Susan Buck-Morss aponta:

O iluminismo burguês desafiou a posição teológica de que cidades celeste e terrena fossem termos contraditórios, uma cheia de pecado e sofrimento e a outra um lugar de redenção e bem-aventurança eternas. Convocou os seres humanos a usarem sua própria razão, dotada por Deus para criar a cidade “celeste” aqui e agora, e como paraíso terreno, sendo a felicidade material um componente básico de sua construção. A revolução industrial parecia tornar possível a realização prática do paraíso. No século XIX, as capitais da Europa, e em seguida as do mundo inteiro, se transformaram dramaticamente em brilhantes espetáculos, expondo a promessa da nova indústria e da tecnologia como se caídas do céu – e nenhuma cidade resplandecia com mais fulgor que Paris.³⁴

No Brasil do século XXI, há quem defenda a ideia de reinstalação da antiga roda dos expostos, instituída pelo governo colonial português no século XVIII e banida pouco depois da ditadura de Getúlio Vargas, no final dos anos 40. A polêmica

³³ BUCK-MORSS, Susan. Dialética do olhar – Walter Benjamin e o projeto das passagens. Tradução de Ana Luiza Andrade. Chapecó/ Belo Horizonte: UFMG/ Argos, 2002, p. 120.

³⁴ BUCK-MORSS, Susan, p. 112.

brasileira, inspirada pelos mecanismos eletrônicos, divide-se entre punir a mãe que abandona ou proteger sua identidade, mas principalmente amparar o enjeitado. Durante esta pesquisa, como já dito, a divulgação de casos de abandono passou a aquecer as discussões quando o Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFam) criou e apresentou ao Congresso Nacional, no início de 2008, um projeto que passou a ser conhecido como “parto anônimo”³⁵, garantindo às grávidas que não desejassem a criança a prerrogativa de entrega para adoção mediante anonimato.

O Instituto, que foi criado em 1997 e diz contar com 5 mil associados em todo o país e no exterior³⁶, inspira-se na iniciativa de países como a Áustria, França, Itália, Luxemburgo e Bélgica, além dos Estados Unidos – cuja medida é adotada em mais da metade dos estados -, onde leis visam garantir a sobrevivência do bebê abandonado, assim como proteger a mãe que abandona com a isenção de penalidades, que poderiam incluir a condenação por infanticídio.

O IBDFam, entre cujos objetivos está a promoção “em caráter interdisciplinar de estudos, pesquisas, discussões e campanhas sobre as relações de família e sucessões”³⁷, aponta que o “parto anônimo” na França – conhecido como *accouchement sous x* – foi legalizado em 1993, “permitindo o apagamento dos traços de identidade dos pais biológicos”³⁸.

O projeto articulado pelo IBDFam foi “adotado” inicialmente pelo deputado federal Eduardo Valverde, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Roraima. No projeto de lei que ofereceu à Câmara Federal, o parlamentar alegou que a ideia era regulamentar o objeto que já existira no Brasil desde o tempo imperial, “quando filhos bastardos eram deixados nas portas dos conventos, na roda”³⁹.

³⁵ Projeto de lei quer legalizar parto anônimo. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação, 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/25/materia.2008-02-25.0211314141/view>

³⁶ Página do IBDFam na Internet: <http://www.ibdfam.org.br/?institucional>

³⁷ Projeto de lei quer legalizar parto anônimo. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação, 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/25/materia.2008-02-25.0211314141/view>

³⁸ Op.cit.

³⁹ Op.cit.

Na sequência, a proposta recebeu a adesão do deputado Sérgio Barradas, do PT baiano, propondo um substitutivo⁴⁰ que sugeriria um registro sigiloso da maternidade para esclarecer futuras dúvidas sobre o abandono⁴¹. Desde o anúncio do IBDfam e dos parlamentares, a questão gerou críticas de várias instituições tais como o Conselho Federal de Medicina e especialistas em direitos da criança⁴² que defendem, ao invés do suporte ao abandono, a “gravidez responsável”.

Sobre o projeto de lei, embora não seja objeto de estudo desta tese, cabe informar que foi arquivado no final de 2010, mas com o início de uma nova legislatura na Câmara Federal, a discussão foi retomada a partir de requerimento do Deputado Sergio Barradas, registrado em fevereiro de 2011. No final do mês de maio de 2011, o projeto voltou às discussões nas comissões técnicas, mas tornou a ser arquivado em junho de 2011 sob a justificativa de inconstitucionalidade.

1.3 TECNOLOGIA DO ABANDONO: RODA-UR-FORMA DAS BABYKAPPLES

No Ocidente ou Oriente, recém-nascidos vivos ou mortos continuam sendo abandonados às portas de residências, em terrenos baldios e lixeiras. Mas o progresso, sem dúvida, conferiu ao abandono de crianças o requinte da tecnologia, protegendo a identidade da mãe e garantindo a sobrevivência do bebê com a criação de mecanismos de vigilância, espaços controlados por câmeras digitais e dotados de bercinhos aquecidos como incubadoras. Tais ambientes dispõem ainda de uma equipe médica de plantão para socorrer o enjeitado em suas primeiras necessidades. A velha roda dos expostos torna-se, assim, ur-forma das babyklappe.

⁴⁰ Proposta de parto anônimo deve receber substitutivo em março. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação, 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/25/materia.2008-02-25.8851250618/view>

⁴¹ Anexo 4: Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre o “parto anônimo”.

⁴² Especialistas divergem sobre proposta de adoção anônima para evitar abandono de bebês. O Globo on line, 04/10/2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/04/298003766.asp>



43

A medida tem a chancela oficial de toda a sorte de políticas, entre as quais as dos governos ditos democráticos ou monarquias constitucionais, especialmente nos países onde o abandono de crianças recém-nascidas é tido como crítico. É o caso da Índia, Paquistão, República Tcheca, África do Sul, Hungria e Áustria, entre outros⁴⁴, conforme naturaliza a mídia arregimentando as massas de leitores para um entendimento sobre o abandono na periferia dos centros de poder.

Na ausência de equipamentos sofisticados, alguns destes países adotaram compartimentos mais simples, mas dotados de janelas, especialmente junto a hospitais onde se pode deixar a criança sem que se possa ser notado. A partir da releitura dos recortes de jornais, percebe-se a tecnologia proliferar especialmente nos países de economia mais avançada, capazes de investir no emprego de sensores de áudio e vídeo, que detectam rapidamente a presença do bebê enjeitado.

É assim a configuração do dispositivo para suporte a crianças abandonadas, que ficou conhecido como “berço da cegonha”, criado pelo governo japonês no início de 2007⁴⁵ junto

⁴³ Imagem da babykapple européia. Disponível em: <http://www.alt.school-scout.de/27965warum-ist-die-babyklappe-so-umstritten>

⁴⁴ *Parto anônimo no mundo*, Instituto Brasileiro de Direito da Família. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=374>

⁴⁵ “Cesta para bebês abandonados” é inaugurada com menino de 3 anos. Folha On Line/EFE, 15/05/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesauade/ultnot/efe/2007/05/15/ult4429u336.jhtm>.

ao Hospital Jikei, de orientação católica em Tóquio. A providência do governo japonês teria como motivação o estímulo à adoção e o limite à prática de aborto, permitindo o abandono do recém-nascido de forma anônima. A caixa japonesa corresponde ao modelo implantado pela Alemanha, a *babyklappe*⁴⁶ (o equivalente a *baby hatch* ou incubadora para bebês), cujo teste foi feito em 2000, em Hamburgo, criada pela Sternipark, associação de apoio à infância, de fundamentação cristã.

O funcionamento dos modelos japonês e alemão é praticamente o mesmo: com o depósito de um recém-nascido na espécie de berçário, o hospital é notificado por alarme, piscar de luzes e imagem de vídeo do enjeitado. Fora destas instituições não há câmeras, de maneira a não identificar quem pratica o abandono. Conforme noticiado, na Alemanha existem cerca de 90 *babyklappe*, instaladas em diversas cidades, cuja operação é sustentada, na maioria, por donativos particulares a hospitais ou instituições religiosas.

A agência de notícias portuguesa Lusa⁴⁷ informa que a Sternipark registrou a ocorrência de pelo menos 20 bebês mortos e abandonados a cada ano no país. Reportagem do *Times On Line*⁴⁸ dá conta de informação similar:

Desperate mothers are being urged to drop their unwanted babies through hatches at hospitals in an effort to halt a spate of infanticides that has shocked Germany. At least 23 babies have been killed so far this year, many of them beaten to death or strangled by their mothers before being dumped on wasteland and in dustbins. Police investigating the murders are at a loss to explain the sudden surge in such cases, which have involved mothers of all ages all

⁴⁶ *'Baby-Drops' introduced in Germany as infanticide cases.* Fox News, 27/03/2007. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/0,2933,261588,00.html>

⁴⁷ Bercários para bebês abandonados na Alemanha. RTP, 03/12/2006. Disponível em: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=133028&visual=3&layout=10>

⁴⁸ *'Dump your children here' Box to stop mothers killing their babies.* *Times On Line*, 27/03/2007. Disponível: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article1572569.ece>

over the country. Now city councils have launched an advertising campaign to highlight the problem and to promote greater use of the Baby-Klappe hatches that allow women to drop off their babies to be found and cared for without having to give their names. Posters were being put up in cities and towns across Germany yesterday, urging women to make use of the Baby-Klappe, with the slogan “Before babies land in the rubbish bin . . .”

Medida semelhante adota o Hospital Wilhelmina, na Áustria, ao divulgar em seu *website*⁴⁹ informações necessárias à mãe que deseja preservar a vida do bebê que pretende não criar. O dispositivo de recolhimento de crianças abandonadas – a *babynest* – integra o complexo de atendimento infantil, que inclui serviço de emergência, unidade intensiva para tratamento neonatal e uma equipe de especialistas pronta para amparar o enjeitado. A diferença é que a mãe pode voltar atrás e recuperar o filho que temporariamente não desejou, bastando para isso preencher um formulário citando as características do bebê, que possibilitem a posterior identificação.

Outra notícia de jornal⁵⁰ dá conta da mesma iniciativa na Itália, de maneira a evitar que recém-nascidos continuassem a ser atirados nas latas de lixo em vários centros urbanos conforme amplamente noticiado por jornais locais. O mecanismo italiano para o recolhimento de enjeitados estreou em 2007 junto a um hospital de Roma e seria estendido, segundo o noticiário a outras regiões do país reproduzindo anúncio do governo italiano à época.

Deste modo, ao mesmo tempo em que os jornais dão a impressão de informar, tratam de propagar a noção dos dispositivos como remédio para o abandono de crianças, reciclando a ideia da roda dos expostos, velha mercadoria do progresso que, como será discutido ao longo deste trabalho, produziu mais exclusão que inclusão. O discurso do progresso baseado nos modelos estrangeiros e embutido nos recortes de

⁴⁹ <http://www.kinderklinik-glanzing.at> ou <http://www.wienkav.at/kav/wil>

⁵⁰ Itália reinventa roda para salvar bebês abandonados. Globo.com, 26/02/2007. Disponível em: <http://bbb.globo.com/BBB7/Internas/0,,AA1469576-7530,00.html>

jornal, em cujas folhas desdobram-se novidades capitalistas falaciosas, torna-se, como em Benjamin, “o inferno da modernidade” a repetir sempre o mesmo.

O objeto roda dos expostos, seguindo com Didi-Huberman⁵¹, ainda surge como uma “supervivência” de larga duração, tornando-se latente, sintoma de uma memória enterrada e que ressurgue anacronicamente quando menos se espera. Desta forma, esta tese propõe expor catástrofes conectadas, camadas interpenetradas através das passagens narradas pelos jornais que estabelecem conexão com as imagens da roda dos expostos que se deslocam em textos literários do passado recente.

Para isso, selecionei os seguintes textos: “A roda”, conjunto de seis crônicas que fazem parte da coleção *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, de José Vieira Fazenda, o conto “Pai contra mãe”, em *Relíquias da casa velha*, de Machado de Assis, e o romance *A luneta mágica*, de Joaquim Manoel de Macedo. Os mecanismos de amparo aos abandonados contemporâneos são como expressão de um mal estar, como a interromper o curso normal da história, quando traz à tona o objeto anacrônico roda.

1.4 POR QUE A RODA?

Conforme mencionei anteriormente, este trabalho parte de muitas referências da pesquisa elaboradas para minha Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem⁵², mas em especial da releitura de crônicas de José Vieira Fazenda, autor de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, obra de cinco volumes, publicada no início do século XX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que considero como ruínas sobre a roda dos expostos.

Além da roda, o autor escreveu sobre outros temas da cidade, ainda que sem a perspectiva tradicional do *flanêur*, que vai às ruas e convive com personagens e objetos urbanos.

⁵¹ HUBERMAN-DIDI, Georges. Ante el tiempo – Historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Ayres: Adriana Hidalgo Editora, 2008, p.17.

⁵² A pesquisa do Mestrado em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina deu-se entre 2004 e 2006. Intitulada *A roda dos expostos e o jogo no discurso de Vieira Fazenda*, está disponível em http://busca.unisul.br/pdf/84915_Rosane.pdf.

Fazenda, diferente de Paulo Barreto – o João do Rio – e Luiz Edmundo, não figura na lista de cronistas cariocas considerados como populares e consagrados. Contudo, é citado por vários autores como historiador ou um ilustre do cotidiano carioca na virada do século XIX para o XX.

Luiz Edmundo faz referência a Fazenda como um dos personagens pitorescos de suas diversas crônicas, incluídas em um dos quatro volumes de *O Rio de Janeiro do meu Tempo*. A impressão de Luiz Edmundo sobre Fazenda desenha a imagem de um personagem cuja vida foi ocupada, além do exercício da Medicina, com a leitura e pesquisas em documentos e jornais, na clausura do gabinete.

Em meio ao cenário de um Rio antigo, Edmundo também relata que as incursões de Fazenda pela cidade restringiam-se ao eixo central, onde morava e trabalhava. Embora na vasta coletânea de textos sobre o Rio, Fazenda concentre-se, em geral, nas temáticas que podem ser vistas como historicistas, dedica-se, a seu modo, aos fatos ditos menores e aos personagens anônimos cuja origem não se pode traçar.

Fazenda também não é um autor do cânone literário, a exemplo de Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, Aluísio Azevedo e Manuel Antonio de Almeida, que em diferentes épocas dedicaram-se a romancear passagens e personagens do Rio de Janeiro entre o Império e a República. No entanto, Fazenda, em certo estilo benjaminiano ou sorte de trapeiro, registrou objetos e nomes que poderiam ter caído no esquecimento, relegados ao soterramento e ao apagamento de memória. Assim como fez com a roda dos expostos, Fazenda dispôs-se a escrever e analisar e questões como enterro de escravos, esgotos sanitários da cidade, passagens de bonde e o costume de usar bigodes como será visto adiante.

Ainda nesta introdução, cabe dizer que esta pesquisa, desde o Mestrado, revela uma busca pessoal: compreender algo mais sobre o passado, especialmente do Rio de Janeiro, cidade onde nasci, para mais tarde migrar para Santa Catarina. A ditadura militar e mesmo o período de redemocratização do país, entre outras providências, retiraram do ensino médio e fundamental das escolas públicas onde estudei, informações sobre a época em que o Rio passou de “porto sujo” a “cidade maravilhosa”. Este trabalho, agora no Doutorado, ainda é parte

deste interesse peculiar e, ao mesmo tempo, uma proposta de expansão do estudo sobre a roda.

Para a pesquisa, estive durante o Mestrado (2005), no Rio de Janeiro em visitas ao Arquivo da Cidade para a consulta de periódicos da virada do século, bem como documentos do Instituto Histórico e Geográfico e da Fundação Romão de Mattos Duarte, onde pude ter contato com o objeto roda. No Museu do Instituto, que fica à Rua Augusto Severo, coração do Rio antigo quase que inteiramente remodelado, o dispositivo que serviu para recolher os enfeitados divide o mesmo espaço com objetos da nobreza que lhe aprovou o uso. O salão abriga pinturas – como de Debret –, além de cristaleiras para conservar brasões e condecorações, esculturas, louças, cristais e objetos pessoais doados por antigos personagens da história do Brasil.

A roda lá exposta, feita de madeira escura, simula o portal de uma catedral no estilo clássico, ostentando frontão em formato triangular e colunatas laterais. Os traços materiais desta roda, de alguma forma, sugerem a arquitetura da casa barroca relida por Deleuze – a partir da pesquisa de Heinrich Wölfflin⁵³ –, na medida em que comportam características como a base horizontal e, ainda que a figura da roda não tenha curvas ou arredondamento de ângulos, a portinhola que se oferece como entrada para o bebê enfeitado indicia uma forma cavernosa “ou um turbilhão que se nutre sempre de novas turbulências”⁵⁴.

⁵³ Heinrich Wölfflin (1864-1945), historiador da arte suíço, é considerado um dos autores que revolucionaram o modo de percepção da produção artística barroca outorgando-lhe valor equivalente ao das obras renascentistas e confrontado o tom pejorativo com que a crítica se referia à arte do século XVII.

⁵⁴ DELEUZE, Gilles. A dobra: Leibniz e o barroco. Tradução de Luiz Orlandi. Campinas: Papirus, 1991, p. 15.



55

No museu do Instituto há uma curiosa relação de presença nobre e ausência da história dos enjeitados, de quem não há outras imagens no salão a não ser o objeto “fora-de-moda”, a roda descartada em cuja base há a seguinte inscrição⁵⁶:

À Rua Evaristo da Veiga, números 46 e 48, existia a Casa dos Expostos, que foi demolida para dar lugar à ampliação do Quartel da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Procedendo-se às necessárias, o comandante da Brigada Policial, General Siqueira de Menezes, enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aquela que então era conhecida como a Roda dos Expostos. A porta é de grossa madeira sobre

⁵⁵ Roda dos enjeitados exposta no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. M.L. Marcílio. História Social da Criança Abandonada. SP: Hucitec, 1998, p. 116.

⁵⁶ As informações constam na placa metálica aos pés da roda exposta no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

a qual se vê uma janela ou fresta, mais alta do que larga, fechada por meio de um cilindro também de madeira. Neste, existem duas prateleiras onde se colocava o enjeitado. Com facilidade, dava-se um pequeno impulso que o fazia girar, fazendo soar uma campainha que servia de aviso à irmã de caridade, que prontamente ia atender ao chamado, principalmente à noite, tirando da roda a criança abandonada.

No Museu Dahas Zarur, instalado nos fundos da Fundação Romão de Mattos Duarte, que fica à Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, pertencente à Irmandade da Misericórdia, há outro estilo de roda, um modelo mais simples, talvez à moda da época, construído em formato cilíndrico e parecendo um grande barril pintado de branco. Um mecanismo dentro deste cilindro faz a pequena portinhola girar, o que no passado transferia a criança para o interior da instituição de recolhimento de enjeitados. Aqui a casa barroca, referenciada por Deleuze, configura-se pelo arredondamento de ângulos, exceção apenas à porta retangular para a entrada do bebê exposto.



57

⁵⁷ Roda dos Enjeitados exposta no Museu Dahas Zarur da Fundação Romão de Mattos Duarte, por Rosane de Albuquerque Porto em Julho de 2005.

Um boneco branco de plástico, envolto em uma manta, é exibido no interior da roda. Em exposição há também peças do antigo mobiliário da Casa dos Expostos, como banheiras de ferro, berços rústicos de madeira, bacias esmaltadas para banho, utensílios para refeições e fotos em branco e preto mostrando crianças no berçário ou em grupos sentadas em fileiras em pose para a posteridade. As peças constituem um relicário da história aberto e exposto tanto quanto a roda que amparava os bebês abandonados.

Imagens de bonecos expostos nas *babyklappe*, colhidas em *websites* para esta pesquisa e referenciadas nos anexos, fundem-se às da roda do Museu Dahas Zarur e de tantos outros espalhados pelo país. As rodas modernas da Alemanha, Japão e Itália estão estampadas nas páginas jornal como em um entre-lugar, reproduzindo o abandono de bebês. Sobrepostas e redobradas, as imagens produzem deslocamentos sobre a condição dos enjeitados, evidenciando a mesma prática que se desdobra ao longo dos tempos.

As rodas povoam os museus não como presença eterna, mas como ruínas de um passado que não pode ser encerrado na unidade, na totalidade, na verdade. São como peças, que se misturam a outros fragmentos e encerram-se na interpretação arqueológica da história como um dentro e um fora, um esquecimento, mas também mercadorias e metáforas a serem desmistificadas como tantas outras que se pode garimpar em livros e jornais.

Esta tese, deste modo, propõe revisitar as miradas de Vieira Fazenda e de outros textos e, assim, des-tecer um mosaico de fios-símbolos com a coleta de suplementos sobre a roda. Há nos textos de Fazenda, pelas páginas de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, uma porta aberta para a continuidade do estudo sobre a roda, por assim o autor descrever o objeto em uma das suas crônicas⁵⁸:

É uma porta de grossa madeira, sobre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro também de madeira; apresenta uma

⁵⁸ FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RJ: Imprensa Oficial, 1924, p. 395.

face convexa e outra côncava. Na segunda existem duas prateleiras, onde se collocava o engeitado. Com summa facilidade é o meio cylindrico susceptível de girar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janela ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte côncava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyratorio servia de aviso á ermã de caridade para, sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.

1.5 O OBJETO FORA DE MODA

A roda dos expostos ou a nova *babykapple*, como instrumentos para o amparo de bebês abandonados, reaquecem a história, proliferam contradições ao criar medidas adornadas pela tecnologia dos sensores em substituição ao mecanismo de madeira, que provou mais excluir que incluir os enjeitados da sociedade. Esta pesquisa inspirada em Walter Benjamin, que procurou “nos objetos pequenos e descartados, nos edifícios antiquados e nos estilos fora-de-moda”⁵⁹ as evidências da destruição material da história, tem na roda dos expostos um indício de matéria descartável navegando num entre-lugar no qual o presente tecnológico funde-se ao passado esculpido em madeira-matéria fundamental.

Como escombros, os artefatos de amparo às crianças abandonadas fazem-se rastrear nas notícias publicadas pela imprensa contemporânea, revelando a roda como reminiscência benjaminiana ou fragmento que resiste ao apagamento da memória. A *bayklappe* sugere um desenho fantasmático ao incorporar a imagem da roda de madeira e reflete um objeto antigo, como que a desenhar “um retrato de família”, como em Jean Baudrillard⁶⁰. O dispositivo eletrônico de suporte aos enjeitados do século XXI, ao mesmo tempo, esta à sombra dos arquivos e contempla a roda rústica de madeira como o “comer

⁵⁹ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: Obras escolhidas v. I, Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224.

⁶⁰ BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 83.

canibalesco”⁶¹ que destrói, mas ao mesmo tempo incorpora o objeto de desejo.

No Brasil, conforme Maria Luiza Marcílio, as primeiras instituições fundadas para a proteção a crianças abandonadas, por herança da metrópole portuguesa, surgiram no século XVIII e, “até a Independência, limitaram-se a apenas três cidades: Salvador, Rio de Janeiro e Recife”⁶². O primeiro sistema destinado a recolher bebês foi o da roda dos expostos, instalado junto a instituições de caridade, de onde o enjeitado era transferido para casas de mulheres remuneradas pela municipalidade para os cuidados da criança - a quem Marcílio refere-se como “amas-de-leite mercenárias”⁶³ - até os sete anos de idade, quando então retornavam às casas da roda para que ficassem, disponíveis para adoção⁶⁴.

O processo de recebimento e de encaminhamento dos bebês lançados nas Rodas dos Expostos era, de certa forma, o mesmo dos estabelecimentos congêneres da Europa. O modelo brasileiro baseou-se no da Roda dos Expostos da Misericórdia de Lisboa. (...) Depois de instaladas as Rodas, e firmada sua tradição entre o povo, a quase totalidade das crianças enjeitadas nas cidades onde funcionaram as maiores instituições foi nela depositada. Na cidade de São Paulo, por exemplo, entre 1849 e 1889, 80% dos expostos batizados na Sé foram deixados na Roda, contra apenas 16% encontrados nas portas de casas, e 4% nas ruas, como pudemos calcular pelos registros de batismos de livres da Paróquia da Sé. Na cidade de Salvador, na segunda metade do século XIX, quase 100% de todos os bebês expostos foram deixados na Roda e não mais em portas de casas e de igrejas, ou pelos caminhos e monturos de lixos, como foi comum antes da Roda. Os bebês

⁶¹ AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Tradução de Selvino Assmann. Belo Horizonte: 2007, p. 47.

⁶² MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 144.

⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza, p.144.

⁶⁴ Op. cit. p. 146.

encontrados pelas ruas logo eram encaminhados pela chefatura de polícia para a Roda dos Expostos.

A roda é inserida na ecologia agreste desenhada por Gilberto Freyre, no ensaio *Nordeste*⁶⁵, no qual, entre tantos documentos que considerou como importantes sobre a história social da região incluiu correspondência datada de 1789, de D. Thomaz José de Mello, então governador da Província de Pernambuco, endereçada ao representante da monarquia portuguesa Martinho de Mello e Castro. Na carta, Freyre reproduz o relato escandaloso de bebês abandonados ao relento, sob a ameaça de serem devorados por animais nas vias públicas pernambucanas:

(...) Por quanto achei o costume de se enjaitarem de noite as crianças pelas portas dos moradores da Cidade de Olinda, e desta Pa. de Santo Antonio do Recife; e tenha acontecido algumas vezes amanhecerem devoradas por animaes imundos, q. vagavão pelas Ruas horrorizado da noticia de semelhantes espetáculos, busquei persuadir aos Povos da necessidade q. havia de huma Roda e Cazas de Expostos, pa. a qual voluntariamente concorrerão, e com tanto ardor, q. em breve tempo se concluiu e comessou a ter exercicio, ainda já em quarenta o numero de mininos q. de hum anno a esta parte tem sido Recolhidos, e dados a criar a ammas de leite, a quem se paga: e ao Dr. Ouvidor. GC. Ordem escrevesse as Camaras da dita Cidade, e Vila q. lançassem a Finta da criação dos Enjaitados q. determina a Ley, visto não poder suprir a isto o seu limitado Patrimonio, e não haver outro algum Rendimento, por onde refizessem as despesas da criação o q. com effeito assim o executarão, lançando

⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste – Aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paizagem do nordeste do Brazil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937, p. 241.

sincoenta reis sobre cada fogo das suas
Respectivas Freguezias em casa hum
ano.(...)

Florianópolis, como tantas outras capitais imperiais antecedentes à República, também teve sua própria roda, junto ao Hospital de Caridade, pertencente à Irmandade Senhor dos Passos, basicamente a época em que o governo imperial passa a difundir as práticas médico-higienistas no Brasil. Henrique Luiz Pereira Oliveira⁶⁶ informa que o abandono de crianças, na então Vila de Nossa Senhora do Desterro, já vinha sendo registrado nos Livros de Termo de Vereança da Câmara - em que se anotavam o nome do exposto e do responsável por seu acolhimento, bem como a circunstância da exposição do recém-nascido – desde 1757, conforme o documento mais antigo a que teve acesso: “Em 1854 foram expostos 48 recém-nascidos, o maior número registrado pela assistência de Desterro”⁶⁷.

No Brasil, a trajetória da roda dos expostos, da colônia à República parece incorporar as variantes do poder consideradas por Foucault⁶⁸: o controle indivíduo-sociedade, a partir dos artifícios do poder soberano; a normalização do indivíduo-corpo, com a tecnologia do poder disciplinar; e a otimização da vida, com o biopoder. Foucault destaca nos séculos XVII e XVIII o auge das transformações nas relações de poder, constatando que as monarquias soberanas vão assumindo contornos de sociedades disciplinares e o poder, antes concentrado nas mãos dos reis, vai sendo diluído nas técnicas institucionais criadas para o controle individual e incremento da utilidade dos sujeitos, produzindo o aumento do saber social e a produtividade econômica.

Com tais características, a tecnologia soberana vai aperfeiçoando ao longo do tempo a disciplina individual rumo ao controle do corpo social com mecanismos de regulação da

⁶⁶ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha: Assistência aos expostos e remodelação das condutas de Desterro (1828-1887). 1990. 330 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

⁶⁷ Ibid, p. 11-12.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: *A vontade de saber*, volume 1. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

saúde, do direito e do espaço público, ainda em Foucault⁶⁹. Neste contexto, não se trata somente de prevenir as mazelas sociais, mas de deixá-las acontecer para, na sequência, dirigi-las e organizá-las num movimento cujo alvo é a massificação, a normalização e maximização da vida para legitimar as esferas de poder em suas ramificações. Nascimentos e mortes, deste modo, são ingredientes das estatísticas como matéria-prima para o exercício de controle, ou da *biopolítica*.

O termo *biopolítica*, conforme Peter Pál Pelbert⁷⁰, aludindo a Foucault, refere-se especialmente à medicina social produzida pelo capitalismo que, para além da privatização, socializou o corpo, estabelecendo lógicas de vida e morte em relação ao “homem-vivo”. Desta forma, a tensão entre história e vida inverteu-se, passando a vida a objeto de saber, objeto de intervenção, na medida em que a política encarrega-se do biológico⁷¹:

Se desde Aristóteles, diz ainda Foucault, numa frase retomada com insistência por seus intérpretes, e revirada por Agamben, o homem era um animal vivente capaz de uma existência política, agora é o animal em cuja política o que está em jogo é seu caráter vivente.

Por sua vez, ao formular a teoria sobre o estado de exceção⁷², Giorgio Agamben toma como alvo o cenário jurídico-político, que considera como uma regra universal, para criticar a tendência hegemônica de vinculação racionalidade-normatização da vida que produz paradoxos no mundo moderno dito como livre e democrático. E refere-se especialmente à suspensão da lei através de mecanismos legais que levam à divinização dos governos. Para Agamben, esta é a chave do Estado moderno atual que administra a vida pela lógica da segurança e da guerra, ao mesmo tempo em que permite às criaturas agirem por sua

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 101.

⁷⁰ PÁL PELBERT, Peter. *Vida capital – Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 55

⁷¹ *Ibid.*, p. 58

⁷² AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 14.

natureza e serem responsáveis por seus próprios pecados, ensejando um livre arbítrio.

Deste modo, com referência em Foucault e Agamben, percebo os mecanismos de recolhimento dos enjeitados como sorte de exercício do paradigma de segurança, uma vez que a roda torna-se o leito para o controle e maximização da vida. Agamben, ao denunciar os legitimadores da arbitrariedade e suspensão dos direitos humanos, aponta mecanismos com toques de recolher, pacotes econômicos, decretos e medidas provisórias.

Nesta lista de mecanismos, além dos muros e *checkpoints*⁷³, incluo a roda dos expostos de ontem e o berço vigiado por sensores de hoje como estratégia *biopolítica*, tomando o termo cunhado por Foucault, quanto à administração dos corpos. Ou ainda, em Agamben, a roda simula o abrigo à “vida nua” – zoé - submetida ao aparelho regulador sustentado pelo poder, relegada a uma “zona de indistinção” ao se tornar sujeito e objeto do ordenamento e conflitos políticos.

Esta tese, portanto, parte de um primeiro movimento que faz a roda dos expostos girar a partir de um eixo principal que a configura como reminiscência e mercadoria da modernidade, produto da caridade e da filantropia científica. Neste mesmo movimento, a roda configura-se como objeto alegórico da ordem social - da biopolítica – desdobrando-se em sua antinomia sagrado/profano. Com a promessa de felicidade, a roda é catástrofe do progresso da cidade moderna, na consagração da relação capitalista de inclusão e exclusão. Em oposição à mirada simbólica – eterna e já redimida - que aprova o objeto como solução para o enjeitamento, a roda neste movimento expõe uma fisionomia inacabada ou imagens degradadas pela história em seu fluxo interminável. Ou como em Benjamim⁷⁴:

⁷³ Termo usado correntemente para designar os postos de controle de ir e vir ou barreiras policiais, adotadas em diversas cidades norte-americanas para vigiar zonas tidas como violentas, a exemplo de bairros habitados por populações de maioria negra de Washington DC, tanto quanto nas zonas de conflito entre israelenses e palestinos, na Faixa de Gaza e Cisjordânia.

⁷⁴ BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. Trad: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, pg: 188.

A história em tudo que nela desde o início é prematuro, sofrido e malogrado, se exprime num rosto – não, numa caveira. E porque não existe, nela, nenhuma liberdade simbólica de expressão, nenhuma harmonia clássica de forma, em suma, nada de humano, essa figura, de todas a mais sujeita à natureza, exprime não somente a existência humana em geral, mas, de modo altamente expressivo, e sob a forma de um enigma, a história biográfica de um indivíduo. Nisso consiste o cerne da visão alegórica: a exposição barroca, mundana, da história como história mundial do sofrimento, significativa apenas nos episódios de declínio.

Num segundo movimento, como eclipse que produz interseções, a roda dos expostos gira como a estrutura da soberania movida pela engrenagem da exceção, remetendo-nos, assim, ao conceito de *bando*⁷⁵, formulado por Agamben. Paradoxalmente, uma vez depositado na roda o enjeitado não é simplesmente banido ou posto fora da lei, mas é submetido a uma relação com quem o abandona, vivendo, assim, em uma zona de indeterminação, sendo “incluído” através da “exclusão”.

Tal qual o *homo sacer*⁷⁶, o abandonado, desta forma torna-se insacrificável – não possui valor de sacrifício como na antiguidade -, mas é exilado e ao mesmo tempo capturado revelando uma sorte de fratura entre o estabelecimento e aplicação da norma. Agamben considera que a exceção, assim, é a potência da lei de não passar ao ato como um *nómos* ou o fundamento do direito e da política na Modernidade⁷⁷:

A relação de exceção é uma relação de *bando*. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que a vida e direito, externo e interno, se confundem.

⁷⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 35-36.

⁷⁶ Op. cit, p. 81.

⁷⁷ Op. cit. p. 36.

Visto desta forma, a roda dos expostos movimenta-se também no sentido do “irreparável”⁷⁸, conceito também de Agamben, para quem as coisas são entregues irremediavelmente a um “ser-assim”, sem abrigo, portanto abandonadas e expostas. Como hipótese principal para esta tese, a roda dos expostos, então, desenha-se como objeto do abandono, do exposto à vida nua, modelo do mundo humano que, conforme Agamben, consagra a vida a uma “zona de indiferença e de trânsito contínuo entre o homem e a fera, a natureza e a cultura”⁷⁹. Neste círculo, o abandonado é parte da máquina que produz e administra a desordem num mecanismo de auto-legitimação.

Na segunda parte desta tese, na sequência desta introdução, a partir das crônicas de José Vieira Fazenda, a ideia é des-focar o desenho da roda em seu contexto histórico, quando talhada em madeira nobre envernizada, ou matéria mais simples, pintada de branco em forma cilíndrica. Apesar dos registros sobre o que lhe pareceu o lado bom da roda dos expostos, Fazenda revela a roda como reminiscência, com as dobras ou ambiguidades da política caritativa da fase monárquica. Ao se dedicar às coisas tidas no seu tempo como menores, insignificantes ou descartadas, Fazenda expõe uma catástrofe do progresso esfumaçado pela promessa positivista de organização social num movimento de memória e pertença, que sustenta e dá vida à roda.

Na terceira parte, proponho proliferar imagens que evidenciam a roda do passado e as *babyklappe* do presente como um ciclo de repetição em que se inscreve a solução para o enjeitamento. Desta forma, a roda é revisitada pela lente de *A Luneta Mágica*, romance de Joaquim Manoel de Macedo, cujo texto dobra e redobra o objeto como “imagem-pensamento”, em Benjamin, ou “mônada” em Deleuze⁸⁰, proliferando-se alegoricamente ao infinito a produzir extremos e múltiplos como côncavo-convexo, dentro-fora, longe-perto, exclusão-inclusão, santidade-vício, sagrado-profano, público-privado. A leitura

⁷⁸ AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, ps. 36-37.

⁷⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 115.

⁸⁰ DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução de Luiz Orlandi. Campinas: Papyrus, 1991 p. 46.

alegórica parte de Benjamin, para quem se devem recolher dos fenômenos históricos o que é fragmento e, assim, libertar e salvar o objeto singular do desaparecimento.

Na quarta parte, a proposta é girar a roda dos expostos, ainda como um objeto-simulacro de inclusão que promete incluir excluindo os *a-bando*-nados da pátria - do ente pelo ser -, num movimento de ser-assim: o poder soberano que entrega a sentença da vida nua ao próprio bando, tal qual o homem lobo do homem. A base para esta etapa do estudo é uma análise do conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, que é parte da coleção *Relíquias da Casa Velha*. Pelas vozes dos personagens, a roda configura-se como solução para uma família sem condições para o sustento de um filho que vai nascer no cenário do Brasil escravocrata. Contudo, o bebê escapa da roda porque Candinho garante sua sobrevivência ao capturar e vender uma escrava fugitiva. E comemora dizendo que “nem todas as crianças vingam”.

2 MEMÓRIAS DE VIEIRA FAZENDA

A multidão não é apenas o mais novo
asilo dos fora-da-lei; é também o
último narcótico para os abandonados
(Edgar Allan Poe)⁸¹

Machado de Assis foi um dos que destilou maior acidez sobre a escrita de ensaios sobre o que considerou como “fancaria literária”⁸², produto da “loja manufatora de talento” ou trabalho grosseiro e mal acabado, atributos da obra artesanal nas passagens à modernidade industrial brasileira. Embora também tenha desdobrado sua produção literária, em vistas das transformações e ambiguidades desta época, não poupou ironias ao “livrinho prontificado”, advogando uma “inquisição literária” que mandasse queimar em uma fogueira espetacular “o ópio encadernado que por aí anda enchendo as livrarias!”.

Na direção do folhetim e folhetinistas desferiu críticas ainda mais duras, considerando o gênero como “um confeito literário sem horizontes vastos”⁸³. Contudo, as fisiologias, os libretos e folhetins, elementos da cultura moderna, em que pesem as críticas do cânone literário, terminam por se desdobrar na escritura de vários autores brasileiros, especialmente no fim do século XIX e início do século XX, com uma escrita que extrai seus personagens e cenários diversos da massa e da dissolução da vida privada das grandes cidades.

Na coleção de crônicas de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, José Vieira Fazenda, ainda que sem a perspectiva da flanereria descrita por Benjamin na Paris do século XIX, de certo modo produz fisiologias e faz proliferar imagens de tipos, lugares e de questões sociais até mesmo anteriores ao seu próprio tempo, escavando os escombros da cidade do Rio de Janeiro, cenário que converte em matéria-prima para seus escritos, entre as quais a roda dos expostos.

⁸¹ POE, Edgar Allan. O homem da multidão. Porto Alegre: Editora Paraula, 1993, p. 48.

⁸² ASSIS, Machado. “Aquarelas”. In: ____ Obras completas, v. III, “Miscelânea”, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, apud ANDRADE, Ana Luiza. Opus cit.

⁸³ Op. cit.

Em seus artigos e crônicas, José Vieira Fazenda dedicou-se a escrever, assim como personagens famosos de seu tempo, sobre objetos descartados, artefatos aparentemente anódinos, sem importância sob o ponto de vista literário, mas que se desdobram em fragmentos da história, deixando franjas soltas ao devir. Em vez de ir às ruas fazer “botânica no asfalto”, Fazenda produziu seus textos na escrivaninha, debruçado nas pesquisas de livros, jornais e documentos oficiais, talvez outra sorte de flâneria, aquela que resulta do olhar atento às ambiguidades e metáforas embutidas na escritura colecionando perfis e cenários contemporâneos ou anteriores ao seu tempo.

Luiz Edmundo refere-se a Fazenda como um dos personagens pitorescos de suas diversas crônicas, incluídas em um dos quatro volumes de *O Rio de Janeiro do meu Tempo*:

Agora, por essa augusta porta por onde S. M. o Imperador, o Sr. Pedro II muitas vezes entrou, a fim de presidir às sessões magnas do maior Instituto que no gênero existe, no país, cruzam o Sr. Vieira Fazenda, já velho, na sua sobrecasaca de sarja grossa, a barbar no debruns, a massagada dos jornais debaixo do braço (...)⁸⁴

O curto perfil de Fazenda por Luiz Edmundo afirma a personalidade de um autor cuja vida teria sido ocupada, além do exercício da medicina, com o habitual manuseio de papéis, consumindo páginas e virando folhas em busca de informações. Seu biógrafo atesta que Fazenda “raras vezes saía à noite ou jantava fora”⁸⁵ e que só com a insistência de amigos foi conhecer o cinematógrafo. Ao sair de casa, onde passava o tempo também escrevendo carta aos amigos, Fazenda costumava frequentar livrarias e certamente, folheando páginas e coleções, achou material farto para a construção de seus textos.

De carona no recém-inaugurado ferro-carril carioca eletrificado – linha Santa Teresa, em setembro de 1896 -, José Vieira Fazenda, por exemplo, propôs visitar escombros do Rio

⁸⁴ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 1º volume, Capítulo III: “Cais Pharoux e Praça Quinze”, p. 108.

⁸⁵ SANTOS, Noronha. *Esboço biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947, p. 14.

de Janeiro de um século anterior a contrapor imagens de tempos distintos. Como o próprio motorneiro a guiar o carro elétrico, ou ainda um *flâneur* sobre trilhos, Fazenda olha para trás e através das janelas do bonde elétrico, apropria-se de cenários e projeta imagens com impressões irônicas sobre um Rio que vive em meio ao milagre “em pról da civilização e do progresso”⁸⁶.

O passeio de Fazenda, a princípio, parece, tanto quanto em Derrida, “presentificar” um discurso pelo qual se pode ter noção da realidade, como pílula para a consciência, um “*pharmakón*”⁸⁷ que se reveste da capacidade de uniformizar a cultura. O “historiador da cidade”, contudo, ao percorrer os trilhos revela-se mais que um mero civilizador e se torna um profanador de túmulos soterrados pelo passado pintado como paisagens. A sorte de logografia, que a certo modo marca seus textos, cede lugar ao comentário, imagens decalcadas por pedaços do Rio Antigo que vai catando conforme o deslocamento do bonde:

Olha; alli ha um terraço, em cujo pavimento inferior estava a cafua dos frades recalcitrantes, que não tinham para quem appellar, pois nesse tempo não se havia posto em prática o recurso do *habeas-corpus*. Aquelle lance do Convento que se salienta em direcção á rua da Guarda Velha era a infermaria dos monges, theatro da caridade, mais evangélica, posta em prática por um simples leigo, durante mais de 50 annos, leigo que morreu com fama de sanctidade e que curava moléstias de olhos com a água de um velho moringue, quando a Ophthalmologia não estava descoberta no Rio de Janeiro, nem se conhecia o Pires Ferreira, o Hilario, o Moura Brasil, o Neves da Rocha, e se curavam erysipelas com chá de picão da praia e com o classico fedegoso.

Fazenda, ao mesmo tempo em que se apropria de um tempo que não foi o seu, recorre à modelagem para esvaziar a representação. Para além de simplesmente re-presentar o

⁸⁶ FAZENDA, José Vieira. “O Bonde de Sancta Tereza”. In Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. RJ: Imprensa Oficial, 1924, p. 09.

⁸⁷ DERRIDA, Jacques. A Farmácia de Platão. SP: Iluminuras, 2005, p. 14.

caminho percorrido pelo bonde de Santa Teresa, o autor potencializa o trajeto através das imagens que viu em livros e documentos oficiais para, então, devorar o alvo: a modernidade que enterrou lagoas fétidas, cemitérios, pedaços da geografia e da história da cidade. Fazenda não teve tempo de ver o lançamento do *Manifesto Antropofágico* em 1928, mas o modo como escreve em “O bonde de Sancta Teresa” revela certa proximidade com o conceito de devoração da cultura, de releitura da história do Brasil. A época em que viveu – passagem do Império à República - certamente foi generosa em detalhes para suas crônicas que de muitas maneiras ironizam o progresso do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que propõe conduzir o bonde, Fazenda é também viajante, tal qual Machado de Assis em suas crônicas, ao revelar dobras que aparecem no “vai-e-vem dialético da narrativa”⁸⁸. Crônicas, deste modo, decorrem do choque descontínuo do novo modo de produção e o bonde torna-se o veículo apropriado ao cronista que observa o movimento da cidade. Para além das comparações, Vieira e Machado quando pegam carona em bondes diversos viajam nos prazeres do jogo, da aventura através das passagens industriais⁸⁹:

Estes textos são claramente exemplos da obra disjuntiva do olhar, que, na passagem aos transportes das formas antigas, se tornam tanto paródicos quanto híbridos, no metacomentário dos modos de produzi-los: remontam aos inícios tipográficos do escritor, e corrigem os seus princípios formativos, borrando, constantemente, as fronteiras dos gêneros canonizados, entre as formas herdadas e consagradas dos livros, e as novas e industrializadas, dos jornais.

A narrativa de Vieira Fazenda em “Sancta Teresa”, assim, não fica circunscrita simplesmente à ordem dos sentidos, mas foge da lógica retiniana ao profanar o bonde como símbolo do progresso. Enquanto o bonde da nova linha de Santa Teresa

⁸⁸ ANDRADE, Ana Luiza. Transportes pelo olhar de Machado de Assis. Passagens entre o livro e o jornal. Chapecó: Grifos, 1999, p. 212.

⁸⁹ Ibid, p. 211.

cruxa os trilhos da modernidade, Fazenda olha para trás, colhe despojos e produz comentários ensinando assim: “Uma colagem lúdica, uma brincadeira de arrancar palavras dos seus contextos para inseri-las em novos conceitos, criando novas significações”⁹⁰.

Embora na fase eletrificada, o bonde-texto de Fazenda recua sobre os trilhos fazendo anéis de fumaça, “enquanto representativa da extinção da memória dos modos orgânicos de dobrar as folhas manufaturadas”⁹¹, como as do charuto que, durante o texto-viagem, sugere aos passageiros. E assim, nas linhas de “Sancta Teresa” gasta o tempo a Bataille⁹² e vai produzindo deslocamentos da palavra por imagens⁹³:

Aqui, fica este imenso casarão de pedra chamado a *carioca*, obra monumental, sem elegancia, que substituiu o pequeno chafariz, construído em tempo de Aires de Saldanha, fonte que podes vêr pintada nas obras de Debret ou no *Ostensor Brasileiro*. Apesar de tudo, essa mole de granito não tem rachas, tendo sido feitos os seus alicerces com cal do reino; que te digam os engenheiros da Companhia, os quaes tiveram de suar o topete para poder destruir o tanque de pedra, bebedouro do gado cavallar e vaccun, quando a rua do Ouvidor era percorrida pelos carros puxados a bois. Bons tempos em que não eram conhecidos o hypnotismo, o somnambulismo, as eleições, o parlamentarismo, *et reliquia*, e em que as balas do Parto constituíam o melhor presente que namorados mandavam ás suas bellas!

Seus textos, desta forma, ainda que com certa dose de bairrismo e saudosismo, revelam deslizamentos, ao descrever locais e eventos de que fez parte. Deste modo, Fazenda produz

⁹⁰ LAGES, Susana Kampff. Alegoria da leitura, figuras da melancolia: ‘A tarefa do tradutor’, de Walter Benjamin. In: Silva-Seligmann, Mario (org.). *Leituras de Walter Benjamin*. São Paulo: Annablume Editora, 2007 p. 53.

⁹¹ ANDRADE, Ana Luiza, p. 293.

⁹² BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975

⁹³ FAZENDA, José Vieira, p. 10.

uma lembrança quando mergulha em fantasmagorias que habitam a memória coletiva, inserindo pequenos choques que interrompem a narrativa circular. O autor ao descobrir ruínas, estilizando elos de uma cadeia de sentidos, enseja a redenção benjaminiana, que considera a exposição do esqueleto do saber a buscar re-significações. É assim quando se refere a pontos considerados nobres na “leal e histórica cidade” na crônica intitulada “A rua do Cotovelo”⁹⁴ :

Escretores e poetas, em prosa ou verso, têm celebrado as belezas desta leal e heróica cidade. Porque não poderei também o contar o passado da rua em que nasci? Quase rival da Rua do Ouvidor, ei-la hoje decaída, desmoralizada, com o nome na policia e termo de bem-viver, espantoso constante das auctoridades de S. José, quartel general de capoeiras, scenario de rôlos, de facadas e de luctas, por amor de Dulcinéias da mais baixa classe! Nos seus solilóquios bem pôde repetir os célebres versos: Quando as glórias que eu gozei, vou na mente revolvendo, etc. Entretanto, nem sempre foi assim. Deu-lhe o tiro de honra, em 1862, a Companhia Ferry, fazendo desaparecer da praia de D. Manoel a ponte das barcas de Niteroi, e Botafogo, que constituíam a *great attraction* do antigo becco do Cotovelo. Quem não se lembra da quotidiana, continua e obrigada procissão de tudo quanto havia no *high-life* desse tempo?

Mas, ao mesmo tempo em que escava escombros e se dedica a objetos e cenários perdidos, também há nos textos de Fazenda características dos representantes da escrita da elite e do discurso que tem, conforme Derrida, como exigência absoluta a procura pela origem, por um centro⁹⁵. No entanto, ao trazer à tona fragmentos do passado esquecido, Fazenda revela elementos relegados à sombra da história, tal qual sua própria

⁹⁴ FAZENDA, José Vieira, p. 52.

⁹⁵ DERRIDA, Jacques. “Escritura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”. In: _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.241-243.

biografia que esta tese busca rememorar a partir das fontes que foram possíveis encontrar ao longo da pesquisa como a também ensejar estilhaços sobre o autor.

Tanto quanto seus textos, Fazenda sugere re-significações por também e, a certo modo, como cronista estar à sombra da história ou ainda abandonado, não pela multidão que cercava o flanêur nas ruas das grandes cidades, mas pela melancolia e pela solidão. Conforme Othon Costa, autor do prefácio inserido na biografia escrita por Noronha Santos, a trajetória de Vieira Fazenda aponta para “vários pontos obscuros”:

De sua notável bibliografia, pouco se sabia, além das Antiquilhas. Era imprescindível que, ao menos, agora, quando vamos comemorar o centenário de seu nascimento, se fizesse um pouco mais de luz a respeito de sua obra e de sua fascinante personalidade. Vieira Fazenda foi um homem simples, simples e bom, como testemunharam aqueles que o conheceram, mas a simplicidade de uma vida ilustre não justifica a indiferença das gerações futuras. Ninguém poderia apresentar-se com mais autoridade para evocar a vida insigne e a obra perdurável de Vieira Fazenda do que o erudito e escrupuloso historiador dos Meios de Transportes do Rio de Janeiro, que é atualmente o maior sabedor da história carioca. Seria inútil acrescentar qualquer coisa para enaltecer o mérito deste novo trabalho de Noronha Santos, que o Centro Carioca divulga, como contribuição às comemorações do centenário de Vieira Fazenda.⁹⁶

O prefácio de sua biografia, assim, soa como sorte de rememoração, quando se revela algo ou alguém escondido, tal qual Fazenda buscou na narrativa de suas crônicas sobre objetos e personagens perdidos como reelaborando o passado pela memória. A biografia busca dar legitimidade a Fazenda como referência da história do Rio: “Filho legítimo de Antônio

⁹⁶ SANTOS, Noronha. p. 1.

Cândido Daniel, português, natural da Ilha Terceira, e de dona Rosa Maria Cândida Fazenda, brasileira, nasceu Vieira Fazenda 28 de abril de 1847, segundo domingo da quaresma, no prédio de sobrado da rua do Cotovelo, n. 8”.⁹⁷ O recurso enciclopédico é notadamente uma característica comum de Fazenda e de seu biógrafo, que busca em datas e autores similares a justificativa para enaltecer o personagem de que fala:

Ultimados os estudos primários no afamado colégio Vitória, dirigido pelo dr. Adolfo Manuel Vitória da Costa e Azevedo, pai do provector professor Emídio Adolfo Vitória da Costa, situado à rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), aos onze anos de idade, órfão de pai, passou Vieira Fazenda, em 1858, a morar com sua mãe em companhia da família de Antônio José Tavares da Silva, amigo dedicado de seus progenitores. Nesse ano matriculou-se o jovem estudante no externato do Imperial Colégio D. Pedro II e dois meses depois transferiu a matrícula para o internato, creado por decreto de 24 de outubro de 1857. Foram mestres de Vieira Fazenda, entre outros, o professor José Francisco Halbout, autor da conhecida “Gramática Francesa”, Jorge Furtado de Mendonça, o geógrafo Pedro José de Abreu, Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides, José Ventura Boscoli (de origem portuguesa), Felipe da Mota de Azevedo Corrêa, o romancista Manuel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Lucindo Pereira dos Passos.⁹⁸

A formação secundária de Vieira Fazenda induz a justificar o título de “historiador da cidade”, já que freqüentou o Colégio D. Pedro II, na época do Segundo Império, destinado a oferecer “a cultura básica necessária às elites dirigentes”⁹⁹. Primeira instituição pública de ensino do Rio de Janeiro, o colégio teve

⁹⁷ Op. cit. p. 4.

⁹⁸ Ibid, p. 05.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br>, acessado a 20 de agosto de 2008.

como alvo os governantes, administradores, médicos, romancistas e historiadores. O Colégio Pedro II foi fundado em 1837 para absorver a “boa sociedade, formada por brancos, livres e proprietários de escravos e terras”.¹⁰⁰

Aqueles que completavam o curso recebiam o título de Bacharel em Ciências e Letras e conquistavam como prêmio o acesso direto ao ensino superior, ou às academias, como chamadas à época. Com a frequência ao Pedro II, Vieira Fazenda, segundo Noronha Santos, tornou-se secretário do Instituto dos Bacharéis em Letras:

Elaborou interessantes trabalhos, submetidos à crítica daquele grêmio e denominados História da Cidade do Rio de Janeiro e Apontamentos para a história civil e eclesiástica do Rio de Janeiro. Estes estudos já revelavam os pendores do jovem bacharel para assuntos de investigação histórica, que mais tarde o recomendariam ao apreço de seus concidadãos.¹⁰¹

Após essa trajetória, Vieira Fazenda ingressou na Faculdade de Medicina em 1866. Durante o curso, “foi pensionista, por concurso, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia”¹⁰², e sua formatura aconteceu com pompa, começando pela incumbência de orador da turma na cerimônia que teve a presença da Princesa Isabel, 1872. Ao formar-se médico, aos 24 anos, conforme seu biógrafo, Fazenda elaborou a tese intitulada “Mefitismo dos esgotos em relação à cidade do Rio de Janeiro”, publicada em capítulos na *Revista Médica* (1873-74), sob o título “Dos esgotos da cidade do Rio de Janeiro”. Interessou-se em estudar doenças que poderiam ser contraídas a partir da fetidez exalada pelos esgotos que corriam a céu aberto no Rio de Janeiro de seu tempo.

Fazenda em sua pesquisa acadêmica assim disserta sobre os subterrâneos da cidade, não somente por interessar-se por questões abjetas, mas também por ter sido contemporâneo dos médicos sanitaristas que pensavam o futuro higienizador do Rio

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ SANTOS, Noronha, p. 7.

¹⁰² Op. cit. p. 7.

de Janeiro. Seu biógrafo ainda dá conta que Fazenda começou a clinicar na paróquia de São José, dando consultas a domicílio: “Clínico prático, de bom senso – sem se meter em altas cavalarias – assim dizia Fazenda, granjeou doentes, curas e ingratos”¹⁰³.

Mais tarde, então, tornou-se clínico da Santa Casa de Misericórdia, dedicando-se à enfermaria das mulheres idosas. Da Santa Casa, foi nomeado para o antigo Hospício de São João Batista, em Botafogo, onde ficou até 1886. Na seqüência, retornou ao hospital da Misericórdia, no qual passou a chefiar a enfermaria dos velhos doentes. Nesta época pertenceu ao Partido Liberal do Império e, ao mesmo tempo, a uma associação pró-libertação dos escravos, a Sociedade Emancipadora: “declarou-se sempre adversário irreductível da escravidão”.¹⁰⁴

Segundo seu biógrafo, Fazenda empenhou-se na campanha abolicionista e teria contribuído financeiramente para a libertação dos escravos. Sua atuação, deste modo, justifica seu interesse em questão considerada, então, como secundária ou invisível quando escreve sobre o enterro de negros, temática pouco frequente à época, mas que é objeto de uma de suas das crônicas inseridas em *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*¹⁰⁵.

Na crônica, Fazenda referencia o enterro dos negros em contraste com o ritual dos brancos, já que os escravos eram sepultados em vala comum e à flor da terra, a apenas um palmo de profundidade. O autor, além de referir-se às diferenças de tratamento dadas aos mortos brancos e negros, enterrados sem qualquer ritual religioso, expõe a violência contra os cadáveres. José Murilo de Carvalho, no prefácio ao livro *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*¹⁰⁶, afirma que, em 1814, o viajante alemão G.W. Freireyss descreveu assim o local:

No meio deste espaço [de 50 braças] havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres

¹⁰³ Artigo citado por Noronha Santos, de autoria de Escragolle Doria, publicado no *Jornal do Commercio*, em 25 de fevereiro de 1917.

¹⁰⁴ Op. cit. p. 10

¹⁰⁵ FAZENDA, Vieira, p. 414.

¹⁰⁶ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, Iphan, 2007.

descobertos pela chuva que tinha carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido ainda enterrados.

Desta forma, a chuva descobrindo os cadáveres antes enterrados, além dos que ainda estavam por enterrar, produzia mau cheiro e invadia as redondezas. Conforme Carvalho, o cemitério – que funcionou entre 1772 e 1830 no Valongo, entre a Prainha e a Gamboa, região portuária - era destinado aos escravos que não resistiam à longa viagem, vindos da África a bordo dos navios negreiros. A região do Valongo, ainda segundo Carvalho, entrou para a história do Rio como “um local de horrores”, porque, além do cemitério, abrigava o mercado de escravos, onde se distribuía o “passaporte para a senzala”. Assim, os que não sobreviviam à travessia do Atlântico “tinham seus corpos submetidos a enterro degradante”. Para Carvalho, “era o cenário tétrico do comércio de carne humana”.

Além de se empenhar na abolição dos escravos, enquanto os liberais estiveram no poder, Fazenda ganhou o cargo de juiz de paz e, depois, de intendente municipal, o equivalente ao atual cargo de vereador. Entre os projetos que elaborou na gestão, entre 1895 e 1896, consta o lançamento de um concurso para premiar a melhor redação sobre a história do Rio, além de pareceres sobre a revisão do *Código de Posturas*, com destaque para projetos sobre águas e saneamento. Ao mesmo tempo em que teve preocupações com questões sanitárias da cidade, Fazenda contribuiu para institucionalizar o feriado mais famoso do Rio:

De sua iniciativa foi a proposta considerando feriado municipal o dia 20 de janeiro, pelo qual se comemora não só a criação definitiva da Municipalidade do Rio de Janeiro, como se recorda a ação dos fundadores da cidade. Esta proposta se transformou no decreto n. 239, de 10 de março de 1896, sancionado pelo prefeito dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.¹⁰⁷

Vieira Fazenda ainda colaborou com a definição do emblema do Rio de Janeiro, que contém a “cidade fortificada, o clássico castelo das cidades latinas, e pouco abaixo, o louro e o

¹⁰⁷ SANTOS, Noronha, p. 11.

carvalho, que lembrava as virtudes cívicas do povo”¹⁰⁸. Apesar da atuação pública, segundo seu biógrafo, Vieira Fazenda foi um “político accidental”. A trajetória de ocupação de cargos públicos oficiais terminou após a República. Em 1898, ainda como médico da Santa Casa de Misericórdia, foi nomeado bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1917, data de seu falecimento. A serviço do Instituto dedicou o tempo à sala de leituras que hoje leva seu nome:

Trabalhador infatigável, frequentou a Biblioteca e o Arquivo Nacionais, as livrarias Quaresma (rua S. José), Garnier (rua do Ouvidor), e com muita assiduidade, o arquivo da Santa Casa de Misericórdia. Durante anos ininterruptos folheou volumes e documentos dos séculos dos governadores e vice-reis. Releu velhos papéis da época dos ouvidores, provedores e juizes, traficantes, fidalgos e escravos. Organizou catálogos, verificou o acervo ali recolhido, anotou livros e cimélios, com auxílio de Max Fleiuss, o estimado, prestimoso e saudoso secretário da veneranda casa que honra a cultura brasileira.¹⁰⁹

Garimpendo documentos arquivados, desdobrando e redobrando papéis ao interpretar os dados oficiais, Fazenda, assim, teria se tornado “orientador seguro e probo da crônica carioca”¹¹⁰. Com a função de bibliotecário, passou a empregar seu tempo na produção textual vinculada à versão da elite, com o preparo de quem frequentou o Colégio Pedro II e a Faculdade de Medicina, além de ser representante público nomeado pelos governantes liberais da época. Mas como já dito, seus escritos, ao mesmo tempo em que consagra nomes e acontecimentos famosos, também foram dedicados aos fatos menores, miudezas do cotidiano da cidade.

¹⁰⁸ SANTOS, Noronha, p. 12.

¹⁰⁹ FAZENDA, Vieira, p. 12-13.

¹¹⁰ Ibid. p. 13.

Assim, como o enterro dos negros, preocupação pouco frequente entre os cronistas, também é a crônica em que desfia bigodes de todas as espessuras, estilos, cores e formas. Fazenda produziu o texto mergulhando em maços de documentos – leis e decretos -, notícias de jornais, enciclopédias e nas próprias memórias para escrever a crônica intitulada “Bigodes”¹¹¹, na qual registra a ausência de histórico completo sobre o costume, mas trata de remeter o leitor interessado em aprofundar os conhecimentos do tema às enciclopédias e almanaques da época:

Quem quizer conhecer os caprichos da moda basta ler o Larousse, o Bescherellee mais que tudo o *Album Historique* de Parmentier. Ahi se encontram particularidades desde os bigodes do pae Adão, passando pela immensa bigodeira do general Custenes e do rei galant'uomo Victor Manuel.

Explorando os contrastes sociais, Fazenda, ao mesmo tempo em que descreve bigodes de famosos, referencia os anônimos, coadjuvantes da história em endereços que já não mais existem na geografia do Rio¹¹²: “Os referidos auctores nada dizem todavia sobre o nosso José Bigode, senhor de baração e cutello na antiga ponte de lixo da praia de D, Manuel”. De Adão a D. Pedro I, passando por egípcios, assírios, romanos, portugueses e brasileiros, o autor, como a projetar imagens, vai desfiando a teia do hábito consagrado pelos homens ao longo da história, adeptos das costeletas, desenhos de navalha, bigodes curtos ou longos “à moda dos mosqueteiros”, com seus antológicos cavanhaques.

O biógrafo de Fazenda ainda registra que o autor, enquanto trabalhou como bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não teria sido subserviente e recusava os honorários do trabalho, cumprindo expediente entre as 11 da manhã e 3 da tarde: “Franco com todos, ríspido e ômbro a ômbro com os poderosos, jamais sorriu para adular ou

¹¹¹ FAZENDA, Vieira, p. 549.

¹¹² Op. cit. p. 549.

cortejou para obter. Sabia ser o mesmo diante de quem quer que fôsse”¹¹³.

Enquanto ocupava a tarefa de bibliotecário, Fazenda colaborou e escreveu artigos para jornais de sua época, como *A Notícia* e *Jornal do Commercio*, além de revistas *Renascença* e *Kósmos*, tanto quanto Olavo Bilac, Coelho Neto, Capistrano de Abreu e José Veríssimo, entre outros. José Vieira Fazenda – cujo nome, em 1917, passou a batizar a antiga Rua do Cotovelo e, mais tarde, uma estação de trem da malha que compunha a Central do Brasil, anterior às obras do metrô, até meados dos anos 70 – morreu em fevereiro de 1917:

Nos últimos dias de janeiro, visitámo-lo e, apesar da depreciação orgânica observada, tivemos a ilusão de que o doente teria forças para resistir às crises de esclerose. Animávamo-lo a mesma vivacidade de espírito de outros tempos. Em meados de fevereiro, agravam-se-lhe, porém, os padecimentos. (...) Removido o corpo para a sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no edifício Silogeu, à rua Augusto Severo (Lapa), deste local saiu o cortejo fúnebre às 16 horas, de 20 de fevereiro, para o cemitério de São João Batista, em Botafogo. O enterramento procedeu-se às 17 horas, no carneiro de adultos n. 2.301, com a assistência de grande número de amigos e admiradores (...)¹¹⁴

Por vezes, ao secularizar a versão histórica da elite, os textos de Fazenda sugerem a importância da narrativa para a “constituição do sujeito”, levando em conta análise de Jeanne Marie Gagnebin ao estudar narração e história em Walter Benjamin. Toma-se aqui a importância atribuída à rememoração, conforme aponta Gagnebin, ao referir-se à “retomada salvadora pela palavra de um passado, que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento”.¹¹⁵ Assim, a escritura de Fazenda é

¹¹³ SANTOS, Noronha, p. 14.

¹¹⁴ SANTOS, Noronha, p. 20.

¹¹⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 3.

uma luta contra o esquecimento, tarefa atribuída já no pensamento grego aos poetas e aos historiadores, segundo Gagnebin.

Mas, ao contrário do que se percebe em vários momentos no tecido de Vieira Fazenda, a rememoração do passado não pressupõe somente uma restauração, mas uma transformação do presente: “tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado”.¹¹⁶ A produção textual de Fazenda, elaborada muitas vezes no encapsulamento da biblioteca de casa ou do Instituto Histórico e Geográfico, parece, ao mesmo tempo, compensar o “desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande”, ainda em Gagnebin.

Embora à primeira mirada, a coleção de antiquilhas do Rio de Janeiro possa sugerir a narração da história acomodada em um estojo composto por arquivos mortos, as crônicas de Fazenda configuram mais que um simples relicário ao ensejar uma coleção de devires abertos a significações diversas. E deste modo o tecido do autor ensaia um *aufgabe*, “uma palavra que Benjamin utilizará ao se referir tanto à atividade crítica, quanto à do tradutor, do comentador e do poeta”¹¹⁷.

Revisitar o Rio de Janeiro de séculos anteriores à sua própria existência, cenário frequente da narrativa de Fazenda, constitui-se em proposta de “movimentos ao mesmo tempo complementares e opostos aos fios da urdidura”, portando como franjas soltas abertas a outras tecituras. Mais que tão somente narrar a inauguração da nova linha de bondes de Santa Teresa como a reproduzir o discurso oficial, por exemplo, Vieira Fazenda foi além e volta no tempo para outra viagem textual que explora os escombros da cidade que no seu tempo é esquartejada em nome da modernidade.

2.1 A CRÔNICA-EXPOSIÇÃO

Na narrativa sobre a roda dos expostos, sequência de seis crônicas em Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro, publicada em 1906, Fazenda tem como matéria-prima a farta citação de documentos oficiais, bem como comentários pessoais,

¹¹⁶ Op. cit. p. 16.

¹¹⁷ LAGES, Susana Kampff, p. 51.

quase sempre ufanistas enaltecendo personagens e instituições. A primeira publicação dos textos aconteceu através da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, dirigida a assinantes e sócios da instituição. A Revista publicou “A Róda” com o subtítulo “Casa dos Expostos” entre parênteses. Somente na década de 20 os textos foram divididos em partes e publicados na coletânea *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*.¹¹⁸

O autor, como a colecionar documentos, buscou sempre a precisão, dedicando páginas à citação de leis e outras referências historiográficas como que para imprimir o máximo de veracidade à narrativa. Assim, descreve a roda explorando detalhes de sua estrutura:

Procedendo-se ás necessárias demolições, entendeu o digno comandante da Brigada Policial enviar para o Instituto Histórico, que aceitou a offerta, os objectos que compunham aquillo a que commumente se dá o nome de *róda*. É uma porta de grossa madeira, sôbre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro tambem de madeira; apresenta uma face convexa e outra concava. Na segunda existem duas prateleiras, onde se collocava o engeitado. Com summa facilidade é o meio cylindro, susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janella ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte concava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyratorio servia de aviso á erma de caridade para, sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.¹¹⁹

Fazenda informa a existência de outras rodas em instituições do Rio: “São de maiores proporções e podem ser

¹¹⁸ Ver cópia dos textos no Anexos.

¹¹⁹ FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RJ: Imprensa Oficial, 1924, p. 395.

observadas nas portarias dos Conventos d'Ajuda e de Sancta Teresa". Nestes locais, conforme o autor, as rodas serviriam para entrada e saída de produtos de consumo, como tecidos e outros artigos. Antes de explicar o uso da roda, como amparo a crianças enjeitadas no Rio de Janeiro, o autor volta no tempo para buscar em Lisboa referências ao objeto, apontando que a roda estava incluída nos costumes e tradições portuguesas.

Segundo Fazenda, foram os reis que, inicialmente, ocuparam-se com busca de soluções para enjeitamento de recém-nascidos, por volta do século XVI. No Brasil, seguindo o modelo português de épocas posteriores, a tradição foi absorvida por instituições de caridade:

Entre nós, sabido é, a Casa dos Expostos, administrada pela antiga e venerável Irmandade da Misericórdia, é um instituto com patrimônio próprio, augmentado pela constante caridade de almas benfazejas. Não perderam os infelizes abandonados com sair da sua antiga casa. Acham-se agora bem installados em magnífico prédio, da rua do Senador Vergueiro, sito em meio de vasta chácara, onde vicejam copadas arvores.¹²⁰

Nesta parte inicial do texto, Fazenda organizou as informações de forma a demonstrar que o abandono e a criação de mecanismos de sustento às crianças teriam sido objeto de medidas governamentais que se arrastavam por dois séculos, especialmente na Europa. Assim, informa que as providências teriam sido tomadas para evitar que os enjeitados fossem deixados ao relento sob a ameaça de serem devorados por cães ou se tornassem disseminadores de epidemias. Revela, então, que em Portugal o amparo aos enjeitados era confiado, por determinação real, a hospitais e albergarias ou aos Conselhos ou Câmaras Municipais, mediante a cobrança de impostos aos habitantes para a manutenção das instalações.

Na ausência de locais apropriados à recepção dos bebês abandonados, as mulheres que se dispusessem a amamentar e a criar as crianças conquistariam privilégios para seus maridos.

¹²⁰ FAZENDA, José Vieira, p. 396.

Para provar a informação, Fazenda reproduz um trecho de uma Carta Régia, datada de 1502:

A quantos reza o documento, esta nossa carta virem, fazemos saber que queremos nós dar fôrma e maneira, como para os meninos que se engeitarem no nosso hospital de Todos os Sanctos desta cidade, se possam achar melhores amas para os criarem, por este presente nos praz que qualquer ama que criar engeitados ou engeitadas que ao dito hospital vierem e que lhe fôr dada pelo provedor delle, além do ordenado que por criação lhe houver de ser dado, segundo com elle se concertar, gose três annos, que se começarão do dia em que o dito engeitado levar, de todo o privilegio aqui declarado; convém a saber, que não pague nenhuma peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, que pelo concelho onde fôr morador sejam lançados, por qualquer guiza ou maneira que seja, nem vá com pesos, nem com dinheiro, nem seja tutor, nem curador de nenhuma pessoas que sejam, salvo si as tutorias forem lidimas, nem sirva em nenhum outro cargo, nem servidões do dito concelho, nem seja official delle contra sua vontade, nem persigam com elle em suas casas de morada, adegas, nem cavalhariças, nem lhe tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gallinhas, nem bestas de sella, nem albarda, nem outra alguma coisa contra sua vontade, etc.¹²¹

Segundo levantamento de Fazenda, esses privilégios foram garantidos por sucessivas Cartas Régias entre os séculos XVI e XVIII em Portugal. Contudo, mesmo com a subvenção instituída pelos reis, em algumas cidades – o autor cita Aveiro, Penafiel e Alemquer – faltaram amas dispostas e entidades dedicadas ao recolhimento das crianças. Assim, surgiram as “recoveiras”, mulheres que frequentavam as feiras de praças públicas oferecendo-se para intermediar a condução dos

¹²¹ FAZENDA, José Vieira, p. 396.

enjeitados a cidades vizinhas onde houvesse estrutura mais adequada ao abrigo das crianças.

Por este serviço, recebiam pagamento das próprias Câmaras, a quem caberia, por lei, a responsabilidade de cuidar dos abandonados, “livrando-se assim do encargo de ter rodas”¹²². Contudo, segundo Fazenda, “a especulação torpe” acabou por distorcer a ordem instituída em Portugal, através do incentivo financeiro dado a amas e “recoveiras”. Muitas mulheres aproveitaram-se da ajuda financeira real para, em seguida, livrarem-se das crianças que teriam adotado temporariamente das formas mais hediondas:

Em 1771, no dia 4 de Junho, foi condemnada uma mulher, de nome Luiza de Jesus, natural de Coimbra, porque ia á roda desta cidade buscar crianças, recebendo de cada uma 600 réis em dinheiro, 1 covado de baeta e um berço. Reconheceu-se pelo processo que esta féra matára 33 crianças. Foi garroteada, indo com baraço e prégão pelas ruas públicas, sendo atenzada e cortando-lhes as mãos, queimando-se o corpo e reduzindo-a a cinzas.¹²³

A condenação da personagem referenciada por Fazenda, deste modo, insere-se nos métodos adotados pelo poder na repressão à delinquência, conforme Michel Foucault, com o suplício do corpo, integrante da “economia do castigo”¹²⁴ amplamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos, em que esquarteramentos, amputações, marcações simbólicas como tatuagens e a incineração nas fogueiras, que remontam à época medieval, constituem-se como estratégias do corpo em espetáculo. Tanto quanto a criança que é abandonada nos postos de recolhimento ou ao relento, criminosos, assim, têm seus corpos em suplício para educar o mal.

¹²² Ibid. p. 397.

¹²³ Ibid, p. 398.

¹²⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 13.

De todo modo, com o passar dos anos, a nobreza de Portugal deixou de considerar o suporte aos enjeitados como prioridade administrativa. Fazenda afirma que, em muitas cidades, as instituições designadas para a recepção das crianças reclamavam da insuficiência de espaço e de recursos financeiros para amparar tantos abandonados, cujo número aumentava ano a ano. Os organismos públicos, que tinham a incumbência de colaborar com finanças, deixaram de contribuir: “O Senado da Camara, que pela lei era obrigado a concorrer com subsídios para tão humanitário fim, furtára-se a esse dever, allegando falta de meios suficientes”¹²⁵.

No final do século XIX, conforme o autor, “por deliberação do marquez de Pombal”, de maneira a centralizar uma solução para o destino das crianças enjeitadas, foi regulamentada em Lisboa a Real Casa dos Expostos, cuja administração ficou a cargo da Irmandade da Misericórdia, com suporte financeiro e participação da monarquia, que nomeava o provedor e os funcionários. Ao mesmo tempo em que revela as contradições da lei, Fazenda argumenta que “a sorte dos miseros desamparados mereceu sempre, no correr dos tempos, o zêlo e compaixão dos monarchas portuguezes e da alta fidalguia”¹²⁶.

Para legitimar a compaixão da nobreza, numa argumentação bem ao gosto da elite, Fazenda cita a criação da Real Ordem de Sancta Isabel, entre tantas outras criadas em Portugal com a mesma finalidade, até que começassem campanhas para a extinção das rodas, que aconteceu em meados do século XI:

As damas que pertencessem a esta ordem seriam obrigadas a visitar por turnos, uma vez em cada semana, o hospital dos expostos, e a observar os artigos pertencentes ao regime particular e govêrno economico do hospital e os mais actos de caridade, que se devessem practicar sôbre o tractamento dos expostos. A ordem era composta, além da Família Real, de 26 damas, que deveriam ser casadas e ter vinte e seis annos completos.¹²⁷

¹²⁵ FAZENDA, José Vieira, p. 398.

¹²⁶ Op. cit.

¹²⁷ FAZENDA, José Vieira, p. 399.

No Rio de Janeiro, a preocupação com o abandono das crianças nas vias públicas, “perecendo á miseria e ao frio”, afirma Fazenda, teria começado somente no início do século XVIII. Oliveira atribui o abandono de crianças no Brasil nesta época a uma série de componentes, entre as quais, à estrutura da sociedade escravocrata, parâmetros de moral e educação, práticas sexuais, além do aumento populacional e preocupações do Estado quanto à administração de recursos na gestão econômica, ensejando o país na reconfiguração social que se avizinhava pela modernidade inaugurada na Europa. Assim, aponta que neste período da história, tanto quanto nas maiores cidades do país, na Vila de Nossa Senhora do Desterro – atual Florianópolis - “o discurso médico-higienista elegeu a assistência aos expostos como um de seus alvos, tornando-a suporte instrumental para intervir nas condutas”¹²⁸.

Maria Luiza Marcílio, em paralelo, afirma que no Brasil, do período colonial até meados do século XIX, vigorou uma fase denominada “caritativa”:

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação pelo privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas.¹²⁹

Fazenda ainda informa, ao longo de suas crônicas, que a assistência aos enjeitados no Rio de Janeiro percorreu um longo

¹²⁸ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira, p. 14.

¹²⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 21.

caminho, uma vez que, diante do surgimento cada vez mais comum de abandonados na época, o governador Antonio Paes de Sande encaminhou carta à metrópole pedindo providências. Desta forma, sugeriu-se que a Santa Casa de Misericórdia – administrada pela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, criada no início do século anterior pelo padre jesuíta José de Anchieta – passasse a ser referência para o recolhimento e abrigo das crianças abandonadas em diversos pontos da cidade. Na resposta que recebeu da metrópole, no entanto, Paes teve sua sugestão rejeitada e foi-lhe determinado passar a incumbência à Câmara, tal como havia sido em Portugal.

Essas explicações constam da segunda parte de “A Roda”, na qual Vieira Fazenda buscou detalhar a gênese da roda dos enjeitados no Rio de Janeiro. Boa parte desse texto tem como fonte os arquivos da Santa Casa de Misericórdia, através dos quais o autor resguarda a instituição que, mesmo atravessando dificuldades financeiras à época, continuou abrigando as crianças abandonadas às suas portas. Fazenda busca a evidência no regimento da Irmandade:

Todas as vezes que lhe permitiam as condições a Sancta Casa nunca deixou em abandono os meninos enjeitados. Dava por esse modo cumprimento ao capítulo XXXIII do compromisso, cujos parágrafos 2º e 3º assim dispõem: “Achando-se alguns meninos desta qualidade (expostos às portas do hospital ou nelle tornados orphãos), constando de seu desamparo, o provedor e mais ermãos da Mesa *os mandarão acabar de criar tomando-lhes amas*, enquanto forem de pouca idade, e depois de crescidos lhes darão ordem conveniente, para que nem por falta de criação venham a ser prejudiceaes á Nação, nem por falta de occupação fiquem expostos aos males, que a ociosidade costuma causar. – *Havendo alguma pessoa virtuosa*, que se queira encarregar da criação e amparo de algum destes meninos, a Casa lh’o largará, porque não deve tomar a seu

cargo, sinão aquelles, que não tiverem, nem outro remedio, nem outra sustentação”.¹³⁰

Os antigos registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia também foram utilizados pelo autor para organizar e dar autoridade às informações como em todo percurso de seus textos: “servem de prova os lançamentos das quantias pagas ás amas de leite e destinadas a dótes das expostas”. Da mesma forma, Fazenda buscou nos documentos a coleta e citação de nomes de alguns dos enjeitados que foram amparados e receberam ajuda após a fundação da Irmandade:

Para o patrimonio do enjeitado Diogo de Castro, que fora sacristão e ia receber ordens maiores, a Misericordia deu um prédio de pedra e cal no canto fronteiro aos que foram de Gaspar Cabral (rua General Camara, esquina da rua da Quitanda). Nos competentes livros dos accordãos notam-se, entre outros, o dóte de duzentos mil réis e um enxoval de cincoenta mil réis conceditos á enjeitada Ursula do Bomsucesso, que se ia casar com o sapateiro Francisco da Costa. Dous annos depois (1697) o mesmo se practicou com relação á exposta Antonia do Bomsucesso.¹³¹

Com a prática caritativa da Misericórdia, Fazenda afirma que a Câmara do Rio de Janeiro resistia ao cumprimento de sua obrigação, resultando em nova determinação da MetrÓpole, agora para que aumentasse os impostos e assumisse o sustento das crianças abandonadas. O autor informa que a Câmara, então, valeu-se das sobras dos impostos do azeite doce e do sal do Reino para financiar os enjeitados. Mas, como em Portugal, no Rio de Janeiro do século XVIII cresceu o número de expostos, e a verba tornou-se insuficiente. Fazenda atesta que a Câmara ainda buscou outros artifícios:

¹³⁰ FAZENDA, José Vieira, p. 401.

¹³¹ FAZENDA, José Vieira, p. 402

Por um documento impresso no *Arquivo Municipal* vejo que ainda em 13 de outubro de 1736, vendo-se a Câmara onerada em dívidas para a manutenção dos enjeitados, escreveu longa carta a Gomes Freire de Andrade. Allegava as dificuldades, em que se via, e impetrava o favor de tirar por empréstimo *quinze mil cruzados* da quantia do donativo, que todos os annos ia para Portugal. Esse donativo havia sido imposto muitos annos antes para o dote de casamento das princezas de Portugal, e ainda continuava.¹³²

Dada a insistência da Câmara com petições dirigidas ao governador, a remessa do donativo a Portugal acabou suspensa, mas a medida também não resolveu a situação dos expostos. Os abrigos e instituições mantidos pela Câmara, conforme relato do autor, permaneceram em situação de penúria, privando as crianças dos cuidados necessários. Em meados do século XVIII, com o aumento gradativo da população de enjeitados, os mecanismos de amparo já não eram mais suficientes, e a maioria das crianças acabou não sobrevivendo, ou por terem sido abandonadas nas ruas, ou por falta de atendimento adequado.

2.2 A ECONOMIA DO ENJEITAMENTO

Na terceira parte do texto, Fazenda aborda especificamente a criação da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, a segunda a existir no Brasil – a pioneira teria sido em Salvador. Na sequência foram criadas instituições semelhantes em Recife e em São Paulo, espalhando-se por quase todo o país no século seguinte. O autor relata que a Câmara, de início, nada fez para apoiar a ideia que partiu de dois voluntários abastados: “coube os dous beneméritos burguezes Romão de Mattos Duarte e Ignacio da Silva Medella” o financiamento para a fundação de uma instituição destinada exclusivamente “ao amparo das infelizes criancinhas, como já existia em Lisboa e na Bahia”.

A verba doada foi destinada às obras da Casa e da roda, para a recepção dos enjeitados, na maioria recém-nascidos, que

¹³² Ibid, p. 404.

até então eram deixados junto a caixotes de lixo, geralmente à noite, nas proximidades do Hospital da Misericórdia, no centro antigo do Rio. As atas das sessões realizadas na Santa Casa com o registro dos donativos foram reproduzidas por Fazenda nessa parte do texto, como uma prestação de contas ao ato caridoso de Duarte e Medella. Segundo ele, os primeiros enjeitados lançados na roda da Casa dos Expostos, integrada ao complexo da Misericórdia, receberam os nomes de Romão e Anna.

Foi através da consulta aos arquivos da Santa Casa que Fazenda extraiu também o registro de chegada do menino: “o qual trouxe um coeiro de chita verde”, que teve como padrinho Romão de Mattos Duarte, que atualmente dá nome ao educandário ligado à Irmandade da Misericórdia, anteriormente citado. Pelos arquivos da Misericórdia, o autor dá conta de outra ata comprovando a chegada e recolhimento da menina: “com quatro coeiros de baeta, seis camisas, uma toalha de panninho, uma coifinha, uma vara de fita encarnada”. Ana foi batizada por Ignácio da Silva Medella.

Fazenda cita que nem todos os recém-nascidos enjeitados naquela época cresciam sob os cuidados da Casa dos Expostos. Marcílio informa, ao mesmo tempo, que muitos foram adotados, a exemplo de Romão, que foi levado pela madrinha Anna Ferreira e pelo marido Antonio Pires da Fonseca, então escrivão da Santa Casa. Ana foi morar com a madrinha Isabel Gomes e o marido Jorge Correia em uma casa na antiga Praia do Valongo.¹³³

Ao contrário da Europa, onde os enjeitados ficavam sob a responsabilidade do Estado a partir do internato em asilos até a morte, Marcílio acrescenta que no Brasil a adoção era comum:

O sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de famílias foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda a História do Brasil. (...) Certamente, o componente religioso esteve presente em muitas das pessoas que se compadeceram dos pequeninos e desamparados e lhes deram

¹³³ A Praia do Valongo ficava próxima à Prainha, área de trapiches, estaleiros e comércio. Esta região foi convertida na Praça Mauá, centro do Rio.

agasalho em seu lar. A própria igreja, desde os tempos primitivos estimulou a prática da *caritas*, do amor ao pobre e às criancinhas, prometendo a salvação futura para os que a praticavam. Há que considerar que a caridade cristã é uma tradição. Nenhuma criança encontra na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados. Aliado à caridade sempre esteve presente o dever precípua de fazer batizar imediatamente a criança encontrada.¹³⁴

Essa atitude, porém, não é justificada simplesmente pela caridade inserida nos princípios da religião, uma vez que a economia também era um ingrediente fundamental da época, segundo Marcílio: “Em uma sociedade escravista (não-assalariada), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita”.¹³⁵ Desta forma, nem sempre os enjeitados adotados recebiam tratamento melhor do que aqueles deixados em uma instituição: “Não se deve esquecer que, na época, existia uma sociedade de senhores e escravos, marcada pela violência”¹³⁶.

Fazenda conta que, apesar das doações de Duarte e Medella, a Santa Casa foi em busca de mais recursos para o sustento dos enjeitados. Para isso, reescreve o requerimento encaminhado pela Irmandade ao rei D. João V. Revelando a forma que adotava para a redação de seus textos, o autor assume: “Desses documentos, como de muitos outros, possui notas tiradas, ha annos, do Archivo da Misericórdia”. O pedido da provedoria surtiu efeito, conforme Fazenda, e a Santa Casa passou a receber recursos da Câmara.

Em meio a esse cenário, a população não parou de crescer no Rio de Janeiro, assim como o número de crianças abandonadas. A Irmandade fez nova apelação, desta vez assentida pela rainha D. Maria I, que ordenou novas contribuições por parte do Senado. As estatísticas da Santa Casa apontam que somente em 1843, 456 crianças foram depositadas na roda da Casa dos Expostos. A maioria, 305, foi

¹³⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 404.

¹³⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 137.

¹³⁶ *Ibid*, p. 138.

abandonada à noite, contra 151 durante o dia. Entre 1738, data da fundação, e 1821, a Casa dos Expostos, conforme os arquivos da instituição, recebeu quase 9 mil crianças¹³⁷.

Enquanto isso, na Vila Nossa Senhora do Desterro, desde 1830 o governo da província de Santa Catarina resolveu suprir as despesas da Irmandade do Senhor dos Passos, responsável pelo recolhimento de expostos junto à roda instalada no Hospital de Caridade, conforme Oliveira, atendendo especialmente ao pagamento de mensalidades das amas encarregadas de criar as crianças. E dá conta das seguintes estatísticas sobre Desterro:

Em 1854 foram expostos 48 recém-nascidos, o maior número registrado pela assistência de Desterro. Se na década de 1850, em termos absolutos, os registros de expostos atingiram os índices mais elevados do período compreendido entre 1828 e 1893 – época em que a assistência esteve sob a administração da Irmandade do Senhor dos Passos -, também na década de 1850 constatamos uma pluralização das problematizações investidas na produção da ‘questão dos expostos’. Posteriormente à década de 1850 ocorreu uma gradual inflexão na frequência de registro de expostos, que se tornaram efetivamente raros na década de 1880, sem que tenhamos encontrado evidências de que, ao longo deste processo de retração, a prática de expor tenha sido coibida em Desterro.¹³⁸

Em Fazenda, o mais extenso documento reproduzido em suas crônicas sobre a roda dos expostos aparece na quarta parte do texto. Trata-se de um “alvará” assinado, em 1775, pelo rei D. José I, para dar “regularidade ao serviço das Casas dos Enjeitados”,¹³⁹ ocupando quatro páginas. Fazenda explica que o “alvará” serviu de base para providências da Santa Casa em relação aos expostos, que “salvou da escravidão centenas de inocentes que, enjeitados por seus senhores, eram depois reclamados”.

A quinta parte do texto foi dedicada por Fazenda às parteiras, disseminadas pelos becos e vielas do Rio antigo e que estariam divididas em duas categorias: primeiro, as curiosas ou aparadeiras, mais conhecidas como “comadres”, e, segundo, as que tinham carta de aprovação dos médicos da época, após

¹³⁷ FAZENDA, José Vieira, p. 410.

¹³⁸ OLIVEIRA, Henrique Pereira, p. 48

¹³⁹ FAZENDA, José Vieira, p. 409.

prestação de exames. Ambas desempenharam papéis em relação às crianças abandonadas, segundo confia o autor: “Depositárias de graves segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escândalos, gozavam de grande respeito e dispunham de boas amizades”.¹⁴⁰

As casas onde moravam eram identificadas por uma cruz preta pintada no portal. Sem leis coercitivas, as parteiras exerciam livremente a profissão hoje privilégio dos médicos obstetras. Fazenda conta que entre as parteiras licenciadas existiam escravas, cujos proventos com o trabalho “iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra, ladina, entendida em parto”. O autor cita as parteiras negras e escravas, algumas curiosas ou “comadres”, as mais requisitadas:

Por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á Roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter os incômodos da criação. Prestados os socorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante modica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e o ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos. Envolvidos na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que sofriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso.¹⁴¹

A escrava parturiente, segundo Fazenda, constituía-se uma lucrativa fonte de renda para os escravocratas. Passado o período de resguardo, conta o autor, o dono a anunciava como “perfeita ama de leite, sadia, muito carinhosa, que não era dada ás bebidas, nem fujona”. Em crítica à elite econômica, Vieira Fazenda diz que a ganância dos senhores era tanta que com o leite de um só parto a escrava chegava a amamentar de duas a três crianças. Para os recém-nascidos escravos, levados para a roda dos expostos, a liberdade foi garantida por lei em 1775, conforme relata.

¹⁴⁰ Ibid. p. 413

¹⁴¹ FAZENDA, José Vieira, p. 414.

Na exceção que caracteriza a soberania, no entanto, a alforria não era respeitada: “em boa hora lembravam-se alguns senhores de escravos de que na Roda existia um ente abandonado, o qual no futuro, lhes poderia ser de grande vantagem”.¹⁴² Assim, reclamavam o “inocente como filho de sua escrava”. Fazenda afirma que a conduta dos escravocratas motivou protesto da Santa Casa de Misericórdia ao governo. O documento está incluído nas três páginas finais da quinta parte de “A Róda”.

Na última parte do texto, Fazenda, como que expressando pensamentos avulsos, descreve as sucessivas mudanças de endereço da Casa dos Expostos. Por sua vez, Gandelman¹⁴³ informa que o complexo da Santa Casa de Misericórdia foi construído aos poucos – na base do Morro do Castelo, onde começou o povoamento do Rio de Janeiro –, na medida da arrecadação de recursos e da necessidade de atendimento à população durante o século XVII. O conjunto arquitetônico incluía inicialmente a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso e o Hospital Geral, o primeiro da cidade.

Ainda na fase inicial, acrescenta Gandelmann, a Santa Casa passou a se ocupar também de casamentos de órfãs e de sepultamentos. As doações de Duarte e Medella destinadas à construção da Casa dos Expostos, a partir do século XIX, atraíram investimentos de outros beneméritos, também ligados à Irmandade. Os recursos foram aplicados na instalação do Recolhimento das Órfãs – para abrigar e educar jovens brancas e pobres – e na ampliação do hospital, com a construção de um segundo piso.

Assim, a Santa Casa assumiu múltiplas funções. O ajuntamento populacional no início do século XXI foi um dos fatores que motivou a transferência da Casa dos Expostos para novo endereço. Até 1821, os expostos, meninos e meninas, conviviam juntos em uma das enfermarias do Hospital, próximos de outras alas onde ficavam internados doentes de todas as enfermidades, pacientes psiquiátricos e até leprosos. A virada do

¹⁴² Ibid, p.415.

¹⁴³ GANDELLMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, nº 3 (setembro/ dezembro de 2001), p. 613-630. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006, consultado a 16 de agosto de 2009.

século XVIII para o XIX foi fundamental para a revisão das funções da Santa Casa.

Fazenda não esmiúça este aspecto nos seus textos, mas foi nesse período da história do Brasil e, especialmente do Rio de Janeiro, que se acirraram os embates entre a ciência e religião, especialmente após a instauração do Primeiro Império. Bacharéis, médicos e representantes do governo passaram a questionar aos administradores da Irmandade as condições de funcionamento da Santa Casa, consideradas como impróprias às novas noções de higiene e planejamento urbano que se ditariam com o progresso da cidade.

Conforme Freitas,¹⁴⁴ neste período veio à tona também uma série de fraudes, começando por mães que abandonavam seus filhos na roda e, em seguida, se ofereciam como amas de leite para, durante três anos, receberem pagamento por serviços prestados à Santa Casa. Freitas aponta que, por falta de recursos para manter os enjeitados adolescentes, a organização incentivava uma brusca inserção no mercado de trabalho, procurando empregar meninos como aprendizes nas Companhias de Marinheiros ou no Arsenal de Guerra, e as meninas, como empregadas domésticas.

Fazenda limita-se na sexta parte de “A Roda” a informar que os enjeitados só foram transferidos para um espaço próprio em 1811, quando foi construída a Casa dos Expostos. Segundo ele, era um “modesto prédio” construído em terreno doado pelo tenente José Dias da Cruz – “cujo retrato figura na galeria dos benfeitores da Sancta Casa”¹⁴⁵ – nas proximidades do beco conhecido pelo nome de corredor do Trem, também na região central do Rio.

Neste endereço, revela Fazenda recorrendo ao historiador Moreira de Azevedo, a mortalidade era excessiva e não havia zelo na administração, mas os enjeitados e a roda lá permaneceram por mais 10 anos até que a Irmandade investisse na compra de novas instalações novamente próximas ao complexo da Misericórdia. O novo asilo foi inaugurado em 1822, junto com o Primeiro Império. Pouco tempo depois, a Casa dos Expostos recebeu a visita do Imperador D. Pedro I, de quem a

¹⁴⁴ FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁴⁵ FAZENDA, José Vieira, p. 418.

Irmandade recebeu críticas por conta do índice de mortalidade das crianças. A provedoria da Santa Casa, de acordo com Fazenda, produziu a seguinte resposta:

Sensível he que o numero de mortos fosse tão excessivo; mas quando se observa, que a maior parte das crianças entravam na Roda enfermas, muitas a expirar e até algumas já mortas, só resta o allivio de hua christã resignação nos altos desígnios da Divina Providencia.¹⁴⁶

Em meados do século XIX, em 1840, conforme Fazenda, a Casa dos Expostos passou a funcionar em um novo endereço: foi transferida do Largo da Misericórdia para a rua Santa Teresa. O autor não faz referência direta às políticas de higienização que estavam em andamento na cidade, mas sinalizando para o progresso que se avizinhava, reconhece:

Muito melhorou o estabelecimento por ter a casa maior capacidade, gosar de ar mais puro, além de um pequeno quintal e da água para seu consumo e lavagem, que por concessão do governo se lhe introduziu, tirada dos canos da Carioca.¹⁴⁷

Ao mesmo tempo, como que em apoio à postura conservadora, enaltece as preocupações do então provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira – “espírito altamente activo e benfazejo” –, que pretendia uma nova transferência para a Casa dos Expostos: “Planejou levantar um edifício que reunisse todas as condições hygienicas para a criação dos desamparados da sorte”¹⁴⁸.

Os elogios de Fazenda a Clemente Pereira têm justificativas, embora não as mencione em detalhes. Advogado formado em Coimbra, Pereira foi um dos articuladores da independência. Participou de legislaturas e tornou-se Ministro do Império. Durante sua gestão, comandou uma reforma drástica na

¹⁴⁶ Ibid. p. 419.

¹⁴⁷ FAZENDA, José Vieira, p. 419.

¹⁴⁸ Ibid, p. 418.

Santa Casa, certamente sob forte pressão das políticas higienizadoras que já vigoravam no Rio em meados do século XIX.

Gandelman relata que a provedoria de Clemente Pereira saneou as finanças e aumentou a receita da instituição, em cujas dependências foi instalada a água corrente. Em resposta às pressões dos sanitaristas, o novo provedor criou uma comissão própria com os dirigentes da instituição para inspecionar os prédios. A inspeção gerou um relatório com propostas de reformas no complexo, entre as quais o cancelamento dos enterros, antes feitos dentro da igreja, próxima ao hospital. Em documento encaminhado à Irmandade, Clemente Pereira, conforme Gandelman, fez a seguinte exposição:

A existência do cemitério dentro do hospital era uma verdadeira calamidade pública: a estatística dos corpos ali sepultados nos últimos oito anos representa o número de 22.279, correspondente, termo médio, a 2.784 por ano; no ano findo, de 1^o de julho de 1838 a 30 de junho de 1839, enterraram-se nele 3.194 corpos. E como fora possível que tão avultado número de cadáveres, amontoados em mal cobertas valas, deixassem de prejudicar, consideravelmente, não só a salubridade do hospital, mas mesmo a da cidade, achando-se o cemitério fronteiro à barra, por onde entram ventos fortes e, com especialidade, a viração que antes de ir refrigerar a povoação, se embebia necessariamente nos miasmas pútridos daquele lugar?¹⁴⁹

Os sepultamentos continuaram a ser feitos na região da Santa Casa, mas distante do hospital até que, em 1839, por decisão da Imperial Academia de Medicina da Corte, o cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia começasse a funcionar no Caju. Neste local, os sepultamentos passaram a

¹⁴⁹ Gandelman faz a seguinte referência em seu artigo: Livro de atas e termos das sessões e deliberações da administração da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos annos de 1830-1840 (Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., p. 327, 1914).

seguir regras mais rígidas, começando pela maior profundidade das covas para evitar que os cadáveres viessem à tona em decorrência das chuvas e vazão de charcos e riachos que cortavam o Rio da época. O Hospital Geral também foi reformado. Na gestão de Clemente Pereira começou, assim, a especialização dos espaços da Santa Casa.

Vieira Fazenda relata que Clemente Pereira escolheu um terreno próximo ao Largo da Lapa para construir a nova sede da Casa dos Expostos. Para isso, mandou demolir o antigo prédio da Rua Santa Teresa, removendo os enfeitados para um asilo no “Caes da Gloria”, em 1850, atual região do Flamengo. Dois anos depois de lançar os alicerces do que seria a nova sede da Casa dos Expostos na região da Lapa, José Clemente morreu. Foi substituído por um novo provedor, o Marquês de Abrantes, que mandou parar a construção, conforme Fazenda.

A Casa dos Expostos, assim, permaneceu na Gloria, até que, em 1860, na provedoria de Abrantes, fosse transferida para um prédio à Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), onde ficou até 1906, auge das reformas que começam a dar ao Rio de Janeiro o contorno de cidade maravilhosa a partir das reformas empreendidas pelo sanitarista Oswaldo Cruz e pelo prefeito Pereira Passos. Fazenda conta que durante a revolta de 1893-1894, a Casa dos Expostos neste endereço, então integrante da região central da cidade, “foi alvejada por balas de diversos calibres”. Segundo ele, “não houve, felizmente, desgraças a lamentar”.

O autor menciona a revolta que aconteceu entre 1893 e 1894, mas não dá detalhes do que passou à história como a Revolta da Armada. O conflito aconteceu no início dos governos republicanos, promovida por militares da Marinha, primeiro contra o Marechal Deodoro da Fonseca, e, na sequência contra o Marechal Floriano, por conta do suposto desprestígio imposto pelo Exército à Armada na sucessão presidencial. A Revolta da Armada insere-se na história de conflitos nacionais entre tantas contra a política republicana que se instaurou em embates contra os defensores da monarquia e permanência da economia escravocrata.

2.3 A MATÉRIA SÓLIDA DO PASSADO

O autor encerra o texto informando que antes de ser transferida para a Rua Marquês de Abrantes, a Casa dos Expostos foi instalada à Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, onde ficou até 1911 ¹⁵⁰. A construção da nova Casa dos Expostos, à Rua Marquês de Abrantes, no mesmo bairro durou três anos. A sede foi inaugurada em 1911, em homenagem ao comerciante português Romão de Mattos Duarte, que em 1738 havia financiado o primeiro abrigo. A roda dos expostos funcionou neste endereço até 1938.

Ao longo do tempo, na virada dos séculos XIX para o XX, a antiga Casa dos Expostos caiu no esquecimento e a roda virou peça de museu. Praticamente no mesmo endereço há 95 anos – agora à Rua Paulo VI, também no Flamengo - hoje a instituição é Educandário Romão de Mattos Duarte, que continua recebendo e abrigando crianças na faixa etária de zero a seis anos, vítimas de abandono e encaminhadas pelos organismos judiciais, como a Vara da Infância, da Juventude e do Idoso ou Conselhos Tutelares. A página da Fundação na Internet informa ¹⁵¹:

Inúmeras são as causas pelas quais as crianças chegam ao Educandário Romão de Mattos Duarte, porém são carentes de afeto e de amor. O Educandário abriga crianças órfãs, abandonadas ou cujos pais ou responsáveis foram destituídos da guarda ou pátrio poder pelo Poder Judiciário, nos casos de emergência quando é constatada ação, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. As crianças poderão retornar ao lar paterno, garantidas as condições mínimas de proteção aos direitos da criança e adolescente, previstas em lei; serem colocados em família substituta mediante grada, tutela ou adoção, de acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendemos também a creche popular destinada à população mais vulnerável, com o objetivo de superar

¹⁵⁰ SOARES, Ubaldo, p. 22.

¹⁵¹ Informação disponível em: <http://www.romaoduarte.com.br/>

exclusões sociais, defendendo os direitos de cidadania e dignidade humana. Efetivando tais direitos, atingimos outras parcelas da população. Nosso objetivo é o desenvolvimento integral e harmônico de todas as crianças aqui atendidas.

Ao longo do conjunto de seis crônicas, à primeira vista, ao enaltecer os “espíritos altamente filantropos”, a “caridade de almas benfazejas” e a “compaixão dos monarcas portugueses”, o tecido das crônicas de Vieira Fazenda remete o objeto-roda aos leitores de sentidos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Institucionalizado, o tecido de Fazenda é “presentificado” como instrumento pelo qual se pode ter noção de realidade. Desta forma, como em Derrida, inicialmente a escrita sobre a roda não pode deixar de ser vista como aquela que recorre ao paradigma da tecelagem gramatical, a que estabelece vínculo com o mito.

Costume, tradição e herança são alguns dos signos explícitos e constantes na narrativa de Fazenda, conforme já visto, e seguem na direção da validade da representação através do texto, no qual se busca sustentar a garantia da “coisa” já vista. Mas ao mesmo tempo, as crônicas de Fazenda lançam-se ao cruzamento de olhares entre passado e futuro enquanto proliferam razões sobre o enjeitamento de recém-nascidos e uma infinidade de discussões sobre a roda dos expostos como solução para o abandono, prática que se estende ao longo dos séculos.

De certa forma mitificada pelo tecido de Fazenda, a roda remete ao noticiário contemporâneo que consagra o artefato como solução para o enjeitamento, uma vez que atualmente não existe objeto similar que dê suporte à vida do enjeitado no Brasil. Assim, a roda é mercadoria iluminista, objeto de crença no progresso ou sorte de repetição do “infernai” a que se refere Benjamin quando trata das falsas novidades. Dobras e redobras, pelo olhar de Fazenda, mas também pela leitura dos jornais abrem, então, como em Ana Luiza Andrade¹⁵²:

¹⁵² ANDRADE, Ana Luiza, p. 122.

(...) um leque constelacional, em que a alimentação pela folha serve como metáfora sensorial ou meio de transporte de sabor/saber, usada para a nutrição de um corpo cultural em sua organicidade, para o qual as folhas periódicas serviam como alimento/remédio contra a falta de informação.

Ao sair do esquecimento passando ao noticiário do século XXI, no qual o abandono de recém-nascidos ainda é prática recorrente, a roda dos expostos, segundo os fragmentos publicados pela imprensa e citados no início desta tese, é re-mitificada ou assume uma sorte de *mimese* ao parecer resposta para uma ilusão coletiva naturalizada que se associa ao poder na oferta do sonho de bem-estar. Contudo, esta tese não trata da crítica à mídia como difusora de ideias, temática amplamente já explorada pelos estudos científicos de todas as áreas do conhecimento.

Importa nesta tese a relação dialética dos textos de Fazenda e dos outros autores com as narrativas da imprensa no presente, desenhando a roda como reminiscência que resiste ao apagamento de memória, tanto quanto fantasmagoria da solução para o enfeitamento ou alegoria da inclusão-exclusão, conforme será visto na sequência a partir do diálogo com o texto de Joaquim Manoel de Macedo, em *A Luneta Mágica*.

3 DESLOCAMENTOS DO OBJETO

A alegoria se instala mais duravelmente
onde o efêmero e o eterno
coexistem mais intimamente.
(Walter Benjamin)¹⁵³

Maria Luiza Marcílio, em *História social da criança abandonada no Brasil*, obra lançada no final dos anos 90, em busca das razões pelas quais as crianças eram enjeitadas no passado pergunta: “Por que se abandonavam crianças no Brasil antigo¹⁵⁴? A autora afirma que o sistema colonial implantado no Brasil – “da escravidão e da concentração de riqueza, em torno da grande propriedade monocultora, para exportação¹⁵⁵” – foi determinante para a desigualdade social e, assim, a pobreza teria sido a maior causa para o abandono de crianças em todas as épocas, embora a prática também seja atribuída a outros motivos como a ilegitimidade, a prostituição, além da doença do recém-nascido.

A roda também teria servido como cemitério para bebês mortos, “para os pais se livrarem das despesas com os funerais e o enterramento”¹⁵⁶. A falta de condições da mãe para o aleitamento neonatal ainda está entre as razões para o enjeitamento, conforme Marcílio:

Em 1755, a pessoa que levou a menina Joaquina à Roda do Rio de Janeiro deixou o bilhete: “... morreu sua mãe e por pobreza e falta de leite se enjeita”... A falta de leite da mãe, em uma época em que a amamentação artificial era raramente utilizada, era uma outra razão invocada para justificar o abandono do filho: “... não é enjeitada, deitou-a aí pela precisão. Não tenho leite nem recurso para criá-la, estou doente, o pai a abandonou; está magra por falta de leite e de

¹⁵³ BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão, SP: Brasiliense, 1984, p. 247.

¹⁵⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. p. 257.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid. p. 260.

uma diarréia que teve por causa do leite condensado” (1902). Ou o caso da gauchinha Aspácia: “A pobre criancinha está doente e a mãe não tem leite”¹⁵⁷.

Deste modo, a roda teria sido lugar de “socorro temporário para os pobres, desempregados, migrantes, doentes, mendigos etc, que não tinham outra saída para cuidar de seus bebês”¹⁵⁸. Conforme Marcílio, a honra a mulher e da família eram postas em questão na hora de decidir pelo enjeitamento, facilitado pelo anonimato. Assim, a pobreza não teria sido apenas o maior motivo para justificar o abandono de bebês e o aparato de recolhimento, criado para inibir o aborto e o infanticídio, que acabou por institucionalizar o enjeitamento, transferindo a responsabilidade de sobrevivência das crianças ao Estado ou às instituições privadas.

Oliveira, por sua vez, aponta o abandono como produto de uma constelação que envolve o combate à anticoncepção, ao aborto, infanticídio, escândalo dos pecados contra a castidade e a moralização das condutas, que imprimiram uma nova face à prática de expor em relação à Antiguidade¹⁵⁹:

A urbanização teria elevado a frequência da prática de expor crianças porque possibilitou o enfraquecimento dos vínculos tradicionais de controle das condutas, e implicou em uma maior instabilidade de uniões, resultando, conseqüentemente, na multiplicação de uniões sexuais cujos eventuais frutos não eram desejados pelos parceiros da relação. Este quadro explicaria o aumento de nascimentos não-desejados nas áreas urbanas, resultado do crescimento do número de expostos. Por outro lado, nas cidades não vigorariam os fatores que nas áreas rurais motivavam os particulares a recolher crianças expostas, configurando a necessidade do estabelecimento de uma assistência institucionalizada a estas

¹⁵⁷ MARCILIO, Maria Luiza, p. 260

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira, p. 36.

crianças. Segundo este raciocínio, o desequilíbrio entre o crescimento no número de expostos, frente ao refluxo das práticas de recolhimento de recém-nascidos nas áreas urbanas, teria sido o fator que induziu a criação de instituições especializadas na assistência aos expostos. Desta forma atribui-se o estabelecimento da assistência aos expostos, nas áreas urbanas, ao aumento da prática de expor recém-nascidos – que por sua vez seria decorrência do aumento do nascimento de filhos ilegítimos.

Em notícia publicada no *website* da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)¹⁶⁰, a pediatra neonatologista Rosângela Torquatto Fernandes aponta “a exclusão social, impossibilidade de abortar legalmente e a não-realização do procedimento completo do pré-natal de no mínimo oito consultas médicas”, que seriam determinadas pelo Ministério da Saúde, como elementos inseridos nas causas multifatoriais para abandono, em particular de bebês prematuros, alvos da pesquisa que empreendeu entre setembro de 2007 e março de 2008, em São Luís.

O juiz Marcos Padula, da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Minas Gerais, após a sucessão de casos de abandono na cidade, defendeu a adoção como saída para garantir a sobrevivência das crianças e, ao mesmo tempo, isentar os pais da punição pelo abandono, apontando “a pobreza e a falta de recursos como justificativa mais comum apresentada pelos pais que desistem de criar os próprios filhos”¹⁶¹. Em Belo Horizonte, em 2007, cerca de 700 crianças com idades até 18 anos estariam recolhidas em abrigos para menores, além de existir 490 casais na fila de adoção. Conforme o juiz, a preferência por crianças brancas do sexo masculino dificulta a adoção. Na mesma reportagem foram lembrados três casos de abandono:

¹⁶⁰ Pesquisadora analisa as causas do abandono de bebês prematuros na capital. UFMA Notícias, 18/11/2009, disponível em: <http://www.ufma.br/noticias/noticias.php?cod=4701>

¹⁶¹ Juiz defende adoção para evitar abandono de bebês. Terra Notícias, 20/10/2007, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2008009-EI306.00.html>

Em 28 de janeiro do ano passado (2006), segundo a polícia, a vendedora Simone Cassiano da Silva, 30 anos, teria jogado a própria filha de 3 meses na água poluída da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. A menina foi resgatada por um homem que caminhava na orla e por um vigia do Museu de Arte da Pampulha. Letícia, nome que ganhou da Justiça, hoje vive com uma família que a adotou. A vendedora cumpre pena de 8 anos e 4 meses de prisão pela tentativa de homicídio. No último dia 30 de setembro (2007), o bebê que teria sido jogado no rio Arrudas pela mãe, Elisabete Cordeiro dos Santos, 25 anos, não teve a mesma sorte. Depois de ficar internada por cinco dias em uma maternidade, a pequena Michele, nome que recebeu dos funcionários do hospital, morreu vítima de um edema, infecção generalizada e falência múltipla dos órgãos. Elisabete foi presa e indiciada por homicídio doloso, juntamente com uma vizinha, que teria comprado para ela remédios para abortar. Se condenadas, elas podem pegar entre 12 e 30 anos de cadeia. No dia 9 de outubro (2007), um bebê foi encontrado morto dentro de um saco plástico por catadores de lixo em um aterro sanitário de Monte Sião, no sul do Estado. A mãe foi presa três dias depois e confessou o crime. Sarita Gomes, 20 anos, afirmou em depoimento que teria escondido a gravidez da família e teria colocado o bebê no saco de lixo porque teria achado que o filho já tivesse nascido morto. Ela também foi presa. A polícia aguarda um laudo do Instituto Médico Legal para verificar se o bebê morreu depois de nascer. Neste caso, Sarita será indiciada por homicídio doloso, em que há a intenção de matar, e também pode ser condenada a até 30 anos de prisão¹⁶².

¹⁶² Juiz defende adoção para evitar abandono de bebês. Terra Notícias, 20/10/2007, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2008009-EI306.00.html>

Ao formular perguntas sobre as razões do abandono, Marcílio afirma ser impossível elencar respostas que justifiquem a prática do passado, embora tenha produzido amplo estudo sobre a questão. Apontar respostas para o abandono de hoje em pleno século XXI parece ser tarefa semelhante. O enjuntamento sistemático de bebês em toda sorte de lugar e circunstâncias parece indicar a roda dos expostos, as *babyklappe* ou *babynests* como solução para garantir o futuro da humanidade, deixando de ser apenas rastros e restos de questões fundamentadas na moral e na economia. Desta forma, a pergunta não seria por que se abandonam bebês, mas como eles poderiam sobreviver sem a roda ou mecanismo similar.

Marcílio afirma que o sujeito de sua pesquisa – a criança – aparece como muda na história, porque são as falas adultas e oficiais as principais e frequentes fontes sobre a questão. Segundo a pesquisadora, “até mesmo a literatura brasileira é avara no tema da infância, particularmente da infância abandonada”¹⁶³. Não é bem assim. Como já referenciado, a questão foi e tem sido alvo de escritores, como José Vieira Fazenda, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, cujos textos sobre a exposição de crianças são matéria-prima desta tese.

Na literatura brasileira há boa dose de marcas ou ruínas da roda dos expostos como fantasmagorias disponíveis à leitura, conforme convida Benjamin. Assim, percebe-se a proliferação de deslocamentos do objeto em seus paradoxos indo na contramão do apagamento de memória quando se usa um “estereoscópio”, instrumento capaz de focar duas imagens de um mesmo objeto em ângulos diferentes com a sensação de enxergarmos, em relevo, uma espécie de terceira dimensão.

3.1 A LUNETTA DE MACEDO

O romance *A Luneta Mágica*, de Joaquim Manoel de Macedo, oferece panoramas estereoscópicos de que fala Benjamin. Primeiro publicado em *A Semana Ilustrada*, como folhetim, no período entre 22 de março e 27 de setembro de 1868, quase 50 anos após a independência do Brasil e pouco

¹⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza, p. 256.

mais de 20 anos antes da República, virou livro e foi lançado pela Livraria Garnier, em 1869. A Livraria Garnier, criada em 1844 pelo francês Baptiste Louis Garnier, esteve instalada à Rua do Ouvidor e fez parte do desenvolvimento editorial no país, com os livros impressos em Paris e Londres.

Publicou, além de estrangeiros como Honoré de Balzac, Charles Dickens, Alexandre Dumas e Oscar Wilde, brasileiros como José de Alencar, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Olavo Bilac e foi a principal editora de Machado de Assis. Local de debates, a Garnier acabou sendo referência para os autores brasileiros que desejassem ter seus livros publicados, desde que fossem cativos e caíssem nas graças de Machado de Assis, que liderava as tardes literárias. Foi assim que muitos escritores puderam ver seus livros publicados. *A Luneta Mágica*, de qualquer forma, em nada se aproxima de *A Moreninha* (1844), que Macedo escrevera e publicara quase 25 anos antes.

De acordo com Maria Antonieta Pereira, o romance em questão distoa do perfil atribuído a Macedo, como o “romancista de donzelas”¹⁶⁴ e destaca a ironia com que o autor constrói o personagem Simplício - “significativo nome” -, que considera como “nota dissonante” na narrativa linear e simétrica. Conforme Pereira, o procedimento irônico apela para uma linguagem cotidiana e trágica como a inaugurar um experimento narrativo à época da publicação do romance. Ao mesmo tempo afirma:

O procedimento irônico é reforçado pela denúncia da corrupção dos laços familiares e das estruturas políticas do Segundo Império, quando são apontados, como fenômenos de natureza idêntica, tanto as mazelas do sistema político-administrativo do Brasil quanto a família que controla as rendas e o futuro de Simplício. Assim, se irmão Américo, a prima Anica e a tia Domingas encenam na micro-estrutura familiar o mesmo comportamento de estadistas, ministros, polícia, guarda nacional e justiça pública, comparados por Simplício a grilos, cupins, aranhas e ratos empenhados na tarefa de dilapidar o patrimônio nacional e atravancar a máquina do Estado¹⁶⁵.

¹⁶⁴ PEREIRA, Maria Antonieta. A luneta mágica da tradição cultural, disponível em <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt5/antonietaresenha.html>, consultado em 12 de maio de 2010.

¹⁶⁵ PEREIRA, Maria Antonieta. A luneta mágica da tradição cultural, disponível em <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt5/antonietaresenha.html>, consultado em 12 de maio de 2010.

De fato, o autor apresenta o protagonista como quem relativiza ideias ao ser atordoado por visões do caos de seu ambiente e que lhe confere a ameaça de loucura. Teria Macedo – para alguns o Dr. Macedinho, médico de formação como José Vieira Fazenda, além de preceptor dos filhos da Princesa Isabel – assumido, naquela altura, certo *dandi style* através de seu personagem? Talvez. Vivendo entre 1820 e 1882, Macedo testemunhou um tempo de paradoxos durante os dois períodos imperiais. Além de médico, foi colaborador de jornais, professor do Colégio Pedro II – a escola da elite, como já dito -, além de fundador e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1857-1882), onde José Vieira Fazenda, na virada do século XIX para o XX terminou sua carreira como bibliotecário.

Disseminar o pensamento dominante foi ideia que norteou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com apoio do imperador D. Pedro II, inspirado no *Institut Historique*, fundado em Paris quatro anos antes. Ao Instituto, assim, coube ajudar a construir, através de artigos na imprensa e publicações próprias, a cargo de seus colaboradores de várias profissões, entre os quais romancistas da época, a fundação de uma nacionalidade, conforme aponta o *website* da instituição¹⁶⁶. A segunda regência herdou uma série de conflitos políticos e econômicos que se arrastavam desde o processo de independência. Movimentos pré-republicanos e pró-abolição dos escravos em várias regiões do país ameaçavam os interesses econômicos, políticos e sociais de monarquistas, latifundiários e comerciantes que formavam a elite brasileira à época.

Na tentativa de conter correntes contrárias à manutenção do poder, entre outras investidas foram fundadas instituições para disseminar e homogeneizar a história brasileira. Ao desenvolver pesquisas documentais e produção bibliográfica, através de vários autores como Fazenda e Macedo, o Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro visava destacar e consagrar personagens e heróis, trazendo “à luz o verdadeiro caráter da nação”, além de “difundir a civilização brasileira”¹⁶⁷, buscando

¹⁶⁶ Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>, consultado às 21h de 12 de novembro de 2005, e <http://www.ighb.org.br/ighb2.php>, consultado a 13 de novembro de 2005, às 21h.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>, consultado às 21h de 12 de novembro de 2005, e <http://www.ighb.org.br/ighb2.php>, consultado a 13 de novembro de 2005, às 21h.

forjar a unicidade, um ideal de nacionalidade. Carvalho aponta que “plasmar visões de mundo e modelar condutas” são esforços para atingir o imaginário social:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a Revolução, educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior tinha exatamente este nome: Bureau de l’Espirit¹⁶⁸.

Mas em *A Luneta Mágica* – conforme já dito nesta tese, publicado antes das principais reformas urbanas do Rio de Janeiro -, Macedo apresenta um protagonista que atravessa as páginas como galerias, a explorar os paradoxos de seu tempo, talvez um “desmancha prazeres” do jogo do senso comum, do único foco, então, ideal e predominante. E, assim, o protagonista em nada se parece com o corajoso, o destemido, características heróicas de romances predominantes à época. Macedo, como a antecipar e a caricaturar a catástrofe do progresso – referenciada por Benjamin - que se avizinhava com a república, a urbanização e a industrialização do país, constrói Simplício como um personagem fragmentado pelas novas condutas sociais e, assim, configura uma inadequação, uma miopia:

Chamo-me Simplício e tenho condições naturais ainda mais tristes que meu nome. Nasci sob a influência de uma estrela maligna, nasci marcado com o selo do infortúnio. Sou míope; pior do que isso, duplamente míope, míope física e moralmente. Míope física: _ a duas polegadas de distância dos olhos não distingo um girassol de uma violeta. E por

¹⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 11.

isso ando na cidade e não vejo as casas. Míope moral: _ Sou sempre escravo das ideias dos outros; porque nunca pude ajustar duas ideias minhas. E por isso quando vou às galerias da câmara temporária ou do senado, sou consecutiva e decididamente do parecer de todos os oradores que falam pró e contra a matéria em discussão. Se ao menos eu não tivesse consciência dessa minha miopia moral ! ... mas a convicção profunda de infortúnio tão grande é a única luz que brilha sem nuvens no meu espírito.¹⁶⁹

Miopia, em consulta a um dicionário¹⁷⁰, traduz-se por “distúrbio de refração em que os raios luminosos formam o foco antes da retina” ou, simplesmente, “vista curta” ou ainda no sentido figurado, “pouca ou nenhuma perspicácia para perceber e entender as coisas”. E Macedo hiperboliza a miopia de Simplício, porque além de ser acometido por um caos que fisicamente não distingue qualquer coisa a duas polegadas de distância dos olhos, é também impedido moralmente de discernir ideias. Assim, Macedo faz Simplício desfilar por um tempo mesmo de confusão ou, por assim dizer, dupla miopia de que o Brasil teria sido vítima em meados do século XIX.

Nessa época, na qual o país desdobra-se a partir de colônia portuguesa aos regimes imperiais, a formação das camadas sociais inclui os míopes, ingênuos ou caóticos, mas também os “bilontras”, “tribofes”, espertalhões, velhacos, além de capoeiras e gozadores que levavam a visão de Comte na base da caricatura, dizendo-se “positivistas e pândegos”, porque “gostamos de festa e mulheres”¹⁷¹. Carvalho descreve, assim, a cena brasileira:

Mais do que qualquer outra cidade brasileira, o Rio acumulou forças contraditórias da ordem e da desordem. Não parece que lhe possa ser dada a característica de cidade

¹⁶⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. A luneta mágica. São Paulo: Editora Ática, 1973, p. 7.

¹⁷⁰ <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbeta=miopia&styp=k>

¹⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Editora Schwarcz, 2004, p. 158

letrada de que fala Angel Rama. Embora criada com a finalidade de ser instrumento de colonização, centro de poder e de controle, a própria geografia já derrotava qualquer plano urbanístico que se lhe quisesse impor. O terreno era constituído de morros e pântanos e o desenvolvimento urbanístico da cidade foi determinado por esses fatores durante longo tempo. Consistia em ocupar os morros e ir aos poucos aterrando os pântanos. Posteriormente, já em nosso século, passou-se a arrasar os morros. Mesmo assim, ainda hoje, na mais rica parte da cidade, a zona sul, convivem a classe média alta à beira-mar e o proletariado nos morros adjacentes. A grande presença escrava, por outro lado, acrescida mais tarde dos imigrantes do país e do exterior, formou a massa proletária de que falamos. O Estado colonial, depois nacional, tinha de conviver com esta realidade. Por mais iluminista que fosse, e o Estado português não o era muito, precisou desenvolver formas de convivência, ao mesmo tempo em que as irmandades constituíam também espaços de contato entre burocracia e povo e entre os vários setores da população. Nessas condições as normas legais e as hierarquias sociais iam aos poucos se desmoralizando, constituindo-se um mundo alternativo de relacionamento e valores. A escravidão dentro da casa minava a disciplina da família branca, assim como corroía os próprios padrões de relacionamento entre senhor e escravo. O predomínio de homens em relação às mulheres na composição demográfica da cidade impossibilitava em muitos casos a formação de famílias regulares. Mesmo que a autoridade desejasse, seria impossível a aplicação da lei. Daí que parte do próprio poder e de seus representantes desenvolveram-se táticas de convivência com a desordem, ou com uma ordem distinta da prevista. A lei era então era desmoralizada de todos os lados, em todos

os domínios. Esta duplicidade de mundos, mais aguda no Rio, talvez tenha contribuído para a mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia. De tribofe.¹⁷²

Em meio ao cenário caótico, a dupla miopia de Simplício, na narrativa de Macedo, vai aparentemente ser atenuada pela magia de uma luneta que recebe de um armênio, permitindo-lhe enxergar além das tais duas polegadas de distância e que lhe promete abrir o campo de visão como uma lente grande angular que pretende dar conta da cena que foca. A aparição do armênio na narrativa de Macedo inspira certo mistério, mas esmiuçar a intervenção do “estrangeiro” e de certa “pagelança” para a cura de males que adornam o imaginário brasileiro da época em questão não é novidade nas viagens pela literatura.

Em *A luneta mágica* há possibilidades de outras miradas, próprias para este estudo que rastreia suplementos para além do circular, vendo potência na narrativa de Macedo cujo alvo de críticas era o período imperial. Ao destilar considerações ditas ficcionais à política de sua época através do personagem Simplício, Macedo constrói a narrativa como a oferecer a visão de um *dândi*, como em Antelo:

O dandismo é um modo de cultura que se caracteriza por ser do contra. Ele apela ao frívolo para se opor ao sério, luta contra o pragmatismo, defendendo o idealismo; despreza a cultura, cultivando a agudeza, e contra os valores do progresso, levanta o ideal retrô.¹⁷³

E Macedo apela mesmo para o “retrô” quando Simplício, após usar e abusar do maniqueísmo, acaba apelando para o “bom senso”, saída para o desfecho da história, esfumaçada pela dobra remédio/veneno oferecida pela luneta presenteada por tal armênio, como será visto na sequência deste estudo. Ao mesmo tempo, percebo flanerismo na estratégia de Macedo para dar vida ao personagem Simplício, que, tal qual sorte de flaneur, vagueia

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ ANTELO, Raul. João do Rio. O dândi e a especulação. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, Timbre Editora, 1989.

pelas ruas do Rio antigo a “lunetear” com aquela espécie de estereoscópio benjaminiano, focando duplos, mais de uma visão de personagens familiares.

O “lunetear” de Simplício, proposto por Macedo, remete ao trapeiro, personagem que recolhe os dejetos da cidade em que vive, termo já referenciado nesta tese quando Walter Benjamin se refere ao poeta Charles Baudelaire¹⁷⁴:

Trapeiro ou poeta – a escória diz respeito a ambos; solitários, ambos realizam seu negócio nas horas que os burgueses se entregam ao sono; o próprio gesto é o mesmo em ambos. Nada fala do andar abrupto de Baudelaire; é o passo do poeta que erra pela cidade à cata de rimas; deve ser também o passo do trapeiro que, a todo instante, se detém no caminho para recolher o lixo em que tropeça.

Macedo, contudo, no início do romance, não esconde que Simplício, o protagonista de *A Luneta Mágica*, nasceu sob a influência de uma maré de azar, de uma “estrela maligna” e foi marcado com o “selo do infortúnio”. Essa desventura sugere a noção de fatalidade, diante da qual nada se pode fazer em vistas de um contexto destroçado pela modernidade. O infortúnio do personagem Simplício lembra, assim, o poema *Le Guignon*, de Charles Baudelaire¹⁷⁵:

*Pour soulever un poids si lourd,
Sisyphé, il faudrait ton courage !
Bien qu'on ait du coeur à l'ouvrage,
L'Art est long et le Temps est court.*

*Loin des sépultures célèbres,
Vers un cimetière isolé,
Mon coeur, comme un tambour voilé,
Va battant des marches funèbres.*

*_ Maint joyau dort enseveli
Dans les ténèbres et l'oubli,
Bien loin des pioches et des sondes;*

¹⁷⁴ BENJAMIN, Walter. “O flâneur”. In: Obras escolhidas v. 2 – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 88-89.

¹⁷⁵ BAUDELAIRE, Charles. As flores do mal. RJ: Nova Fronteira, 1985, p. 132.

*Mainte fluer épanche à regret
Son parfum doux comme un secret
Dans les solitudes profondes.*

Le Guignon, ou O Azar, foi publicado primeiramente na *Revue de Deux Mondes*, em 1855, junto com outros 17 poemas. A imagem do azarado, daquele que sente dor e reclama da solidão e do desencanto – recorrência em Baudelaire – incorpora o drama de Sísifo (*Sísyphos*, em grego), na mitologia o fundador e rei de Corinto, que teria sido condenado a empurrar eternamente uma enorme pedra montanha acima, sempre a rolar antes de atingir o topo da encosta. O poema está no conjunto que compõe *As Flores do Mal* (Paris-1857), 12 anos antes da publicação de *A Luneta Mágica*. As mesmas dores da solidão e do desencanto são sentidas pelo personagem Simplício ao desmoralizar e ser desmoralizado pelas promessas de felicidade embutidas nas relações sociais.

Macedo e Baudelaire, assim, produzem uma constelação inerente à degradação humana, referência ao apodrecimento das relações sociais durante o século XIX. Neste período, a modernidade expôs o “transitório, o efêmero, o contingente”, além de elementos fugidios, cujas metamorfoses foram freqüentes, conforme Baudelaire¹⁷⁶. A visão de Simplício durante a narrativa é assombrada por tais metamorfoses, por visões transitórias, metaforicamente maniqueístas, imagens contingenciais da condição humana no Brasil imperial, às vésperas da república.

Macedo, assim, ao desfiar a narrativa sobre Simplício em *A Luneta Mágica*, sugere, como em Derrida¹⁷⁷, deixar emergir a força e promover o descentramento da estrutura, não freando a mobilidade que lhe é própria ao ativar o jogo do texto. O movimento produzido pela lente da luneta mágica, assim, deixa emergir antagonismos e dilemas humanos antes invisíveis ao personagem com dita má formação visual e moral.

A mesma lente que expõe Simplício ao mundo que não enxergava é também objeto através do qual Macedo aproveita para criticar o maniqueísmo, o senso comum sobre o bem e o mal. Ao mesmo tempo, em Benjamin, a narrativa por demais

¹⁷⁶ BAUDELAIRE, Charles, p. 25.

¹⁷⁷ DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

coerente dever ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada, porque “a obra de salvação” é, portanto e ao mesmo tempo, obra de destituição, de dispersão e de reunião, de destruição e construção.

3.2 O ESTEREOSCÓPIO DE SIMPLÍCIO

Para além de um mero tolo, um “simplicio”, um crédulo qualquer, há no personagem de Macedo traços de um aprendiz de feiticeiro, que quebra regras e que, através da curiosidade – metaforicamente ingênua – quer e passa a enxergar mais que o previamente determinado pelo armênio. Macedo apresenta Simplício como órfão de pai e mãe, dono de uma fortuna, confiada aos parentes por conta de sua deficiência. Mas, o irmão Américo, a prima Anica e a tia Domingas não gozam mais de sua confiança e, assim, Simplício sente-se abandonado à própria sorte.

A mesma luneta que lhe confere visibilidade do mundo, gradativamente vai lhe tornando invisível, a-bandonado, como os enjeitados da roda, expostos e rejeitados pelo suposto bom senso que os recolhe. Ao usar a luneta mágica, alterna visões de vícios e virtudes, começando pelos “três corações” em que mais confiava:

Estou sem família, a visão do mal rompeu os laços que me ligavam aos meus três e únicos parentes. Essas três afeições, essas três últimas flores do jardim do meu coração murcharam para sempre, e o meu seio ficou deserto e noite. Nasci para amar, tenho sede de amor; não posso viver assim. A família é na terra a beatificação da vida do homen; a família é o mundo em festa do lar doméstico; a família é a imensa vida de amor, em que se identificam algumas vidas que se amam, que se abraçam, que se completam; a família é a consolação do infortúnio, o suave descanso no fim do trabalho e das lidas, é o rir de muitos pela felicidade de cada um de seus membros, é na extrema hora o colo em que se encosta a cabeça para dormir o último sono, é o pranto de amor que orvalha a

sequidão da morte, a mão de amor que, religiosa, fecha os olhos do morto. Eu quero ter família, não posso viver sem ela. Estou como enjeitado que sai do hospício, estou só, sem um parente, estou – deserto e noite, e aspiro sociedade e luz.¹⁷⁸

Ao ser abandonado, Simplício, como em Edgar Allan Poe encorpa o perfil do flaneur quando vive cercado pela multidão e que funciona como um narcótico e não mero asilo “dos fora-da-lei”¹⁷⁹. Desta forma, a intoxicação da mercadoria invade Simplício em suas visões como a compensá-lo pelas humilhações ou pelo azar de que fora vítima. Embora a caricatura de Macedo, à primeira vista, possa induzir à desqualificação do personagem, Simplício não parece ser um homem vulgar. Suas atitudes de teimosia e experimentação, ao extrapolar os três minutos de mirada pela luneta, chegam perto do *dândi* baudelariano:

Mesmo que esses homens sejam chamados indiferentemente de refinados, incríveis, belos, leões ou dândis, todos procedem de uma mesma origem; todos participam do mesmo caráter de oposição e revolta; todos são representantes do que há de melhor no orgulho humano, dessa necessidade, muito rara nos homens de nosso tempo, de combater e destruir a trivialidade.¹⁸⁰

E Simplício parece mesmo optar pelo combate à trivialidade quando aceita a luneta mágica como saída para sua miopia dita visual e moral. O instrumento, contudo, não lhe foi ofertado apenas como remédio para a falta de visão, mas também como veneno que desencadeia o ceticismo e o desespero. Tal relação de Simplício com a experiência da luneta, ao mesmo tempo, inspira a *imago* estabelecida entre o *innenwelt*

¹⁷⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de, p. 42.

¹⁷⁹ POE, Edgar Allan, p. 48.

¹⁸⁰ BAUDELAIRE, Charles, p. 51-52

(sujeito) e *umwelt* (mundo), referenciada por Jacques Lacan¹⁸¹ quando no “estádio do espelho” buscamos uma imagem de “oásis”, assim tranquilizadora, ainda que como miragem.

Desfragmentado, como o corpo de um recém-nascido, Simplício revela a agonia de buscar o eu construído a partir do outro ou da imagem que possa ser devolvida pelo semelhante, assim expondo a alienação como constitutiva do eu, ainda em Lacan, ou também do a-bandonado, como em Agamben. Em Simplício o que importa é sua mirada, mediada pelo artefato mágico, mesmo que pretenda ser um olhar distinto do produzido pelos olhos dos outros. A luneta, no romance de Macedo, além de instrumento de precisão que permite enxergar imagens distantes, é também um possível cinematógrafo a partir do qual se pode ver a história em pedaços ou fotografamas.

Assim, de posse da luneta, Simplício experimenta, a partir das imagens que vê pela lente artificial, sensações extremas e conclui que a “visão do mal é um tormento”. Para o personagem, “ver demais” constitui-se num erro e afirma, ironicamente, que a visão deve obedecer à temperança, ou à moderação dos sentidos humanos. Sente-se envenenado pela luneta e decide inicialmente evitar a visão do mal, preferindo a da “superfície e das aparências”:

Se o mundo é dos enganos, se a vida é de ilusões, se na terra a felicidade do homem está nas ilusões dos sentidos, e nos enganos da alma, eu quero iludir-me e enganar-me para ser feliz.¹⁸²

Conforme advertira o armênio, o instrumento está contaminado pela presença de uma salamandra, não o anfíbio, mas uma criatura mítica que, segundo o ocultismo, representa o fogo, elemento das transmutações e transformações, podendo desencadear emoções positivas ou negativas, tal qual o mundo modelado pelos humanos. O armênio, após executar operações cabalísticas e invocar seres míticos, disse a Simplício:

¹⁸¹ LACAN, Jacques. *O estágio do espelho como formador da função do eu tal qual nos é revelada na experiência psicanalítica*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988, p.100.

¹⁸² MACEDO, Joaquim Manoel de, p. 33.

Dou-te uma luneta mágica; verás por ela, quanto desejares ver, verás muito, mas poderás ver demais. Criança ! Dou-te um presente que te pode ser funesto, ouve-me bem! Não fixas esta luneta em objeto algum, e sobretudo em homem algum, em mulher alguma por mais de três minutos. Três é o número simbólico, e para ti será o número simples, o da visão da superfície e das aparências. Não a fixes por mais de três minutos sobre o mesmo objeto, ou aborrecerás o mundo e a vida.¹⁸³

O armênio curiosamente indicara ao personagem que se detivesse nas imagens por até três minutos, sem que o autor explique, ser um número simbólico. Segundo Pereira, o número três é uma recorrência no romance em questão, e “em todas as antigas civilizações, constitui um símbolo da perfeição”¹⁸⁴. Desta forma, Pereira aponta que ao usar o signo ancestral, “a leitura do mundo realizada pelo narrador deixa de ser ingênua, sob influência de uma perspectiva mágica e cabalística”¹⁸⁵.

Sem que importe tanto explorar o mistério do número três, o fato é que armado com a luneta, Simplício, então, volta para casa e espera o amanhecer para experimentar as novas visões, como alguém que, aos poucos, vai se tornando adicto de uma droga, de um narcótico que aparentemente lhe serve como anestesia para a alternância de visões, uma viagem de sentidos. Na primeira tentativa enxergara quadros de êxtase e horror da aurora e concluiu, como já dito, que a felicidade do homem está na ilusão dos sentidos. A ideia é própria das sensações humanas do período finissecular, conforme Andrade, ao reler crônicas de bonde de Machado de Assis:

(...) são os choques elétricos de uma intensificação maquinica que afeta os ritmos e os sentidos de um sujeito (...), tanto para restabelecer elos que se perdem entre as

¹⁸³ Ibid. p. 32

¹⁸⁴ PEREIRA, Maria Antonieta. A luneta mágica da tradição cultural, disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt5/antonietaresenha.html>, consultado em 12 de maio de 2010.

¹⁸⁵ Ibid.

sensações humanas em suas mudanças rápidas em relação à apreensão do mundo finissecular (a maior aptidão a partir de então para identificar-se às descargas imagísticas breves da arte industrial do cinema segundo Benjamin), como para poder ler essas mudanças maquinico-orgânicas em seus efeitos psíquicos geradores de carências ou de excessos, segundo as condições adversas que colocam o sujeito em desequilíbrio com ele mesmo, ao encontrar-se, neste meio fabril/febril, submetido a *overdoses* contraditórias entre intensos estados de ansiedades e letargias repetitivas e que antecipam, inclusive, o nosso frequente *stress* contemporâneo.¹⁸⁶

Simplício não resiste mesmo ao narcótico-luneta e, apesar do risco que corre advertido pelo armênio, prossegue na alternância de imagens do bem e do mal nas mais diversas situações do seu cotidiano desatando choques de carência e excesso, como dito por Andrade. Por várias semanas depara-se com decepções e acumula ceticismo em relação aos amigos, vizinhos e familiares a quem vê como interesseiros e exploradores. Chega ao desespero e é, então, considerado como louco. É perseguido, execrado, e a família o tranca em casa e ameaça destruir sua luneta.

Contudo, em uma das andanças pelo Rio do século XIX, com a alma atormentada, percebe a beleza de um funeral e considera a felicidade da morte. Decide, assim, que deve morrer, mas não tendo armas ou veneno, acha conveniente pular de um precipício, do alto do Morro do Corcovado, cume da cidade em que vive. Antes, usa mais uma vez a luneta para ver o futuro e não consegue dar contornos à cidade. A luneta se quebra. Simplício se joga do morro, mas instantaneamente, como nos filmes, o armênio o salva do suicídio.

¹⁸⁶ ANDRADE, Ana Luiza. Passagens de Bond com Machado II – do rapé à cadeira elétrica. Florianópolis: Travessia, revista de literatura/UFSC, n. 34-35, jan-dez 1997, p. 39-57, p. 42.

3.3 A RODA DO BEM E DO MAL

O período de transição do Império para a República “representou a primeira grande mudança de regime político após a independência”¹⁸⁷. Desde o início do segundo reinado, com a consolidação do governo central, o Rio de Janeiro passou a ser referência para a vida política nacional, com reflexos no resto do país. A fase de transição, além das deficiências infra-estruturais, representou também a quebra de valores no campo da moral e dos costumes, segundo Carvalho:

O Rio há muito deixara de ser exemplo de vida morigerada, se é que alguma vez o foi. Os altos índices de população marginal e de imigração, o desequilíbrio entre os sexos, a baixa nupcialidade, a alta taxa de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos. (...) O pecado popularizou-se, personificou-se.¹⁸⁸

No rastro da “personificação do pecado”, assim, a roda dos expostos constituiu-se como solução econômico-social, ainda que revestida por paradoxos conforme enxerga Simplício com sua “luneta mágica”. Criado pela escrita de Macedo neste período da história, Simplício, a princípio, desenha a imagem de um tolo, aquele que só diz bobagens, mas também expressa um desencantado da vida. Além de tolo, Simplício, que aparentemente nasce míope, é um azarado que consegue ver os objetos apenas bem de perto. Há quem considere míopes também os que não sejam inteligentes, vítimas da malícia dos espertos ou vítimas da rejeição, como no poema *A Dor*, de Cruz e Sousa¹⁸⁹:

Torva Babel das lágrimas, dos gritos,
Dos soluços, dos ais, dos longos brados,
A dor galgou os mundos ignorados,
Os mais remotos, vagos infinitos.

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 11.

¹⁸⁸ Ibid. p. 27.

¹⁸⁹ SOUSA, Cruz e. Poesias completas. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

Lembrando as religiões, lembrando os ritos,
 Avassalara os povos condenados,
 Pela treva, no horror, desesperados,
 Na convulsão de Tântalos aflitos.

Por buzinas e trompas assoprando
 As gerações vão todas proclamando
 A grande Dor aos frígidos espaços...

E assim perecem, pelos tempos mudos,
 Raças de Prometeus titâneos, rudos,
 Brutos e colossais, torcendo os braços!

A magia da luneta em Macedo de certa forma faz lembrar a narrativa dos simbolistas, como Cruz e Sousa, biografado por Paulo Leminski¹⁹⁰, que fala do poeta como expressão do artesanato verbal em que não há substituição de um pelo outro, mas coexistências de sujeitos dissolutos. Simplício, de Macedo, ao alternar as visões pela via da luneta mágica revela tensões, sorte de choques elétricos.

A luneta mágica, conforme já dito, é uma obra que passa longe das questões amorosas comuns aos romances da literatura brasileira neste mesmo período histórico. Com o recurso da caricatura de situações do cotidiano, Macedo rabisca oscilações, que remetem ao conceito de irreparável em Agamben, ou algo que entrega as coisas ao um “ser-assim” ou abandonadas e expostas:

Irreparable means that these things are consigned without remedy to their being-thus, that they are precisely and only their thus (...), but irreparable also means that for them there is literally no shelter possible, that in their being-thus they are absolutely exposed, absolutely abandoned. This implies that both necessity and contingency, those two crosses of western thought, have disappeared from the post iudicium world.¹⁹¹

¹⁹⁰ LEMINSKI, Paulo. Cruz e Sousa – O negro e o branco. São Paulo: Brasiliense, 2003.

¹⁹¹ AGAMBEN, Giorgio. *The Coming Community*. USA, University of Minnesota, 1993.

Vejo assim no romance de Joaquim Manoel de Macedo desenhos que não produzem imagens imediatas, são apenas traços que ainda não são: “uma reserva, uma espera que nos retira da posição de observador ou *voyeur*, e nos torna videntes”¹⁹². Macedo, mesmo que produza retratos através das visões de Simplício, potencializa um estoque de traços, “como uma abertura ao futuro, à virtualidade, a uma escuridão noturna ainda não aclarada pela atualização em formas reconhecíveis”¹⁹³.

Numa de suas incursões pelas ruas da cidade, após um mês de “desenganos e desilusões” por encontrar o mal em tudo e em todas as partes – “nos seres orgânicos e nos inorgânicos, nas obras das ciências, e das artes, nos livros e nos monumentos”¹⁹⁴ -, Simplício acaba por sofrer ainda mais quando consegue ver, pela luneta, o reverso da face de dois amigos que considerava como confiáveis. Um deles, aparentemente espirituoso, revelou-se imoral, e outro, que considerava antes como um pensador comedido, era um calculista frio, um aproveitador. Na sequência, Simplício avista uma senhora que, à primeira vista parecia ser caridosa, mas que no segundo momento revela-se hipócrita e perdulária.

Num outro dia, Simplício experimenta a luneta para focar um padre, cujo aspecto era de “severa decência”, uma vez que sua face inspirava austeridade de costumes, tinha “olhos de conforto espiritual, e boca de perdão”. No entanto, ao extrapolar os três minutos de visão, Simplício enxerga um padre diferente do que aparentemente era no templo:

(...) êsse padre tinha corrompido uma donzela, abandonando-a depois aos frenesim da prostituição; êsse padre discutia previamente a espórtula das missas, fazia sacrilegamente do altar balcão de traficantes, brigava por uma vela de libra ou meia libra de cêra, guerreava os outros padres na sacristia, não se lembrava mais da conta das missas que devia, e desonrava enfim o

¹⁹² MELLO, Carlos de Brito. “A imagem, seu desaparecimento”. In: O comum e a experiência na linguagem, citando proposições de Gilles Deleuze, em “Conversações”, p.177.

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de, p. 54.

sacerdócio, ultrajando o Cristo com exemplos de desmoralização e de ganância perversos do rebanho católico.¹⁹⁵

Em outra investida com o olhar da luneta, Simplício depara-se com a leitura de uma gazeta na qual havia sido publicado um artigo que lhe fora recomendado como “importante e bem escrito”. A primeira leitura inspirou-lhe um texto dotado de pureza, com “ideias sãs e luminosas” e que eram enunciadas com elegância. Mas rapidamente, ao passar dos três minutos de visão, acaba por enxergar “na oculta metafísica” a ambição desenfreada disfarçada de máximas de moral.

O texto, conforme Simplício, ligado a uma facção política, materializava mais que amor à pátria, revelava mentiras egoístas e, então, consegue desmascarar a suposta independência do texto que dissimulava o preço pelo qual se alugara o seu escritor. “Irritado, fiz em pedaços a gazeta maldita”, confessa o personagem.

Assim, Simplício visitou espaços e fez circular imagens do Rio de Janeiro e pela lente da luneta, acaba por avistar a roda dos expostos, deduzindo que ali seria impossível descobrir o mal. Ao caminhar pela Rua dos Barbonos - antigo endereço da roda, conforme já referenciado pela crônica de José Vieira Fazenda - que para Simplício era “casa consagrada ao mais santo mister”, foca o aparelho movediço na parede. Simplício pensa que o mal estaria apenas na mãe e na família que pratica o cruel enfeitamento do recém-nascido.

Ao mesmo tempo, tinha em mente que a roda servindo como seio que se abre para salvar o abandonado, revelaria somente a caridade e a santidade. Mas na sequência da visão, extrapolando o limite imposto pelo armênio, foca a roda de outra maneira, como objeto do mal. O personagem, antes míope, agora dono de uma sorte de verdade, reflete e indaga sobre as questões morais e sociais que circundam a roda e os institutos de caridade instalados na cidade:

E fitei a minha luneta na roda por mais de três minutos: quem o diria?... a roda da piedade bem depressa pareceu-me antes

¹⁹⁵ Ibid

protetora do vício e da desmoralização, do que providência salvadora de inocentes criancinhas condenadas; essa roda afigurou-se-me leito ruim de falsa caridade, porta do abandono, da perdição, talvez algumas vezes do cativo dos míseros enjeitados; li no berço dessa roda cem lúgubres histórias, e recuando espantado, preferi a miopia à visão do mal, e cheguei a pensar que para muitos dos enjeitados e para a sociedade fora melhor a sepultura, do que a roda.¹⁹⁶

Simplicio, em movimentos alternados com sua luneta mágica, põe-se a meditar sobre o que vê e, então, percebe a roda dos expostos em seu paradoxo: o objeto que se constitui como leito de vida, mas também de morte, que, para além da providência salvadora, constitui um negócio que explora o corpo como mercadoria, lógica da política iniciada no Brasil pelos monarcas e que se estende à modernidade. O personagem, deste modo, entende que o objeto enjeita os bebês enjeitados e, ao mesmo tempo, os condena à fortuna de uma falsa caridade que não faz distinção de cor. Deste modo, através da luneta mágica, o personagem identifica a roda dos expostos como uma falsa moeda:

Que faz a roda ao enjeitado? Se pode, livra-o da morte; mas depois condena-lhe a vida: era talvez preferível deixá-lo morrer. Ser ou não ser: se a instituição é de caridade, seja-o plenamente, não se desnature, recorrendo a meios que em regra geral são fatais aos enjeitados; se não pode sê-lo plenamente, não cumpre o seu fim. Que faz a roda? Recebe o enjeitado, e depois enjeitado por sua vez. A verdadeira caridade não enjeitada. A roda que faz? Dá os enjeitados a criar, a quem os vem pedir e os leva a dez, a vinte, a cinquenta e mais léguas de distancia, e fica muito contente de si, porque paga a criação do enjeitado por dois terços menos, do que de ordinário custa o aluguel de uma ama. E por esse preço insuficientíssimo criar

¹⁹⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de, p. 55.

enjeitados é negócio que se explora! Que fortuna espera ao enjeitado que a roda assim por sua vez enjeita? Faz tremer pensá-lo. O mísero inocente é feliz, se acha seios de mulher em que se aleite, e fica apenas analfabeto e sem educação; a sociedade é que não pode esperar ser felicitada por semelhante enjeitado de roda. E o que não é feliz desse modo tão infeliz?... E o enjeitado que fica reduzido a escravo da família que o foi pedir?... e o enjeitado que morre à mingua longe da roda que o enjeitou, e que paga sua criação muitos meses além da afortunada morte do mísero condenado? E o enjeitado de cor preta, ou de cor menos branca, que tão facilmente substitui o escravo que morre, e que toma dele o nome para ser vendido pela perversidade de algum infame dentre os negociantes de criação de enjeitados? Esta última ideia, a suspeita da possibilidade... talvez da realidade de tão grande crime penetraram no meu espírito, como punhais ervedos que me rasgassem o coração. Tudo pois que eu via no mundo era maléfico, pavoroso, medonho!¹⁹⁷

3.4 O ARTEFATO EM TORNO AO QUE RODA

Na relação com as miradas de Simplício, tanto quanto as de Vieira Fazenda, *a priori*, a roda do século XXI, torna-se sinédoque, metáfora, talvez metonímia de imagens que remetem, de certo modo, ao “fantasma”, como em Agamben. O depósito de bebês do século XXI seria, assim, “um nada que se autonega”¹⁹⁸, uma sorte de ambiguidade por ser aparência de algo perdido, mas que fantasmaticamente obtém da negação um princípio de realidade, saindo da “muda cripta interior para ingressar em uma dimensão nova e fundamental”¹⁹⁹.

Assim, ainda em Benjamin, a roda dos expostos pode ser vista como “mônada” quando contém uma multiplicidade de

¹⁹⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de, p. 56

¹⁹⁸ AGAMBEN, Giorgio. Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental. Belo Horizonte: 2007, p. 47.

¹⁹⁹ Ibid, p. 53

ideias ou uma unidade que se fragmenta e que corresponde a uma realidade miniaturizada. Em seu movimento nas passagens do livro ao jornal, a roda dos expostos ao assumir a forma de mônada produz um choque carregado de tensões, tal qual o movimento de transformação da história.

Percebo os espaços mediados por câmeras e sensores agora destinados aos bebês enjeitados em contraste com a tosca roda de madeira, referenciada por José Vieira Fazenda, ou artefato dotado de uma alternância do bem e do mal, conforme Joaquim Manoel de Macedo, como uma sorte de fetiche ou “o sinal de algo e da sua ausência, e, portanto, deve a tal contradição o próprio estatuto fantasmático, assim objeto da intenção melancólica que é, contemporaneamente, real e irreal, incorporado e perdido, afirmado e negado”²⁰⁰.

Assim, a roda dos expostos - para além do símbolo ou de um relicário – abre-se como um círculo alegórico que embute enigmas, mistérios a serem desvendados, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma *ponderación misteriosa*²⁰¹, como em Benjamin, a partir da qual há potência para buscar associações, investigar o acontecimento como objeto do pensamento. Deste modo, então, é paradoxo: como leito de morte e vida não se encerra, abre e fecha, possui um dentro e um fora, uma parte côncava e outra convexa como alegoria que rememora, não como memória que seleciona, trabalhando com esquecimento e recordação.

Concavidade e convexidade são características do objeto assim descrito por João Cabral de Melo Neto no poema “A roda dos expostos da jaqueira”²⁰², que expõe o jogo do visível e invisível. A roda é côncava e aberta à recepção do recém-nascido exposto e, como num passe de mágica, o giro ao contrário torna o enjeitado invisível. Assim, o objeto desenha um fora e um dentro, tendo a função da “gratuita transmutação/ de ali sepultar uma vida/ que ninguém viu nem a parida”.

Ao mesmo tempo em que é símbolo da *caritas* política da monarquia, assim como da res-publica, sugere resignificação, ainda em Benjamin, que “mostra ao observador a *facies*

²⁰⁰ Ibid, p. 56

²⁰¹ BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. SP: Brasiliense, 1984, p. 256.

²⁰² NETO, João Cabral de Melo. Agrestes. RJ: Record, 1997.

hippotratrica da história como proto-paisagem petrificada”²⁰³, deste modo remetendo à compreensão dos fatos históricos pela atualidade. Ao contrário do símbolo, que metamorfosea a natureza e situa-se na esfera da teologia ao sugerir um saber absoluto, seguindo Benjamin, a roda dos expostos como alegoria expõe a visão mundana da história do sofrimento, “significativa apenas nos episódios de declínio”.

Para além de simbologia que expressa uma ideia corpórea – um ser -, a roda alegórica remete a significantes. Benjamim, ao compor a teoria do saber alegórico, cujos pressupostos foram baseados em Friedrich Creuzer, indica que o símbolo sempre assume contorno autárquico e, assim, expressa uma irreducibilidade, não estando sujeito a mutações. O movimento alegórico, para Benjamin, seria ao mesmo tempo a maneira de interpretar o conteúdo enigmático do símbolo, uma forma de redenção que busca no profano os rastros do sagrado, porque a alegoria expressa algo inacabado, transitório e fragmentado em oposição à eternidade e à suposta totalidade do símbolo:

Na esfera da intenção alegórica, a imagem é fragmento, ruína. Sua beleza simbólica se evapora, quando tocada pelo clarão do saber divino. O falso brilho da totalidade se extingue. Por o *eidós* se apaga, o símile de dissolve, o cosmos interior se resseca. No *rebus* áridos, que ficam, existe uma intuição, ainda acessível ao meditativo, por confuso que ele seja.²⁰⁴

Deste modo, os depósitos de bebês da Alemanha, Itália e Japão, assim como as rodas de recolhimento dos enjeitados de ontem, sugerem uma concepção inspirada em Anaximandro de Mileto, que formulou um dos primeiros modelos mecânicos do universo:

²⁰³ Sergio Paulo Rouanet citando Halmman no prefácio da *Origem do Drama Barroco Alemão*, p. 39.

²⁰⁴ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. SP: Brasiliense, 1984, p.195.

Anaximandro levou as ideias de Tales a um nível de sofisticação mais elevado, postulando que o Universo era eterno e infinito em extensão e seu centro era ocupado pela Terra à qual atribuiu uma forma cilíndrica. Ele até declarou que a razão entre o diâmetro e a altura do cilindro era um terço. A Terra era circundada por uma grande roda cósmica, cheia de fogo, e o Sol, um furo na superfície dessa roda, que deixava o fogo escapar. À medida em que a roda girava, o Sol também girava, explicando o movimento do Sol em torno da Terra. Eclipses se deviam ao bloqueio total ou parcial do furo. A mesma explicação era dada para as fases da Lua, que também era um furo em outra roda cósmica. Finalmente, as estrelas eram pequenos furos em uma terceira roda cósmica, que Anaximandro curiosamente colocou mais perto da Terra do que a Lua ou o Sol.²⁰⁵

A roda, em seus opostos, pode ser inserida no olhar de Anaximandro que teorizou sobre o princípio de tudo, um *ἀπειρον* ou o *apeirón*, algo infinito, insurgido e imortal, mas constituído de contrários que se auto-excluem. Desta forma, o mundo seria fruto de um paradoxo como na luneta mágica de Simplício, uma cisão de opostos que interfere na unidade do princípio, mas ao mesmo tempo do embate entre os mesmos princípios, cujo resultado é que apenas um sobreviva para tomar a existência do outro.

Ao girar sozinho, para Anaximandro, o mundo determina o nascer e o morrer da matéria, algo que aparece e desaparece continuamente, mas sem que haja a interferência de um criador. A roda dos expostos, pela literatura, e as múltiplas faces de assistência ao abandono de crianças, pelos jornais, produz efeitos similares em sua indecibilidade: inclui e exclui, sugere o princípio da vida, mas também da morte, determina e indetermina, lança a sorte ou o azar, como num lance de dados ou o girar da roda da fortuna.

²⁰⁵ Gleiser, M. "Os gregos" in *A dança do universo: dos mitos da criação ao big-bang*. SP: Cia das Letras, 1997, p. 46-47.

Quando mitificada, a roda dos expostos ainda pode ser relacionada à roda do martírio na lenda de Santa Catarina de Alexandria (287 d.C.), princesa egípcia e mártir do cristianismo e venerada pelo catolicismo ortodoxo, mutilada na “roda com lâminas” após desafiar a crença em falsos deuses. Durante seu martírio, a roda teria explodido e produzido intensas chamas pela intervenção do Arcanjo Gabriel, que evitou a sua morte até que, então, fosse decapitada, derramando leite no lugar de sangue.

O corpo de Catarina teria desaparecido e sido transportado pelos anjos à Península do Sinai. A lenda ainda dá conta de que foi de Catarina uma das vozes ouvidas por Joana D’Arc antes de empunhar a espada para mudar a história da França. Foi da roda de martírios que Catarina ganhou outra vida e passou à história, ou ao imaginário religioso, como padroeira dos filósofos, estudantes, professores e todos os que trabalham com rodas.

A imagem da roda também remete à fortuna no Tarô, jogo cuja denominação deriva de etimologias diversas como o árabe – *turuq*, “caminhos” – ou latim – *tara*, “perda de valor”. Em geral, o baralho de tarô, que enseja um jogo de sorte, compõem-se de 78 cartas ou arcanos, e teria sido desenvolvido por ocultistas durante o século XIX sob inspiração da alquimia medieval e da Cabala, conhecida como vertente mística do judaísmo. A roda da fortuna no Tarô é circundada por figuras que representam anjos, demônios, o jovem e o velho, ensejando o ciclo da vida suspenso pelo fogo, água, terra e ar, elementos circuncritos na mudança de destino.

A roda dos expostos, com tal sorte de imagens, ainda é verso e reverso, um tabuleiro de solução e ilusão, como em Huizinga²⁰⁶, para quem o jogo como culto sugere uma figuração imaginária de uma realidade desejada e que também preserva a ordem e satisfaz um ideal comunitário. A roda pelos tecidos de Fazenda e Macedo, em contraponto ao noticiário da imprensa, como fragmento da história é também objeto-imagem que traça os contornos de uma constelação que perpassa os séculos. Ou ainda em Bolle, o artefato enquadra retratos dos tempos:

²⁰⁶ HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. SP: Editora Perspectiva.

A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade e mítica. Por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época.²⁰⁷

Quando relemos a roda dos expostos pela lente de Simplício, que capta, como Benjamin, imagens da roda como ruínas, o objeto sinaliza para o fracasso do progresso com a falsa promessa de felicidade. A exposição da roda, nas visões de Simplício soa como explosão entre razão e imaginário. Ainda que ficcional, a narrativa de Macedo torna o objeto-roda presente e, ao mesmo tempo, incomum pelo movimento do choque de suas contradições, como um sonho do passado que é cruzado com a vigília do presente. Guardadas as proporções e estilos, Fazenda e Macedo revelam a roda como imagem não sedimentada, deslocando verdades petrificadas em um mundo de escombros.

Pela narrativa dos dois autores, a roda como objeto alegórico enseja uma quebra de sentidos lógicos de seu uso e se torna crítica da fragilidade do progresso que a garante como solução para o enfeitamento de recém-nascidos. Deste modo e no rastro de Benjamin, a roda configura um “círculo alegórico”, em contraposição ao símbolo, que seria um “usurpador” ao falsificar a relação entre o sensível e o supra-sensível. E, assim, a roda dos expostos expõe barrocamente a história mundana do sofrimento, aquela “significativa apenas nos episódios de declínio”²⁰⁸.

Partindo principalmente das releituras de Fazenda e Macedo, a roda dos expostos está longe do jogo circular proposto pelo *Sermão de Nossa Senhora do Ó*, de Padre Antonio Vieira²⁰⁹, aquele que desenha a “figura mais perfeita e capaz de quantas já inventou a natureza e conhece a geometria”. Há em Padre Vieira uma presença e uma ausência, apesar do delírio

²⁰⁷ BOLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna. São Paulo: Edusp, 2000, p.43.

²⁰⁸ BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. SP: Brasiliense, 1984, p. 190.

²⁰⁹ Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/%7Eenupill/literatura/BT2803033.html>, consulta em 10 de agosto de 2007, às 22:15h

que separa o significante do significado, conforme Antelo²¹⁰, porque o *Sermão* é “típico de uma sociedade fechada, voltada para a fixação da identidade de Deus que assimila toda e qualquer singularidade”, assim, desvio de um mero arbítrio que deve ser disciplinado.

Para além do símbolo ou de um relicário encerrado em significados, a roda dos expostos embute enigmas porque dotada de contrastes abre-se a associações e, ao mesmo tempo em que quebra ilusões, torna-se objeto da subjetividade, da intervenção divina, como um milagre flutuante. E como a manifestar a própria ação de Deus, tem-se a impressão de forças sobrenaturais que atuam sobre o objeto e que, uma vez, evocadas “se projetam poderosamente, como que apoiadas em si mesmas”, conforme Benjamin. A roda desenhada com frontão ou em formato cilíndrico inspira as possantes estruturas de apoio, colunas ou pilares - “dupla e triplicemente reforçados” – que sugerem sua solidez.

O desenho sólido que enseja o esboço de um todo ou “uma constelação significativa do todo”²¹¹, ainda em Benjamin, inspira, ao contrário da permanência e uma eternidade, tão somente a transitoriedade. Os textos de Fazenda e Macedo, assim, expõem ruínas, destacam imagens de apoteose ao exibir cenas diferentes, porque a ideia de conjunto, segundo Benjamin, manifesta-se mais impressionantemente pelos fragmentos que expressam o inferno próprio do “alegorês”, dotado de antinomias, contradições para além da virtude que expressam ambivalências das convencões da história natural. O movimento histórico focado pela virtude forja uma fisionomia, mas o “alegorês”, inscrito na roda pelos tecidos de Fazenda e Macedo, remete ao jogo de anjos e demônios.

Assim, a percepção da existência do mal dá-se nem tanto pela experiência, mas pelo melancólico modo de olhar e de contemplar as coisas e expressá-las como “milagre” ou pelo conhecimento, o pensar, que destrói o objeto-mercadoria como fetiche, tal qual o poeta e o romancista que explora objetos em

²¹⁰ Referência ao Prof. Dr. Rául Antelo do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina em aula proferida em 2 de maio de 2007.

²¹¹ BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. SP: Brasiliense, 1984 p. 258.

seus textos após as catástrofes. Tal percepção ainda surge do próprio homem, “com a vontade de saber, ou antes, no julgamento”²¹². Para Benjamin, o mal não existe a não ser com a “vontade de saber ou antes pelo julgamento”, ou ainda, o saber é mal, portanto apartado da história corrente no mundo ocidental, porque reverbera através do tempo como lacuna a potencializar invisibilidades:

No mal absoluto a subjetividade toma o que tem de real e vê nesse real o mero reflexo de si mesma em Deus. Na visão do mundo da alegoria, a perspectiva subjetiva está portanto totalmente incluída na economia do todo.²¹³

Como objeto alegórico, a roda expõe desdobramentos como a requerer outras nomeações aos significados que lhes foram impostos e, assim, prolifera construções barrocas ou ramificações da história, tal qual Benjamin pensa os objetos, imagens e mercadorias nas quais estão embutidas fisionomias diferentes da história oficial. Para Benjamin, somente o luto, ou o sofrimento humano, e as ruínas são capazes de oferecer a experiência histórica, uma vez que enxerga no homem moderno a supressão da experiência, um exposto à desagregação de valores antigos e em cuja memória despertam apenas lembranças difusas e decompostas.

Recortes de jornais e fragmentos da literatura, portanto, remetem a um mosaico de incabamentos ou fazem proliferar faces não consolidadas do objeto romanticamente consagrado como símbolo. A visão alegórica, ainda em Benjamin, ao mesmo tempo que rememora, torna possível recuperar a roda e salvaguardá-la do mero conceito abstrato ou simbólico como promessa de solução para o enjeitamento. Possível também é corroer conceitos vazios da falsa escritura acabada da história, conforme será visto no capítulo a seguir com a análise do conto *Pai contra Mãe*, de Machado de Assis.

²¹² BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. SP: Brasiliense, 1984, p. 256.

²¹³ Ibid., p. 257.

4 APARELHOS DA CASA VELHA

O que o perdido exige não é ser lembrado ou satisfeito, mas continuar presente em nós como esquecido, como perdido e, unicamente por isso, como inesquecível
(Giorgio Agamben)²¹⁴

Cândido das Neves é Candinho, casado com Clara, parelha de nomes límpidos, nítidos, resplandecentes do branco em contraste com o negro, pivô dos instrumentos de tortura da escravidão do tempo em que vivem. Enquanto Cândido empunha a corda para caçar escravos e Clara maneja a agulha e linha para cozer, os negros, do mesmo período que narra Machado de Assis, usam a corrente de ferro atorada no pescoço e a máscara metálica, também cerrada por cadeado, que tapa a boca, funilaria, ferramenta do poder-latifúndio contra a liberdade em favor do progresso e da propriedade.

Ferro e folha de flandres, lata derivada do aço e do estanho, são matérias fundamentais que atravessam a história do Brasil e o texto de Machado de Assis no conto “Pai contra mãe”, em *Relíquias da Casa Velha*. Também é, assim, a madeira forte, que ampara vidas nuas, enjeitados, abandonados, recém-nascidos, estorvo para a economia doméstica, na roda dos expostos que o autor menciona na narrativa. Escravos negros fugidos e filhos-fruto do desejo fugidio, em meio à colônia e império, eram fadados ao castigo nas pequenas casas grandes ou senzalas. Machado de Assis descreve assim, ironicamente, a funilaria:

Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro ao ferro ao pé; havia também a máscara de folha de Flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a

²¹⁴ AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p.35.

tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.²¹⁵

Publicado em 1906 – após a libertação dos escravos e dois anos antes da morte do autor –, o conto é parte da coleção “Relíquias da casa velha” e é ambientado no Rio de Janeiro em meados do século XIX, portanto nem tão distante das narrativas de Vieira Fazenda e Macedo ao ensejarem questões sobre a roda dos expostos. Machado de Assis, cuja biografia já foi amplamente pesquisada, dedica o conto – parte de sua última coletânea - aos aspectos sociais da época envolta pela miséria, pela escassez de recursos e valores que são sobrepostos pelo logro do lucro a que são submetidas as camadas sociais menos abastadas, portanto postas à periferia do capitalismo-latifúndio no Rio de Janeiro de então.

Os anos que avizinham o período finissecular são marcados pela coisificação humana, especialmente, os escravos como mercadorias, mas também brancos pobres que sob a justificativa da miséria seriam desumanizados. A condição humana, assim, torna-se alvo de Machado de Assis, notadamente no conto em questão, no qual o autor joga com o perfil dos personagens como cartas metafóricas de um baralho que vão sendo dispostas em sua dupla face e desmascaradas em meio às convenções sociais. Para tal, Machado busca nomes enigmáticos para revelar a personalidade dos personagens que habitariam o imaginário da época.

O nome do protagonista soa como ironia, porque em Cândido nada há de inocência, já que se configura como um personagem de seu tempo, talvez um “bilontra” como traduzido anteriormente por José Murilo de Carvalho, porque é da captura da mercadoria-escravo que dá conta da própria sobrevivência. Seu caráter remete à época em que vive, mergulhada na dúvida

²¹⁵ ASSIS, Machado de. “Pai contra mãe”. In: *Relíquias da Casa Velha – Obra completa*, volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p.41

e do rearranjo de valores. Clara, sua esposa, nada tem de transparente, porque em meio ao mesmo caos, reflete a própria opacidade que nada questiona sobre o mundo em que vive. Cândido e Clara são, assim, alegoricamente personagens que Machado de Assis elege para a narrativa sobre o dilema da sobrevivência de si e de um filho que vão gerar.

Como em Agamben, Machado de Assis faz uso dos aparelhos da casa velha, ferramentas de tortura aos escravos assim como a roda dos expostos, como sorte de “ajudantes”²¹⁶, objetos que serviriam de testemunho ou “tradutores”²¹⁷ como a revelar continuamente as coisas do mundo. Agambem, para reforçar o conceito de “ajudantes”, toma o anão corcunda referenciado por Benjamin nas suas recordações de infância por ser “representante do esquecido, que se apresenta para exigir em qualquer coisa a parte do esquecimento”²¹⁸, porque para além de ser “o espertinho que rouba o copo de quem quer beber e a oração de quem quer rezar”, o personagem de defeitos físicos seria a forma grosseira com que as coisas assumem no esquecimento.

Deste modo, o conto de Machado ao rememorar a funileria do período escravocrata, assim como a roda dos expostos, toma sortes de “ajudantes” por estabelecer uma relação com algo perdido:

Há uma força e quase uma apóstofre do esquecido, que não podem ser medidas em termos de consciência, nem acumuladas como um patrimônio, mas cuja insistência determina a importância de todo saber e toda consciência. O que o perdido exige não é ser lembrado ou satisfeito, mas continuar presente em nós como esquecido, como perdido e, unicamente por isso, como inesquecível. Em tudo isso, o ajudante é de casa. Ele soletra o texto do inesquecível e o traduz para a língua dos surdos-mudos.²¹⁹

Agamben ainda aponta que o “ajudante”, porém, assume o semblante de mímico, de ambiguidade porque do inesquecível é possível somente a paródia, mas como renúncia da representação direta do objeto. Assim, considera a paródia como

²¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p.31

²¹⁷ Ibid. p. 34

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid.

a central elétrica que sustenta a literatura. Percebo o conto de Machado de Assis como certa paródia, uma vez que se põe como limiar entre palavras e coisas, ou, ainda em Agamben, não coloca em questão a realidade do objeto como faria a ficção, porque a paródia expõe os objetos de maneira real insuportável, “que se trata, precisamente de mantê-lo à distância”. O horror da escravidão narrado por Machado de Assis, através dos aparelhos e do ofício de caça aos escravos, assume assim a conotação referida por Agamben, tal qual quando vem à tona a roda dos expostos como solução para a sobrevivência de um bebê recém-nascido.

Com a construção de seus personagens, Assis ilumina fragmentos e choques sobre aparelhos da casa velha, sem que haja necessariamente a preocupação com sentidos lógicos porque explora um mundo pleno do tempo que materializa em *Pai contra Mãe*. Desta maneira, como em Perniola, Machado de Assis recolhe e traça rastros que correriam o risco de apagamento e prolifera um turbilhão de imagens em “sua possibilidade e potência de produzir de novo a vida, a experiência, isto é, o pensamento sobre o mundo, que é o produtor do próprio mundo”²²⁰. É assim também o pensamento da dobra que ao abraçar coisas diferentes em espaços e tempos distintos produz o movimento de tecer junto coisas também diferentes.

Perniola, ao referir-se à atividade de filosofar como descascar cebola - “debaixo do vestido tem a pele, mas a pele ainda é tecido” – alude a Peter Sloterdijk, em *Kritik der zynischen Vernunft*, que afirma ser o remédio para o cinismo moderno a busca do cinismo antigo “em um retorno à natureza ou até mesmo à nudez da existência animal”²²¹. Assim, o pensamento da dobra parte, ainda em Perniola, de um mundo pleno em que há um máximo de matéria em um mínimo de extensão. O conto de Machado de Assis, desta forma, expõe-se em plenitude tal qual o mundo barroco, porque permite dobrar e desdobrar todas as coisas que menciona em um pequeno espaço possível.

²²⁰ PERNIOLA, Mario, p. 15

²²¹ Ibid. p. 22-27

4.1 O SER-ASSIM: NEM TODOS VINGAM

O conto “Pai contra Mãe” é ambientado em meados do século XIX, conforme indicado pelo próprio autor ao dizer que “há meio século, os escravos fugiam com frequência”²²², possivelmente após 1850 quando o Brasil põe fim ao tráfico de escravos. A medida, deste modo, torna os escravos ainda presos à senzala e à economia extrativista uma mercadoria ainda mais valiosa e determinante para a continuidade do sistema. Para conter a fuga de seu patrimônio e manter a economia escravocrata, os latifundiários apelam para ainda maior violência com os instrumentos de castigo e tortura, ao mesmo tempo em que instituem recompensas para recaptura dos escravos fugitivos.

O autor dá conta que os escravos nesta época fugiam com frequência e geralmente eram espancados, mas ocasionalmente eram apenas repreendidos porque alguém da casa grande, um padrinho, intermediava a fúria do senhor ou, ainda, entre os proprietários havia “os que não eram maus”. De qualquer forma, ironiza Machado de Assis, “o sentimento de propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói”²²³. O autor ainda relata que alguns escravos sem conhecer as ruas da cidade, após serem vendidos na região do Valongo, saíam em fuga, mas voltando aos donos ofereciam-se em aluguel em troca de trabalhos avulsos na cidade como a quitandar.

A narrativa de Machado descortina um negócio embutido na escravatura e que prospera na medida em que cresce a miséria pela falta de trabalho nas cidades mais populosas como o Rio de Janeiro, em meio ao Brasil colonial. Para garantir a mercadoria valiosa, os proprietários ocupavam os espaços da imprensa da época com a publicação de anúncios descrevendo o perfil físico, vestimentas e um possível roteiro por onde o escravo fugitivo teria seguido após deixar a senzala. Conforme o autor, quando não expressava abertamente o valor da recompensa, o anúncio prometia: “Gratificar-se-á generosamente” ou ainda “Receberá uma boa gratificação”²²⁴.

²²² ASSIS, Machado, p. 41.

²²³ Ibid.

²²⁴ ASSIS, Machado, p. 42.

Machado de Assis trata a atividade como “ofício do tempo”, algo que se desenvolve para a manutenção da ordem e da propriedade, já que ninguém se metia a trabalhar na caça de escravos, tarefa que considera nada nobre, por simples passatempo. Contudo, ironiza a existência do ofício ao desfiar as seguintes justificativas, entre as quais a subserviência²²⁵:

(...) a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentida bastante rijo para pôr ordem à desordem.

É através de Candinho que o autor descreve a atividade de caçador de escravos, que se alimentava da ordem jurídico-social instituída em favor da propriedade dos latifundiários. Um caçador de escravo por não ser afeto a outros ofícios - como Candinho – “cede à pobreza”, conforme o autor, e então vê na caça aos escravos uma oportunidade para sobreviver e sustentar a família que constitui ou que acabara de constituir.

Com 30 anos de idade, Candinho casa-se com Clara, de 22, órfã que morava com a tia, Mônica. Apesar de descrever Candinho como portador de um “defeito grave”, como quem carecia de estabilidade ao não parar em emprego algum, Machado de Assis confere ao personagem certos talentos para tomar parte do negócio²²⁶:

Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, agilidade também.

²²⁵ Ibid

²²⁶ Ibid, p. 45

Como um caçador de feras em meio à mata, Candinho observava atentamente as ruas, ainda que em meio a conversas remotas, cercado pelo burburinho da cidade. Ao avistar um grupo de escravos, sempre descobria algum fugitivo pelos sinais indicados nos anúncios e, assim, interrompia a conversa, partia para a espreita e, depois para o desfecho de laçar a presa: “Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencia sem o menor arranhão”²²⁷. Contudo, com o passar do tempo, Candinho ganha concorrentes com as mesmas habilidades para faturar a caça aos escravos e, portanto, garantir a sobrevivência.

Com o trabalho rareando, sem os prontos pagamentos, as contas de Candinho já não eram pagas e as dívidas começaram a crescer: “A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde”²²⁸. A atividade de caçador de escravos pouco a pouco entra em declínio e o casal vai à miséria total, até porque Candinho não achava outro negócio que aprendesse depressa. O senhorio da casa onde moravam acabou despejando o casal por atraso de três meses no aluguel. Conseguem, contudo, com a ajuda da Tia Mônica a hospedagem temporária em aposentos próximos à cocheira da casa de uma senhora velha e rica.

Enquanto isso, Clara chegava aos últimos meses de gravidez e a Tia Mônica, dada as circunstâncias de pobreza da família, pede a Candinho que o recém-nascido seja levado à roda dos enjeitados. O pai recusa o conselho, não quer abandonar o filho, mas Clara não reage e se resigna. Candinho, então, torna a buscar anúncios, gasta horas em busca de escravos fugitivos, mas volta pra casa sempre sem faturamento.

A criança nasce - um menino, tal qual quisera o casal, conforme o autor -, e Tia Mônica insiste no abandono do recém-nascido: “Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos”²²⁹. Candinho reluta, mas acaba cedendo ao conselho e, em meio a uma noite, após ver o filho alimentar-se de apenas “algum leite”, admite levar o bebê à roda dos expostos no dia seguinte.

Contudo, ao remexer nos anúncios que guardara, descobre a recompensa de 100 mil réis para uma escrava

²²⁷ ASSIS, Machado, p.45

²²⁸ Ibid. p.45

²²⁹ Ibid. p. 47

fugitiva que demorava a ser localizada. Na manhã seguinte anda por todos os pontos centrais da cidade, mas não consegue localizar a escrava e, desolado, volta para casa. Tia Mônica já havia preparado o bebê para o enfeitamento e novamente o adverte para os riscos de criação de um filho em meio à miséria. Candinho sai, então, em direção à Rua dos Barbonos, mas decide cortar caminho e, assim, avista um vulto de mulher. Deixa o bebê sob a guarda de um farmacêutico das cercanias e consegue alcançar a escrava que reconhece pelas descrições do anúncio de jornal.

Chama-a pelo nome e Arminda se denuncia. Candinho se aproxima, agarra-lhe pelo braço e ela suplica pela fuga dizendo-se grávida: “Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte”²³⁰. Mas Candinho não escuta a súplica de Arminda e lhe arrasta pela rua até a farmácia onde deixara o próprio filho. Em mais uma ironia, Machado de Assis normaliza a cena de luta entre o caçador e a escrava como algo corriqueiro à época: “Quem passava ou estava à porta da loja compreendia o que era e naturalmente não acudia”²³¹.

Em meio à luta no beco, Arminda suplica para que a deixe ir, já que certamente seria açoitada pelo senhor e, portanto, poderia perder o filho que esperava. Candinho, no entanto, replica: “Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?”²³². Assim, Candinho arrasta Arminda em direção onde morava seu senhor travando uma luta ainda mais violenta, já que a escrava tentava se esquivar de todas as formas. Assim que chegam à casa do proprietário, Arminda ainda suplica de joelhos por sua liberdade, mas o senhor atende ao chamado de Candinho e lhe paga os providenciais 100 mil contos de réis como recompensa.

Arminda cai de dor e aborta o bebê que esperava. Candinho assiste a tudo, mas vira as costas e segue em direção à farmácia onde havia deixado o filho. Pegou-o de volta e seguiu para casa com a gratificação. Tia Mônica repreende Candinho pelo aborto da escrava, mas e perdoa a volta do bebê. O caçador de escravos comemora e Machado de Assis assim o traduz:

²³⁰ ASSIS, Machado, p. 49

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

“Nem todas as crianças vingam²³³”. Como um corte preciso, o autor faz ver que a morte de um cede à vida do outro como a expor algo familiar, uma espécie de paradigma natural. Aqui, a roda dos expostos dá lugar à outra roda: a da fortuna, que se abre à sorte, mas também ao azar.

O ofício e perfil de Candinho, a resignação e opacidade de Clara, a convenção de Tia Mônica em relação ao abandono do bebê recém-nascido e o aborto trágico da escrava Arminda, elementos vistos pelo conto de Machado de Assis, remetem a uma lista de características que configuram uma espécie de normalização do comportamento humano, assim como das relações sociais em meio às trocas simbólicas mediadas pelo capital. No rastro de Bourdieu²³⁴, a relação entre Candinho como caçador de escravos e o latifundiário que lhe paga 100 mil contos de réis pela escrava recapturada enseja as razões práticas de trocas que embutem dominação e exploração.

Desta forma, os personagens aderem às convenções em nome da sobrevivência e fazem vir à tona a barbárie que envolve as relações humanas em meio aos paradoxos da modernidade. Como se nada fosse surpreendente, o conto de Machado de Assis faz aludir ao conceito de “irreparável”²³⁵ quando Agamben afirma serem mesmo as coisas entregues, sem qualquer remédio, ao um ser *assim*, destituídas de qualquer refúgio, ou “absolutamente expostas, absolutamente abandonadas”²³⁶.

Agamben, ao discutir a relação entre existência e essência, considera que necessidade e contingência são como “cruzes do pensamento ocidental” e que desapareceram simultaneamente ao longo dos séculos. Portanto, o modelo humano irreparavelmente revela o caráter do mundo profano e da coisalidade porque, segundo indica o autor, “irreparáveis são os estados de coisas, sejam elas como forem: tristes ou alegres, cruéis ou felizes”.

Agamben também afirma que qualquer tentativa de voltar a sacralizar o mundo é tão ingênua quanto o desespero que venha à tona por conta da profanação, ou ainda: “Uma dor ou uma

²³³ ASSIS, Machado, p. 50.

²³⁴ BOURDIEU, Pierre. Razões práticas – Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2001.

²³⁵ AGAMBEN, Giorgio. A comunidade que vem. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 36-37.

²³⁶ Ibid.

alegria por o mundo não ser como parecia ou como queríamos que fosse são impuras e provisórias”. Desta forma, ainda afirma que a raiz de toda a alegria e de toda a dor é exatamente que o mundo seja assim como é. O ser-assim, contudo, não expressa uma qualidade de ser ou o seu pressuposto. O ser que é assim – não sendo essência - é tão somente o modo irreparável de ser. Portanto, conforme aponta o autor, a existência encontra exatamente sua essência no “próprio ser-assim”.

Desta maneira, a leitura do conto de Machado de Assis quando traz à tona o caráter de seus personagens apenas os tornam expostos, porque “a existência como exposição é o *ser-tal* de um *qual*”, assim mesmo como um limite e não uma possessão como a que assumindo virtudes e vícios. Agamben também indica que “apenas podemos ter esperança naquilo que é sem remédio”, ou esvaziando a causalidade, confrontando-se com as coisas para abrir-se ao “não-coisal” – espiritualidade - e, ao mesmo tempo inversamente, entregando-se às coisas, como um exposto na “experiência da irremediável coisalidade do mundo”²³⁷. E assim considera:

A redenção não é um acontecimento em que aquilo que era profano se torna sagrado e aquilo que tinha sido perdido é encontrado. A redenção é, pelo contrário, a perda irreparável do perdido, o definitivo caráter profano do profano. Mas, precisamente, por isso, eles atingem agora o seu fim – um limite advém.

A exposição e o irreparável também aparecem na peça *Os Enjeitados*, dividida em quatro atos e escrita pelo dramaturgo português António Enes, publicada pelo jornal *O Paiz*, de Lisboa, em 1878. Conforme Rita Luís, a peça encontra-se numa “zona oscilante entre o final do drama de actualidade e início do drama de tese realista”²³⁸, considerada pelos críticos da época como

²³⁷ AGAMBEN, Giorgio, p. 84.

²³⁸ LUÍS, Rita. “Os enjeitados de António Enes – Texto, pretexto, contexto”, trabalho para a Faculdade de ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007. Em: <http://www2.fcsh.unl.pt/deps/estportugueses/Trabalhos.htm>. Consultado em: 4/10/2010.

“comédia de costumes, comédia-drama, drama realista ou drama social”. Não importando aqui o gênero, a peça narra a história de um casal. Laura e António foram abandonados na roda e chegando à fase adulta apaixonam-se e vivem a dúvida de cometer um incesto.

A roda dos expostos foi abolida em Portugal em 1870, mas por não ter sido erradicada totalmente acabou por suscitar debates ao longo de vários anos, através de publicações na imprensa e obras como a de Enes, que, segundo Marta Santos²³⁹, teria sido encenada inúmeras vezes em Portugal e no Brasil, incluindo cidades do Nordeste e Rio de Janeiro, no período entre 1876 e 1881. O drama coloca em confronto os argumentos a favor e contra o mecanismo de recolhimento de bebês enjeitados através dos personagens que desenrolam motivos para o abandono²⁴⁰:

Em primeiro lugar, a falta de dinheiro, como no caso de Thomaz e Leocadia, e também Matilde: tendo os primeiros quem os ajudasse, acabam por não entregar o filho na Roda, ao passo que Matilde não tem outra hipótese; e, em segundo lugar, a vergonha de assumir o nascimento de crianças fora do casamento: como é o caso de D. Francisco e da Viscondessa, que entregaram duas crianças à Misericórdia.

A peça de Enes, ao mesmo tempo, expõe a decadência da aristocracia portuguesa envolta na dissolução de costumes e a divisão de posições do clero quanto ao abandono de bebês na roda. Além disso, aborda o tema do incesto como ameaça ainda maior aos costumes sociais, bem como o anonimato na origem de quem é abandonado. Assim, a roda torna-se um mecanismo que escoo o produto de vários crimes, conforme Luís, para quem a roda se insere num ciclo de “emanação-retorno” ao mencionar a existência de bilhetes que ao serem depositados junto com os enjeitados compõem uma lógica de “abandono-reconhecimento”²⁴¹:

²³⁹ SANTOS, Marta Alexandra Carvalho. *Um percurso intelectual e político no Portugal Oitocentista (1884-1901)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Sérgio Campos Matos, Lisboa, 2003, p. 200-201, mencionada por Rita Luís no artigo supra citado.

²⁴⁰ LUÍS, Rita, p. 14.

²⁴¹ LUIS, Rita, p.14.

A Roda é o elemento físico de madeira que tem duas entradas e permite o anonimato no abandono. Simbolicamente é também representante dos ciclos, que não são mais que um afastamento de um ponto de origem na sua fase inicial, para passar, na fase final, a um retorno ao ponto de partida, fechando o ciclo. É nesta lógica que funciona a peça. Se a origem for a entrega da criança, voltar à origem implica a saída do local onde entrou e retorno a quem a abandonou – assumindo que a vida, tal como o mundo natural, funciona por ciclos que se completam e renovam.

4.2 A VIDA NUA EM BANDO

A roda dos expostos, em Portugal ou no Brasil ao longo dos tempos, gira como a estrutura da soberania movida pela engrenagem da exceção e, assim, alude ao conceito de *bando*²⁴² formulado por Agamben. Ao ser depositado na roda, o enjeitado não é simplesmente banido ou posto simplesmente fora da lei, mas submetido a uma relação com quem o abandona, vivendo em uma zona de indeterminação, sendo incluído através da exclusão. Ao considerar tal conceito, Agamben diz ter aceitado sugestão de Jean-Luc Nancy, em referência a um antigo termo germânico que “designa tanto a exclusão da comunidade quanto o comando e a insígnia do soberano”. Assim, *bando* seria a potência da lei “aplicar-se desaplicando-se”²⁴³.

Tal qual o *homo sacer*²⁴⁴, o abandonado desta forma torna-se insacrificável – não possui valor de sacrifício como na antiguidade -, mas é exilado e ao mesmo tempo capturado revelando uma sorte de fratura entre o estabelecimento e aplicação da norma. Agamben considera que a exceção, assim, é a potência da lei de não passar ao ato como um *nómos* ou o fundamento do direito e da política na modernidade. Estabelecendo uma afinidade com o conceito de “irreparável” ou ser-assim, “a relação originária da lei com a vida não é a

²⁴² AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pg. 35-36.

²⁴³ *Ibid*, p.36

²⁴⁴ *Ibid*, pg. 81.

aplicação, mas o abandono”²⁴⁵. Ou ainda: o *nómos*, ou a força da lei, é exatamente a manutenção da vida em bando, abandonando-a. Visto desta forma, no rastro de Agamben, a roda dos expostos incorpora claramente a alegoria da exposição-abandono, conforme hipótese desta tese.

A prática do abandono, seja em locais ermos, em rodas de madeira ou mecanismos eletrônicos, arrasta-se através dos tempos com registro em textos bíblicos, passando pela mitologia, pela literatura e chega aos jornais contemporâneos como algo irreparável, conforme visto em Agamben. As discussões focadas pelos jornais sobre a roda dos expostos tão somente reforçam a catástrofe positivista baseada na cidade moderna, cuja visão redimida da realidade alça a roda à condição de símbolo que pretende uma solução para enjeitamento. Ao contrário desta mirada, porém, a roda é alegoria que exprime o ser-assim do abandonado, remetendo a seus múltiplos paradoxos, conforme já visto.

Conforme Agamben, traduzindo o conceito de *bando* como a estrutura da lei ao vigorar e não significar é algo para o qual nosso tempo não encontra saída. Desta forma, todas as sociedades, sem importar a configuração político-social, encontram-se em “uma crise de legitimidade” já que a lei vigora como puro “nada da Revelação”, como teria definido Scholem em carta a Benjamin (1934), definindo com esta expressão “um estágio em que ela afirma ainda a si mesma pelo fato de que vigora (*gilt*), mas nada significa (*bedeutet*)”²⁴⁶. Portanto, com tal configuração da lei, para Agamben todos os homens vivem sob *bando* de uma lei e, assim, sob uma “tradição que se mantém unicamente como ‘ponto zero’ do seu conteúdo, incluindo-os em uma pura relação de abandono”.

Sem surpresas, é desta forma que funciona a estrutura soberana ou como em Agamben, “o emergir à luz desta relação como tal”, mas que ao mesmo tempo questiona qual seria a *forma de vida* que corresponde à *forma da lei*. Agamben recorre, então, a Kant para buscar o termo *achtung*²⁴⁷, que seria como uma atenção reverencial ou ainda um “respeito” por parte daquele que vive sob uma lei que não significa, como a

²⁴⁵ AGAMBEN, Giorgio, p. 36

²⁴⁶ Ibid. p. 58

²⁴⁷ GIORGIO, Agamben, p. 60.

expressar um “sentimento moral”. E, assim, afirma ser “assombroso” o pensamento de Kant quase dois séculos antes de se constituir em condição tão familiar às sociedades de massa e estados totalitários. Ainda afirma que “a vida sob uma lei que vigora sem significar assemelha-se à vida no estado de exceção²⁴⁸” e que “uma lei que perdeu seu conteúdo cessa de existir como tal e se confunde com a vida”. Ao concluir desta forma, Agamben refere-se a Benjamin na leitura de Kafka e ao mesmo tempo a Kant para dizer que vida e lei são indissociáveis.

Agamben ainda vai buscar no antigo direito germânico a figura de um “irmão” do homo sacer, o “homem-lobo”, assim considerado o malfeitor da comunidade que podia ser excluído e morto. O bandido *wulfesheud* (cabeça de lobo), conforme o autor, um híbrido de monstro entre humano e ferino, era banido da comunidade²⁴⁹:

A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: *loup garou*, lobisomem, ou seja, nem homem nem fera, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum.

Com base nesta análise, a roda dos expostos submete o enjeitado a mesma zona de indeterminação, a que inclui e que ao mesmo tempo exclui. Para Agamben, a política do estado moderno ao circunscrever o “direito do cidadão, livre-arbítrio e contrato social”, sob o ponto de vista da soberania circunscreve, ao contrário, tão somente “a vida nua”. Assim, “a violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto, mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado”. Deste modo, a vida matável e insacrificável do homo sacer está à mercê do poder soberano tanto quanto o lobisomem, “o homem lobo do homem” que habita a cidade.

A relação de *bando* constitui, então, para Agamben a estrutura própria do poder soberano ao remeter algo a si mesmo, ou a forma de se manter a relação entre quem abandona com o abandonado, que é ao mesmo tempo dispensado e capturado. Bando é o vínculo entre a vida nua e o poder ou ainda, o *homo*

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Ibid.p. 112.

sacer e o soberano. Tal estrutura, conforme indica Agamben, deve ser reconhecida nas relações políticas e espaços públicos atuais²⁵⁰.

E, se na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica), se, no nosso tempo, em um sentido particular mas realíssimo, todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como homens sacri, isto somente é possível porque a relação de bando constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano.

4.3 EX-POSTOS À VIDA E À MORTE

A estratégia do Estado soberano moderno é a de dilatar o ciclo produtivo da vida humana, como mencionado por Foucault ao citar o termo biopolítica pela primeira vez na conferência “O nascimento da medicina social”, proferida no Rio de Janeiro em 1974, na qual destaca ser o corpo o objeto da sociedade capitalista. Mais tarde, nos texto “Direito de morte e poder sobre a vida”, último capítulo de *A vontade de saber*, Foucault considera a biopolítica em relação ao poder soberano. Enquanto o último “faz morrer e deixa viver”, o biopoder “faz viver e deixa morrer”. Por esta lógica, como também em Agamben, a vida do súdito está condicionada à vontade soberana.

Das rodas, os enjeitados da sociedade brasileira passam das Casas dos Expostos, anexadas às instituições de caridade e da misericórdia, para os educandários, liceus, colégios, escolas de artifícios, colônias agrícolas e institutos de reabilitação, onde são treinados para o trabalho. Disfarçando tais dispositivos de bem estar social que promovem a qualidade de vida, o Estado sustenta iniciativas de “fazer viver” e “deixar morrer”, selecionando e esquadrinhando a sociedade em cotas, grupos e castas. É assim ainda em Foucault, para quem os mecanismos

²⁵⁰ AGAMBEN, Giorgio, p. 117.

de poder que administram a vida consideram sempre a exposição à morte²⁵¹:

Esta muerte, que se fundaba en el derecho soberano a defenderse o a exigir ser defendido apareció como el simple envés del derecho que posee el cuerpo social de asegurar su vida, mantenerla y desarrollarla. Pero esse formidable poder de muerte (...) parece ahora como el complemento de un poder que se ejerce positivamente sobre la vida, que procurar administrarla, aumentarla, multiplicarla, ejercer sobre ella controles precisos y regulaciones generales. Las guerras ya se no hacen en nombre del soberano que hay que defender; se hacen en nombre de la existencia de todos; se educa a poblaciones enteras para que maten mutuamente en nombre de la necesidad que tienen de vivir. Las matanzas han llegado a ser vitales.

Em 1976, em conferência proferida no *Collège de France*, texto que será publicado como última parte do livro *Em defesa da sociedade*, Foucault amplia a discussão sobre biopolítica, que insere na configuração de algo ainda mais abrangente, o biopoder que busca otimizar da vida através das técnicas massificadas dirigidas à multiplicidade dos homens.

Foucault ressalva que tais transformações deram-se entre os séculos XVIII e XIX exatamente o período de vigência da roda dos expostos em Portugal e no Brasil. E explica que tais técnicas não eliminaram os rituais disciplinares que marcaram os tempos anteriores, mas foram sofisticadas de maneira a tratar da gestão da vida²⁵²:

Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de

²⁵¹ FOULCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad. La voluntad de saber*, 2003. Buenos Ayres: Siglo XXI Editores, p.165

²⁵² _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 288.

natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. É nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias.

Desta forma, Foucault e Agamben aproximam-se ao considerar a vida nos cálculos biopolíticos e o estado de exceção como a funcionar na base da exclusão inclusiva. Tal é o mecanismo da roda dos expostos que agora se ramifica nos mecanismos eletrônicos como visto pelos jornais e nos quais ainda prevalece a dualidade vida-morte. Vista como mecanismo social de regulação, controle e otimização da vida, a roda dos expostos também remete ao campo de concentração, sob o ponto de vista da configuração do abandono, lugar onde a vida é posta em *bando*.

Ao servir de depósito para a vida nua que é posta à margem da lei, a roda, assim, no rastro de Foucault, serviu ao longo de 200 anos no Brasil como estratégia da biopolítica ao disciplinar os corpos individuais. Na continuidade, ao longo do tempo, a constituição dos mecanismos eletrônicos espalhados pelo mundo contemporâneo, tanto quanto as discussões sobre dispositivo similar no Brasil, que tratam de resolver o abandono sistemático de bebês recém-nascidos, servem agora à tecnologia do biopoder, ao colocar os indivíduos em visibilidade quando se pretende regulamentar a exposição.

A rememoração de textos literários quando cruzados com a leitura dos recortes de jornal funciona como intervenção no fluxo do tempo, porque ao trazer a discussão sobre o abandono de recém-nascidos, o anonimato e as razões para justificar a prática, bem como de dispositivos à luz da roda, aproxima o noticiário contemporâneo da Literatura que abordou a temática em séculos passados como a “desentranhar a parte mais nocturna e mais quotidiana da existência”²⁵³. Textos literários e o

²⁵³ FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames” in *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 2002, p. 125.

noticiário, de certa forma, ainda em Foucault, constituem-se portadores de “infâmia” por revelarem simultaneamente sorte de reminiscências, mas também uma coleção de segredos inconfessáveis.

5 O SER COMO EX-POSTO

*A vida nua não está mais confinada
a um lugar particular ou em uma categoria definida,
mas habita o corpo biológico de cada ser vivente*
(Giorgio Agamben)²⁵⁴

Esta Tese de Doutorado é fruto do estudo que vem da Dissertação de Mestrado apresentada em 2006 e a partir do qual me lancei ao desafio de borrar o historicismo sobre a roda dos expostos. Além de livros e jornais, as rodas estão expostas em museus de todo o país como ruínas de um passado, mas atravessado por outros sentidos além da unidade e da verdade que remetem à solução para o abandono de bebês recém-nascidos. Misturado a outros fragmentos, o objeto de museu encerra um esquecimento, mas quando escavado nas franjas da Literatura e da imprensa é capaz de revelar não apenas a restauração do passado, mas produzir a transformação do presente.

A história reverbera narrativas, ao longo de séculos, como coleções ritualizadas para preservar o jogo de poder como em Foucault, ao se referir aos ditos que se repetem, por exemplo, nos textos religiosos, jurídicos e científicos. Pelos textos literários e recortes de jornais, contudo, a roda dos expostos está aberta e entrecortada por imagens distintas do discurso dominante. O objeto revela-se como alegoria que rememora, mas não como memória que seleciona e que trabalha com esquecimento e recordação. Deste modo, o objeto segue um movimento diverso ao do símbolo que pretende consagrar a política caritativa da monarquia e da res-publica.

Assim, para além do símbolo ou um relicário, a roda dos enfeitados constitui-se como um círculo alegórico que, embutindo múltiplos enigmas, guarda potência para a descoberta de novos e inúmeros contrastes e associações. A partir desta tese, seguindo Benjamin, o objeto roda, normalmente situado na esfera da teologia ao sugerir um saber absoluto, alegoricamente expõe uma visão mundana e significativa de seu próprio declínio.

²⁵⁴ AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 146.

A roda não é irreduzível, porque sujeita a mutações segue o fluxo temporal interminável.

Para além do círculo perfeito, a roda, assim, expressa algo inacabado e fragmentado em oposição à eternidade encerrada em uma suposta simbologia que não escapa ao discurso do poder. As discussões contemporâneas, estampadas nas páginas dos jornais sobre o resgate do objeto ou dispositivo similar para resolver o abandono de bebês enjeitados, estão esfumaçadas pelas significações da roda-ruína, presença de uma ausência, espaço vazio que espelha o passado.

Folhear as narrativas da Literatura e desfolhar o noticiário de jornais impressos ou produzidos eletronicamente foi um exercício de expansão buscando rastros da roda dos expostos como reminiscência, não apenas como re-presentação do passado recente, mas, como em Benjamin, para buscar estilhaços que sinalizam para momentos de perigo.

Ao girar o objeto circular para além de seu eixo de rotação forjado pelo historicismo, outros movimentos se contrapõem à roda em sua arqueologia positivista, aquela que tenta dar conta da solução para o a-bandonado, o bebê rejeitado e atirado à roda que seria sua fortuna. As folhas da Literatura e as folhas do jornal, desta forma, espalham-se em fragmentos e remetem ao *continuum* da história no Ocidente ou Oriente, onde recém-nascidos vivos ou mortos continuam sendo abandonados às portas de residências, em terrenos baldios e lixeiras.

O discurso do progresso baseado nos modelos estrangeiros e embutido nos recortes de jornal, em cujas folhas desdobram-se novidades capitalistas falaciosas, torna-se, como em Benjamin, “o inferno da modernidade” a repetir sempre o mesmo. Como visto nesta tese, o conjunto de textos de Fazenda, Macedo e Assis – escritos e publicados nos séculos XIX e XX - expõe catástrofes conectadas às passagens narradas pelos jornais no século XXI. Os mecanismos de amparo aos abandonados contemporâneos são como expressão de um mal estar, como a interromper o curso normal da história, quando traz à tona o objeto anacrônico roda.

Estudar as narrativas de José Vieira Fazenda, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis, percorrendo especialmente os horizontes de Benjamin e de Agamben, mais que escavar reminiscências foi um exercício para coleta de suplementos que desmascaram a roda dos expostos como uma

figura geométrica perfeita, à luz do que Padre Antonio Vieira disserta sobre o círculo no *Sermão Nossa Senhora do Ó*. Com seu paradoxal movimento de vida e de morte nas passagens do livro ao jornal, a roda é assimétrica, disforme, revela ambigüidades e expõe contra-imagens, desmonta metáforas do progresso embutidas no discurso de inclusão.

A *babykapple* ou *babynest* - e a roda dos expostos como sua ur-forma -, quando considerada como instrumento para a sobrevivência e o amparo de bebês abandonados em pontos diversos do mundo, reaquece a história e faz proliferar inúmeras contradições quando propõe criar medidas adornadas pela tecnologia dos sensores em substituição ao mecanismo de madeira, que provou mais excluir que incluir os enjeitados da sociedade, conforme a releitura de Fazenda, Macedo e Assis.

É a partir dos objetos fora de moda, conforme Benjamin, como a roda dos enjeitados – de aparência tosca e feita de madeira - que se pode garimpar as evidências da destruição material da história. Mas somente quando escovada no contrapelo, no movimento inverso aos fios da urdidura, a história abre-se a outras significações. Na leitura de Fazenda, Macedo e Fazenda, em contraste com os recortes de jornal, a roda navega num entre-lugar, no qual o presente tecnológico funde-se ao passado esculpido em madeira-matéria fundamental.

A trajetória do objeto da história colonial do Brasil à *res-pública* buscou tão somente a normalização do indivíduo e do corpo social. Mazelas sociais, na ausência da prevenção, acontecem ao longo dos séculos tão somente para serem normalizadas, maximizando a vida e legitimando as esferas de poder, que tratam nascimentos e óbitos como matéria-prima para a biopolítica, como em Foucault.

Desta forma, vida e morte constituem a lógica da política universal produzindo paradoxos no mundo tido como livre e democrático regulado, ainda, pelo estado de exceção, referenciado por Agamben, para quem esta é a chave do Estado moderno. Ao administrar a vida pela conexão da segurança e da guerra, o estado de exceção permite às criaturas agirem por sua natureza e serem responsáveis por seus próprios pecados, ensejando um suposto livre arbítrio.

Deste modo, os mecanismos de recolhimento dos enjeitados, no rastro de Foucault e Agamben, configuram o exercício do paradigma de segurança, ao controlar e maximizar a

vida. Tal qual muros que separam fronteiras de países, incluindo e excluindo grupos ou indivíduos, a roda dos expostos de ontem e os berços adornados por sensores de última geração de hoje são mecanismos para a administração dos corpos e da vida individual e coletiva.

Mascarada pelo suposto abrigo da zoé, a roda dos expostos apenas sustenta o aparelho regulador e relega o sujeito-objeto à zona de indistinção que finge ordenar conflitos, revelando assim a sua face alegórica, em que vida e direito se confundem. O enjeitado, tornando-se insacrificável, não é simplesmente depositado na roda como abrigo, mas banido ou posto fora da lei e, então, submetido a uma relação de inclusão-exclusão com o seu próprio bando.

Irreparavelmente, ainda em Agamben, a roda dos enjeitados segue o curso das coisas como num ser-assim, portanto abandonadas e expostas, nada revelando de novidade em relação ao modelo do mundo humano em que o a-bandonado é apenas parte da máquina que produz mecanismos de auto-legitimação. As páginas de Macedo dobram e redobram a roda em suas múltiplas partes pela metafórica miopia de Simplício. O focar e o desfocar de uma suposta luneta mágica, pela visão do personagem a flunar pelas ruas do Rio antigo, oferece panoramas estereoscópicos de que fala Benjamin, revelando uma profusão de imagens da cidade em ruínas.

Publicado em meados dos anos 60 do século XIX, o romance *A Luneta Mágica* revela fragmentos de um tempo de paradoxos em que o autor viveu no período entre os dois impérios. Mesmo antes das reformas que levaram o Rio de Janeiro de “porto sujo” à “cidade maravilhosa”, Macedo dá vida ao personagem Simplício que desfoca o senso comum como a antecipar a catástrofe do progresso que se avizinha com a urbanização e novas condutas sociais. Entre tantos objetos, hábitos e costumes, o autor, através do personagem – um a-bandonado e enjeitado pela família que lhe atribui uma suposta loucura -, focaliza a roda em meio a um estoque de traços do Rio de Janeiro de seu tempo.

Pela miopia de Simplício e pelo movimento da luneta mágica, a roda é tida como negócio que explora o corpo como mercadoria, fortuna da falsa caridade que promete recolher o enjeitado, cínica moeda da organização social. Como um fantasma, pelo olhar do personagem a roda sai da muda cripta e

ganha uma dimensão distinta daquela anteriormente consagrada pelos documentos e discursos oficiais. As imagens-pensamentos projetadas por Simplício revelam, assim, uma constelação que perpassa os séculos a produzir múltiplos e extremos como visto nesta tese.

Em Vieira Fazenda, a roda é lançada ao longo de seis crônicas como cartas de baralho que vão sendo dispostas em duplas faces em meio às convenções sociais e religiosas. Ao flunar sobre a escrivadinha apinhada de escrituras antigas – jornais, livros e documentos oficiais –, o autor devora textos e profana a história de seu tempo que vai sendo enterrada na cidade em vias de urbanização. Entre tantos objetos e personagens anódinos aos quais Vieira Fazenda se dedicou, a roda dos expostos está metida na coleção como franjas solta ao devir e, assim, estilhaça elos de uma cadeia de sentidos pré-determinados, uma vez que o autor busca nas ruínas da roda o vai e vem que revela dobras da história oficial.

Ainda que escave escombros e cenários perdidos, percebe-se em Fazenda, diferente de Macedo, traços dos representantes da escrita da elite da época, ocupada em fazer proliferar discursos dominantes através dos escritos oficiais. No entanto, nesta tese buscou-se rememorar o próprio autor que, assim como suas antiquilhas, torna-se fragmento da literatura esquecida. Rer José Vieira Fazenda, ex-médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio antigo, instituição que deu vida à roda dos expostos e outros mecanismos que prometiam a solução para os abandonados, foi também re-significar o próprio cronista à sombra da história que o consagra tão somente como representante da historiografia produzida pelos organismos instituídos pelo Estado.

À primeira leitura, a coleção de crônicas sobre a roda – publicada no início do século XX (1906) – inspira a história acomodada em um estojo de arquivos mortos. Mas, tanto na escrita de Fazenda sobre a roda quanto na releitura de seus textos, esta tese ensejou um *aufgabe*, ato que em Benjamin remete à atividade crítica, à tarefa do tradutor ou do poeta. Ao falar de bondes, bigodes, enterros de negros e do enfeitamento de recém-nascidos, os textos de Vieira Fazenda convidam à exploração dos escombros do Rio de Janeiro que, entre os séculos XIX e XX, vai sendo esquarterado em nome da modernidade.

Ao rememorar a condenação de mulheres que falsamente se ofereciam para criar os enjeitados, ao longo de suas crônicas Fazenda traz à tona a economia medieval do castigo referenciada por Foucault e, tanto quanto a criança que é abandonada nos postos de recolhimento ou ao relento, criminosos tinham seus corpos expostos ao suplício para educar o mal. No mesmo ensejo, Fazenda desfia a economia do enjeitamento que veio de Portugal ao Brasil colônia, arrastando-se à fase republicana. Ao revelar nuances da higienização a que o Rio foi submetido para a produção do progresso, Fazenda estende uma ponte entre passado e futuro, em que proliferam supostas razões e pretensas soluções para o a-bandonado.

Cartas de um baralho de duplas faces também são dispostas por Machado de Assis, no conto *Pai contra Mãe*. No conto, parte da coleção “Relíquias da casa velha”, Machado relê o símbolo-roda em meio à história mundana de um período de declínio do Rio de Janeiro. Ao ironizar os nomes de seus personagens – Cândido e Clara-, o autor vai desmontando o saber absoluto sobre a roda que seria solução para uma família prestes a decidir pela sobrevivência de um recém-nascido.

No conto, Machado de Assis constrói uma narrativa que explode a casa velha através de seus choques com a modernidade e, assim, remete ao pensamento da dobra em que, para Perniola, há uma plenitude barroca capaz de desdobrar coisas em um pequeno espaço. Assim como Vieira Fazenda, que revela o negócio embutido na criação de enjeitados, e Macedo, na exploração do corpo como mercadoria, Assis também descortina o comércio embutido na escravatura na medida em que cresce a miséria e a falta de trabalho no Brasil colonial.

Em busca de seus 100 contos de réis, Candinho, personagem da trama de Assis, captura uma escrava grávida em fuga, cuja vida, seguindo um paradigma natural, acaba sendo trocada pela do filho que estava prestes a enjeitar. Como a expor algo bem familiar, distante da sacralização do mundo – tautologia do ingênuo, seguindo Agamben -, Assis expõe a barbárie de personagens envolvidos em relações humanas paradoxais naturalizadas pela modernidade referenciada pela necessidade e contingência. Morte e vida, desta forma, são irreparáveis no mundo humano assim como é, ainda no rastro de Agamben, ao desenvolver o conceito de ser-assim.

E, então, estamos entregues à existência como exposição, tal qual o enfeitado ou o a-bandonado nas rodas dos expostos que se dobram, desdobram e não cessam de se redobrar nas páginas dos livros e páginas dos jornais, alegorizando o objeto antes reduzido à simbologia do abrigo à zoé. Como tal, a vida é qual e determinada pelo poder soberano que produz objetos ilusionistas mitificados ao longo da história humana a fazer crer no progresso, uma sorte de repetição do “infernai”, a que Benjamin se refere para tratar das falsas novidades.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Remnants of Auschwitz – The witness and the archive*. New York: Zone Books, 2002.

_____. *Estado de exceção*. SP: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Homo sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Infância e história – Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *A linguagem e a morte – Um seminário sobre o lugar da negatividade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *The coming community*. USA, University of Minnesota, 1993.

_____. *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANDRADE, Ana Luiza. *Transportes pelo olhar de Machado de Assis – Passagens entre o livro e o jornal*. Chapecó: Gringos, 1999.

_____. “Walter Benjamin e a dialética do olhar: traduzindo entre-lugares nas passagens à modernidade”. Florianópolis: Revista Travessia-UFSC, 1998.

_____. “Passagens de Bond com Machado II – Do rapé à cadeira elétrica”. Florianópolis; Revista Travessia-UFSC, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2004.

ASSIS, Machado de. "Pai contra mãe". In: *Relíquias da Casa Velha – Obra completa*, volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica, história da imprensa brasileira*, v.1. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BATAILLE, Georges. *A Noção de Despesa. A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. *As flores do mal*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: _____. *Obras escolhidas v. 1 – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: _____. *Obras escolhidas v. 1 – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. "O flâneur". In: _____. *Obras escolhidas v. 2 – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. SP: Brasiliense, 1984.

_____. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política v. 1*. São Paulo: Brasiliense.

BÍBLIA SAGRADA. *Êxodus*, 2, 1-10. São Paulo: Editora Epê e Editora Maltese, 1985.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas – Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp, 2000

BRANDÃO, Juanito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar – Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Trad. Ana Luiza Andrade. Chapecó/ Belo Horizonte: UFMG/ Argos, 2002.

_____. *Estética e anestética. O ensaio sobre a obra de arte de Walter Benjamin reconsiderado*. *Travessia* 33. Revista de Literatura da Pós-Graduação, Edefsc, agosto-dezembro 1996, p.11-41.

CAILLOIS, Roger. *O mito e o homem*. Lisboa: Edições 70, 1972.

CÂNDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A formação das almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.

DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: 1992.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. *Diferença e repetição*. São Paulo: Edições Graal, 2006.

_____. e GUATTARI, Felix. *Milplatôs*. Capitalismo e esquizofrenia, Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Given time: I. Counterfeit Money*. Chicago: The University of Chicago, 1992.

_____. *Dar (el) tiempo I – La moneda falsa*. Barcelona: Novagràfik, 1995.

_____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. SP: Relume Dumara, 2001.

_____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. “Escritura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”, In: _____. *A escritura e a diferença*. SP: Perspectiva, 2004.

_____. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Letras, 2000.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FAZENDA, José Vieira. “A roda”. In: _____. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RJ: Imprensa Oficial, 1924.

_____. “O bonde de Sancta Teresa – a nova linha”. In: _____. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

_____. “A Rua do Cotovelo”. In: _____. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

_____. “Bigodes”. In: _____. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta – ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. *Da ficção*, artigo publicado no Diário de Ribeirão Preto, São Paulo, 26 de agosto de 1966.

_____. *O instrumento do fotógrafo ou o fotógrafo do instrumento?* Ensaio publicado na Revista Iris, São Paulo, agosto de 1982.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1986.

_____. *Vigiar e punir : nascimento da prisão*. Petrópolis : Editora Vozes, 1987.

_____. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. “A imaginação do século XIX”. In: *Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Organização: Manoel Barros da Motta, coleção Ditos e Escritos, volume III. RJ: Editora Forense Universitária, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade*. SP: Martins Fontes, 2005.

_____. *Nascimento da biopolítica*. SP: Livraria Martins Fontes, 2008.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

_____. *Nordeste – Aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do Norteste do Brazil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GLEISER, M. “Os gregos” in *A dança do universo: dos mitos da criação ao big-bang*. SP: Cia das Letras, 1997.

HARO, Rodrigo de. *Mistério de Santa Catarina: ou livro dos emblemas de Alexandria*. Florianópolis: Livros do Athanor, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2003.

HUBERMAN-DIDI, Georges. *Ante el tiempo – Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Ayres: Adriana Hidalgo Editora, 2008.

HUIZINGA, Johan. *Homo luden: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

JESI, Furio. *O mito*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

JULIANO, Dilma Beatriz Rocha. *Telenovelas brasileiras: narrativas alegóricas da indústria cultural*. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira e Teoria Literária) – Curso de Pós- graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KLEIN, Melanie. *A psicanálise das crianças*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

LACAN, Jacques. “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAGES, Susana Kampff. “Alegoria da leitura, figuras da melancolia: ‘A tarefa do tradutor’, de Walter Benjamin”. In: Silva-Seligmann, Mario (org.). *Leituras de Walter Benjamin*. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

LEMINSKI, Paulo. Cruz e Sousa – O negro e o branco. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, José Lezama. *A expressão americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *A luneta mágica*. Rio de Janeiro: Ática, 1999.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens, uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada no Brasil*. SP: Editora Hucitec.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes – O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

NANCY, Jean-Luc. *Corpus*. Lisboa: Grafeuropa, 2000.

_____. *La mirada del retrato*. Buenos Ayres: Amorrortu, 2006.

NEDELL, Jeffrey. *A tropical belle époque: elite culture and society in tur-of-the century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

NETO, João Cabral de Melo. *Agrestes*. RJ: Record, 1997.

_____. *Melhores poemas*. Seleção de Antonio Carlos Sechin. São Paulo: Global, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Schwarcz, 2005.

_____. *Crepúsculo dos ídolos ou como filosofar com o martelo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha – Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAL PELBERT, Peter. *Vida capital – Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Julio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, Iphan, 2007.

POE, Edgar Allan. *O homem da multidão*. Trad: Dorotheé de Bruchard, Notas de Walter Benjamin. Porto Alegre: Editora Paraula, 1993.

POUZADOUX, Claude. *Contos e lendas da mitologia grega*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

RAMA, Ángel. “Os processos de transculturação na narrativa latino- americana”. In: *Literatura e cultura na América Latina*. Flavio Aguiar & Sandra T. Vasconcelos (orgs.). São Paulo: Edusp, 2001, p. 209-238.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Silviano (sup.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, Noronha. *Esboço biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.

SEDLMAYER, Sabrina, César Guimarães e Georg Otte (org). *O comum e a experiência da linguagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SLOTERZIJK, Peter. *O quinto “evangelho” de Nietzsche – É possível melhorar a boa Nova ?* Trad. Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SOARES, Ubaldo. *O passado heróico da Casa dos Expostos*. Rio de Janeiro: Santa Casa, 1959, p. 21.

SOUSA, Cruz e. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

SPERBER, Suzi Frankl. "Re-visão de Joaquim Manoel de Macedo através de sua Luneta Mágica". In: *Livros e ideias: ensaios sem fronteiras*. Azevedo Filho, Deneval Siqueira de e Maia, Rita Maria de Abreu (org.). São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2004.

VELOSO, Dario. *Moral dos jesuítas*. Curitiba, 1908.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*. Org. Alcir Pécora. São Paulo: Editora Hedra, 2000.

WERNECK, Humberto (org). *Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 7.

ARTIGOS EM HOMEPAGES

ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. "‘Só me interessa o que não é meu’: a Antropofagia de Oswald de Andrade. Disponível: <http://www.globalcult.org.ve>, Página do Programa Cultura, Comunicación y Transformaciones Sociales, Caracas, Venezuela. Acesso em 20 de agosto de 2008.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS ON-LINE

ANTELO, Raúl. "As flores do mal: sintoma e saber anti-modernos". Rio de Janeiro: Alea Estudos Neolatinos, janeiro-junho, vol 9, número 01, UFRJ, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de julho de 2008.

CUKIERT, Michele e PRISZKULNIK, Léia. "Considerações sobre o eu e o Corpo em Lacan". Natal: Estudos de Psicologia, vol 7, número 1, janeiro 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000100014. Acesso em 20 de outubro de 2009.

GANDELMANN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, nº 3 (setembro/ dezembro de 2001), p. 613-630. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

IMANISHI, Helena Amstalden. “A metáfora na teoria lacaniana: o estádio do espelho”. SP: Boletim de Psicologia vol 58, número 129, dezembro, 2008. Disponível:http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200002&lng=en&nrm=isso. Acesso em 22 de outubro de 2009.

MANGUEIRA, José Vilian. “Nem todas as crianças vingam”: Relação social em “Pai contra Mãe”. Juiz de Fora: Darandina Revista Eletrônica, maio, vol 2, número 01, UFJF, 2009. Disponível em: http://www.darandina.ufjf.br/artigos_edicao3.html. Acesso em 4 de setembro de 2009.

PEREIRA, Maria Antonieta. “A luneta mágica da tradição cultural”. Minas Gerais: Revista TXT – Leituras transdisciplinares de telas e textos do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão *A tela e o texto*, da Faculdade de Letras da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt5/antonietaresenh_a.html. Acesso em 12 de maio de 2010.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. “Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro dos séculos XVII a XIX”. São Paulo: Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, junho, número 1, 2008. Disponível em: <http://revistasankofa.googlepages.com/sankofa01>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília, UnB, 1981, p. 233, apud TRINDADE, Judite Maria Barboza. *O abandono de crianças ou a negação do óbvio*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.37 [cited 2009-11-10], pp. 35-58 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881999000100003.

ARTIGOS DE JORNAIS ON-LINE

ABANDONED BABY *girl rescued by stray dogs in eastern India*. Associated Press (AP), April, 22, 2008. Disponível em: <http://thestar.com.my/news/story.asp?file=/2008/4/22/apworld/20080422214413&sec=apworld>. Acesso em 23 de abril de 2008.

BABY-DROP´S *introduced in Germany as infanticide cases*. Fox News, 27/03/2007. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/0,2933,261588,00.html>. Acesso em: 28 de abril de 2007.

BEBÊ É ECONTRADO abandonado debaixo de carro no Rio. Folha on line, 09/09/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u326974.shtml>. Acesso em 10 de setembro de 2007.

BEBÊ DE DOIS DIAS é encontrado sob banco de igreja na zona sul do Rio. Folha on line, 22/10/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u458904.shtml>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

BERÇÁRIOS para bebês abandonados na Alemanha. RTP, 03/12/2006. Disponível em: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=133028&visual=3&layout=10>. Acesso em 10 de janeiro de 2007.

BILHETE EM ROUPA de bebê abandonado no Rio pede que ele seja adotado. Folha on line, 22/10/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u459095.shtml>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

CADELA SALVA recém-nascido abandonado em MG. Agência Estado, 23/07/2008. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/07/23/ult4469u28790.jhtm>. Acesso em 24 de julho de 2008.

CÂMERA FLAGRA abandono de criança em prédio de Brasília. O Estado de São Paulo on line, 29/03/2008. Disponível em:
http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid147926,0.htm. Acesso em 30 de março de 2008.

“CESTA PARA BEBÊS abandonados” é inaugurada com menino de 3 anos. Folha On Line/EFE, 15/05/2007. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/efe/2007/05/15/ult4429u336.jhtm>. Acesso em 16 de maio de 2007.

DOGS “RESCUE” girl abandoned by mother. Reuters, 22/04/2008. Disponível:
<http://www.reuters.com/article/oddlyEnoughNews/idUSDEL21859920080422>. Acesso em 23 de abril de 2008.

DUMP YOUR CHILDREN here’ Box to stop nothers killing their babies. Times On Line, 27/03/2007. Disponível:
<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article1572569.ece>. Acesso em 30 de março de 2007.

ESPECIALISTAS divergem sobre proposta de adoção anônima para evitar abandono de bebês. O Globo on line, 04/10/2007. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/04/298003766.asp>. Acesso em 5 de outubro de 2007.

GATO SALVA vida de menino recém-nascido na Alemanha. Reuters/Folha On line, 15/04/2006. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2006/04/15/ult729u55909.jhtm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

HOMEM ABANDONA recém-nascida na rodoviária de Vitória. O Globo on line, 08/04/2009. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/pais/cidades/mat/2009/04/08/homem-abandona-recem-nascida-na-rodoviaria-de-vitoria-755202927.asp>. Acesso em: 09 de abril de 2009.

IRMÃS ENCONTRAM bebê abandonado em caixa de sapatos em SC. G1, 30/08/2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL95725-5598,00-IRMAS+ENCONTRAM+BEBE+EM+CAIXA+DE+SAPATOS.html>. Acesso em 02 de setembro de 2007.

ITÁLIA REINVENTA roda para salvar bebês abandonados. Globo.com, 26/02/2007. Disponível em: <http://bbb.globo.com/BBB7/Internas/0,,AA1469576-7530,00.html>. Acesso em 10 de março de 2007.

MÃE QUE JOGOU filha em lagoa é condenada a oito anos de prisão. Folha on line, 22/02/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u130757.shtml>. Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

MÃE DE BEBÊ abandonado em igreja no Leblon se apresenta à polícia. Folha on line, Rio de Janeiro, 23/10/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u459406.shtml>. Acesso em 24 de outubro de 2008.

NEW-BORN BABY abandoned in Farwaniya. Arab Times on line, March, 22, 2008. Disponível: <http://www.arabtimesonline.com/index.asp>. Acesso em 23 de março de 2008.

PAPEL DE ARREPENDIDA não convenceu júri de mãe que jogou filha em lagoa. Folha on line, 20/01/2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u130764.shtml>. Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

PARTO ANÔNIMO no mundo, Instituto Brasileiro de Direito da Família. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=374>. Acessado em 20 de dezembro de 2008.

PM ENCONTRA bebê abandonado em rua da região central de São Paulo. Folha on line, 03/07/2007. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/folhaonline/2007/07/03/ult4733u1672.jhtm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

POLÍCIA BUSCA mãe de bebê abandonado a 29º C negativos no Canadá. Folha on line, 05/02/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104420.shtml>. Acesso em 10 de fevereiro de 2007.

POLÍCIA PRENDE mãe de recém-nascido abandonado em mata em PE. Folha on line, 21/09/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u330351.shtml>. Acesso em 23 de setembro de 2007.

PROJETO DE LEI quer legalizar parto anônimo. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação, 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/25/materia.2008-02-25.0211314141/view>. Acesso em 3 de março de 2008.

PROPOSTA DE PARTO anônimo deve receber substitutivo em março. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação, 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/25/materia.2008-02-25.8851250618/view>. Acesso em: 3 de março de 2008.

RECÉM-NASCIDA é abandonada em terminal de ônibus de Florianópolis (SC). Folha On line, 05/02/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u369845.shtml>. Acesso em: 06 de fev.2008.

REMAINS OF NEW-BORN baby found in garbage. Arab Times on line, September, 20, 2008. Disponível em: <http://www.arabtimesonline.com/index.asp>. Acesso em: 21 set. 2008.

FILMES E VÍDEOS

RODA DOS EXPOSTOS. Maria Emília Azevedo (diretora). Florianópolis, 19 minutos, 2001.

ANEXO A – IMAGENS DA RODA

Babyklappe (foto montagem) que teria sido instalada na cidade de Kiel, norte da Alemanha, às margens do Mar Báltico.

Disponível em: <http://www.babyklappe.info/referenzen/babyklappe-kiel.html>



Babyklappe, na versão de Hannover, Alemanha.
Disponível em: <http://habercininyeri.wordpress.com/2008/01/03/>



Fotos da Babyklappe, também em versão alemã, retiradas de propaganda institucional do Hospital Saint Joseph, de Berlim, na qual divulga telefone (+49 30 7882-2050) para emergências de abandono e que também sugere deixar o bebê com uma carta em um dos quatro idiomas: turco, polonês, russo e alemão, atestando a custódia ao hospital.

Disponível em: <http://www.sjk.de/Babyklappe.101.0.html>



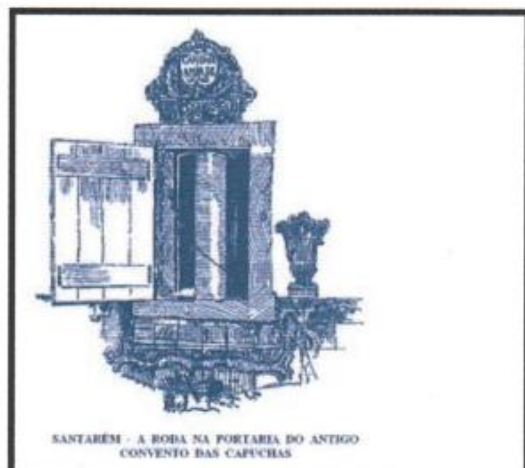
Cartaz do Hospital Casilino, em Roma: "Não abandone seu bebê. Deixe-o conosco". Foto: Reuters

Disponível em: http://veja.abril.com.br/070307/p_073.shtml



Cena de demonstração do Hospital Casilino, em Roma. Foto: Reuters

Disponível em: http://veja.abril.com.br/070307/p_073.shtml



Roda dos Expostos atribuída ao Convento das Capuchas, de Santarém, Pará.
Disponível em: <http://www.scms.pt/expostos.htm>

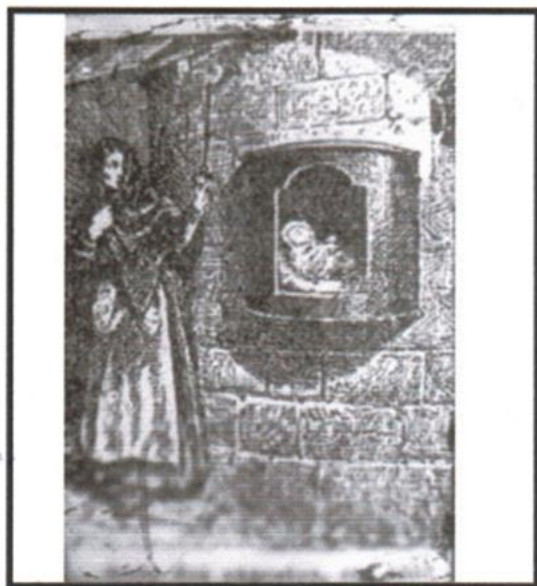


Ilustração atribuída à notícia publicada no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, de 1908: "Na Roda dos Expostos (ilustração), a Santa Casa fazia doações de crianças órfãs"

Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A113/N256/Imagens/54FOTO2.JPG>

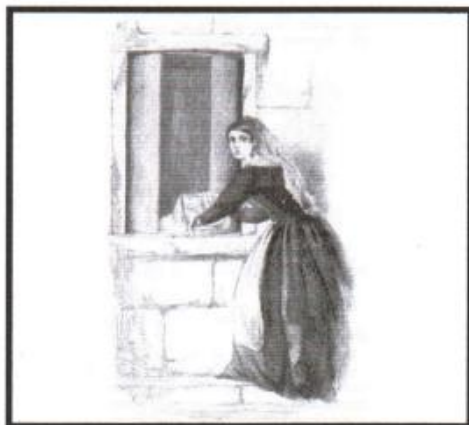
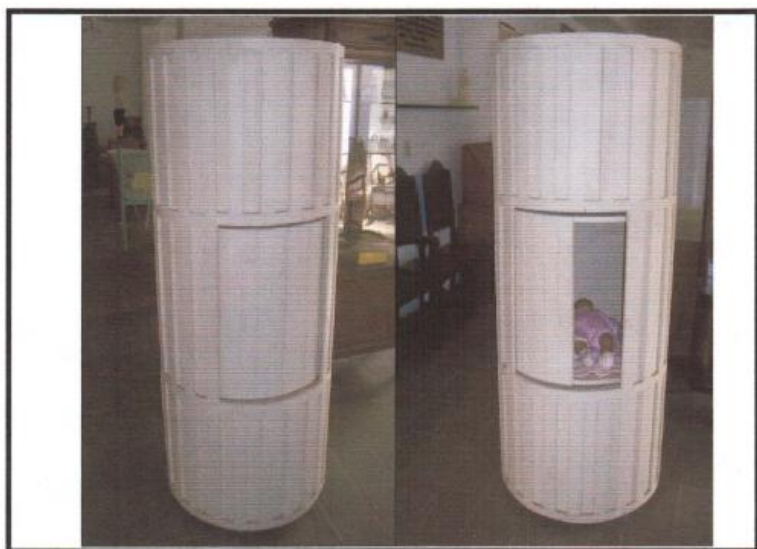


Ilustração atribuída a desenho de Thomas Ewbank (1945) como a roda na rua de Santa Teresa, atual rua Joaquim Silva, na Lapa, Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?blogid=109&archive=2009-08>



Roda exposta no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, conforme ilustração em Marcílio, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 116.



Roda exposta no Museu Dahas Zarur, instalado nos fundos da Fundação Romão de Mattos Duarte, instituição ligada à Irmandade da Misericórdia do Rio de Janeiro. Fotos: Rosane de Albuquerque Porto. em pesquisa de campo, 2005.

ANEXO B – A CRÔNICA DE VIEIRA FAZENDA

A RODA

I

Para ampliar o grandioso quartel da rua Evaristo da Veiga resolveu o Governo comprar à Misericórdia os edifícios, onde funcionava a *Casa dos Expostos*.

Procedendo-se ás necessárias demolições, entendeu o digno commandante da Brigada Policial enviar para o Instituto Histórico, que acceitou a offerta, os objectos que compunham aquillo a que commummente se dá o nome de *róda*.

E' uma porta de grossa madeira, sobre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro também de madeira; apresenta uma face convexa e outra côncava. Na segunda existem duas prateleiros, onde se collocava o engeitado.

Com summa facilidade é o meio cylindro susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janella ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte côncava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyatorio servia de aviso á erma de caridade, para sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.

Além da roda dos engeitados outras existem nesta nossa cidade. São de maiores proporções e podem ser observadas nas portarias dos Conventos d'Ajuda e de Sancta Teresa. Alli servem para entrada e saída de objectos de consumo, compra de fazendas e para outros misteres, em que se permite comunicação com o mundo exterior.

Ao contemplar aquellas toscas peças de madeira, que têm sido em todos os paizes objecto de tantas discussões e de múltiplas medidas governnamentaes, não me posso furtar ao desejo de escrever algumas notas sobre a *nossa Roda*, sua origem e desenvolvimento. Sirvam ellas ao menos para explicar no futuro a presença de tal aparelho no museu do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.

De uso commum entre as velhas cidades da Europa, não é de admirar funcionassem as rodas dos engeitados em Portugal e principalmente em Lisboa. Da metrópole, com antigos usos,

costumes e tradições herdamos também tal instituição, que dalli tem gradualmente desaparecido, graças á campanha de espíritos altamente philanthropos.

Entre nós, sabido é, a Casa dos Expostos, administrada pela antiga e venerável Irmandade da Misericórdia, é um instituto com patrimonio próprio, aumentando pela constante caridade de almas benfazejas.

Não perderam os infelizes abandonados com sair da sua casa antiga. Acham-se agora bem installados em magnifico prédio da rua do Senador Vergueiro, sito em meio de vasta chácara, onde vicejam copadas arvores.

Antes de dizer como foi definitivamente creada a Casa dos Expostos do Rio de Janeiro por iniciativa particular, veremos quaes as providencias tomadas anteriormente pelos governantes, com relação a tão importante assumpto.

Não se descuidaram os antigos legisladores portuguezes de dar providencias para criação dos engeitados. A manutenção destes era confiada aos *Concelhos* (Câmaras Municipaes). Quando estes não pudessem cumprir tão humano dever, poderiam lançar para tal fim impostos ou fintas entre os moradores do município.

Para isso diz a Ordenação: “as crianças nom mourom por mingua de criaçon; os mandaram criar a custa dos bens dos Ospitales ou Albergarias, que ouver na Cidade, Villa ou lugar, se tiver bens ordenados para criaçon dos engeitados; e não avendo hi taes Ospitales e Albergarias se criaram a custa das rendas do Concelho. E não tendo o Concelho rendas por que se possam criar, os officiaes da Câmara lançarão fintas por aquellas pessoas que nas fintas e encarregos do cencelho ham de pagar”.

Pondo em contribuição o muito que se tem escripto sobre as Misericórdias de Porrugal, póde-se concluir o seguinte: por muito tempo, máxime na capital, o cuidado da criação das crianças abandonadas correu sob a responsabilidade dos administradores do Hospital de Todos os Sanctos.

A carta régia, porém, de 14 de Maio de 1543, confiou a sorte dos expostos ao zelo e critério da Mesa da Sancta Casa de Lisbôa. Desde então começou ella a cuidar daquelles infelizes, os quaes continuavam a permanecer no precitado hospital, onde existiam as competentes rodas.

Grandes foram os privilégios concedidos aos maridos das amas externas, pelo que se vê da carta régia de 1502: “A

quantos, reza o documento, esta nossa carta virem, fazemos saber que querendo nós dar fórma e maneira, como para os meninos que se engeitarem no nosso hospital de Todos os Sanctos desta cidade, se possam achar melhores amas para os criarem, por este presente nos praz que qualquer ama que criar engeitados ou engeitadas que ao dito hospital vierem e que lhe for dada pelo provedor delle, além do ordenado que por criação lhe houver de ser dado, segundo com elle se concertar, gose tres annos, que se começarão do dia em que o dito engeitado levar, de todo o privilegio aqui declarado; convém a saber, que não pague nenhuma peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, que pelo concelho onde fôr morador sejam lançados, por qualquer guiza ou maneira que seja, nem vá com pesos, nem com dinheiro, nem seja tutor, nem curador de nenhuma pessoa que sejam, salvo si as tutorias forem lidimas, nem sirva em nenhum outro cargo, nem servidões do dito concelho, nem seja official delle contra sua vontade, nem persigam com elle em suas casas de morada, adegas, nem cavalhariças, nem lhe tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gallinhas, nem bestas de sella, nem albarda, nem outra alguma coisa contra sua vontade, etc". Todas essas mercês foram confirmadas em 1532, 1576, 1595, 1696 e 1701.

Pelos alvarás de 29 de Agosto de 1654 e de 22 de Dezembro de 1695 os maridos e filhos das amas ficavam exemptos de servir nas companhias de ordenanças e ir aos alardos e exercícios.

Em muitas cidades de Portugal, apesar de tão latos privilégios, não existiam ródas, Em Aveiro, Penafiel e Alemquer fazia-se uma espécie de feira, onde appareciam as recoveiras, afim de levar as crianças para as ródas das terras mais ricas, havendo até algumas Câmaras que pagavam as taes recoveiras, livrando-se assim do encargo de ter ródas.

Como sempre acontece, a especulação torpe alçou o collo. Entre muitos factos reprovador citarei o seguinte: em 1771, no dia 1 de Junho, foi condemnada uma mulher, de nome Luiza de Jesus, natural de Coimbra, porque ia á roda desta cidade buscar crianças, recebendo de cada uma 600 réis em dinheiro, 1 covado de baeta e um berço. Reconheceu-se pelo processo que esta fera matára 33 crianças. Foi garroteada, indo com baraço e pregão pelas ruas públicas, sendo atezazada e cortando-se-lhe as mãos, queimando-se o corpo e reduzindo-se a cinzas.

Continuava a Misericórdia de Lisboa como simples administradora dos engeitados de Todos os Sanctos, quando viu que os rendimentos não chegavam para manutenção de tantos infelizes, cujo numero augmentava de anno para anno.

O Senado da Câmara, que pela lei era obrigado a concorrer com subsídios para tão humanitário fim, furtára-se a esse dever, allegando falta de meios suficientes. Em 1637 foi, porém, celebrado um contracto entre aquella corporação (a Misericordia) e a Câmara, obrigando-se os representantes da cidade a dar annualmente a quantia de 600\$000. Essa verba foi augmentada para 2:000\$000 pela carta régia de 31 de janeiro de 1775.

Em 1657 a Misericórdia para melhor administração dos expostos formou de seu grêmio a chama mesa dos Sanctos Innocentes. Esta foi extincta em 4 de Junho de 1768 em consequência de acontecimentos importantes, que então occorreram. Nesta data a administração dos exposto ficou unida immediatamente á da Sancta Casa.

Expulsos os Jesuítas, obteve a Irmandade da Misericórdia pela carta régia de 8 de Fevereiro de 1768 doação da casa de S. Roque, que pertencêra á Companhia de Jesus.

Tomando posse do edificio no 1º de Julho de 1769, foi á antiga corporação concedido patrimônio de 100:000\$000 com obrigação da criação dos engeitados. Por deliberação do márquez de Pombal, em 31 de Janeiro de 1775, teve a Casa da roda definitiva regulamentação com o titulo, Real Casa dos Expostos.

A sorte dos míseros desamparados mereceu sempre, no correr dos tempos, o zelo e **compaixão dos monarchas portuquezes** e da alta fidalguia. Dous factor entre outros o provam. Em 1880, o príncipe regente d. João instituiu a real ordem de Sancta Isabel. As damas que pertencessem a esta ordem seriam obrigadas a visitar por turnos, uma vez em cada semana, o hospital dos expostos e a observar os artigos pertencentes ao regime particular e govêrno econômico do hospital e os mais actos de caridade, que se devessem practicar sobre o tractamento dos expostos. A ordem era composta, além da Família Real, de 26 damas, que deveriam ser casadas ou ter vinte e seis annos completos.

Em 1819 (decreto de 14 de Abril) foi creada uma Congregação das servas ou filhas da caridade, da qual faziam

parte a duqueza de Cadaval, marquezas de Abrantes, Borba, Castello Melhor, Lavradio, Minas, Niza, Tancos e Valença; e condessas de Ficalho, Mesquitella, Oeiras, Rio Maior e Vimieiro. Entre os deveres de tão illustre instituição avultavam: instrucção á mocidade desamparada, visitas aos hospitaes, ás casas dos órfãos e aos estabelecimentos dos expostos.

Como é por demais sabido, a Misericórdia de Lisboa é uma repartição sujeita ao Govêrno, que nomeia o provedor e demais funcionarios.

Quem quizer conhecer a fundo as phases da antiga, bem como da nova organização, leia os trabalhos de Victor Ribeiro e Costa Godolphin, de onde extrahi estes apontamentos. Em tão bellos escriptos verá a campanha levantada contra a excellencia da roda que deixou de existir em Lisboa. Para esse desideratum muito contribuiu o illustre e infatigável provedor dr. Thomaz de Carvalho.

Resta-nos agora, feito este longo exordio, narrar o que tem havido com os expostos do Rio de Janeiro, os quaes estão, desde 1738, sob o valioso amparo e segura protecção da veneranda confraria instituída pelo inolvidável José de Anchieta.

14 de maio de 1906.

A RODA

II

Referem historiadores: vendo o governador Antonio Paes de Sande a impiedade e o abandono, a que eram votados os engeitados, sendo encontrados nas ruas públicas e ahi perecendo á miseria e ao frio, representou ao rei pedindo providencias contra actos tão deshumanos.

Ora, existindo no Rio de Janeiro uma Sancta Casa de Misericordia, parece recair sobre ella acre censura contra similante falta de caridade.

A resposta dada pelo monarcha ao citado governador, em data de 12 de dezembro de 1693, é prova manifesta de que nenhuma responsabilidade cabia a essa veneravel instituição. Eis o teor desse importante documento:

“Antonio Paes de Sande – Amigo – Eu El-Rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que Me escrevestes acerca da pouca piedade, que achastes nessa Capitania com as creanças engeitadas, achando-se muitas mórtas ao desamparo, sem que a Misericordia nem os officiaes da Camara os queirão recolher, dizendo não terem rendas para os mandar criar, apontando-se como remedio o applicar para a despeza da criação desses engeitados a propria pertencente ás obras pias, que desta Capitania vem para este Reino de poucos annos a esta parte, por ondem Minha, Fui servido não admitir este arbitrio por ser esta consignação feita para alimentarem viuvras pobres e desamparadas; e *por ser muito propiro da obrigação dos Officiaes da Camara, o cuidado dessas crianças*, por attenderem ao bem commum de sua terra e por se não lembrarem até agora de Me avisar desta materia, para acodir ao remedio della, me pareceu estranhar esse descuido e *ordenar-lhes que dos bens do Concelho* tirem o que fôr necessario para essa despeza e que quando não haja effeitos e esteja *exhaurido o que pertence á Administração da Camara*, neste caso possam por *uma contribuição* naquella parte que parecer mais suave e conveniente para que della possa sahir a importancia dessa despeza, havendo tal arrecadação nesta consignação que de nenhuma sorte se possa divertir para outro effeito, porque assim Hei por bem, etc”.

Além de não competir á Santa Casa o serviço dos engeitados, experimentava a confraria por esse tempo sérios embaraços em suas condições orçamentarias. A crise financeira daquelle tempo é bem descripta pelo operoso Felix Ferreira. A tal ponto chegarem as circunstancias, que a Irmandade por accórdam de 19 de Agosto de 1697 resolveu limitar a 20 o numero de doentes, que podiam ser tractados no hospital.

Entretanto, todas as vezes que lhe permitiam as condições a Sancta Casa nunca deixou em abandono os meninos engeitados. Dava por esse cumprimento ao capitulo XXXIII do compromisso, cujos §§ 2º e 3º assim dispõem:

“Achando-se alguns meninos desta qualidade (expostos ás portas do hospital ou nelle tornados orphãos), constando de seu desamparo, o provedor e mais ermãos da Mesa os *mandarão acabar de criar tomando-lhes amas*, enquanto forem de pouca idade, e depois de crescidos lhes darão ordem conveniente, para que nem por falta de criação venha ma ser prejudicaes á

Nação, nem por falta de occupação fiques expostos aos males, que a ociosidade costuma causar. – *Havendo alguma pessoa virtuosa*, que se queira encarregar da criação e amparo de alguns destes meninos, a Casa lh'o largará, porque não deve tomar a seu cargo, sinão aquelles, que não tigerem nem outro remedio, nem outra sustentação”.

Que a Misericordia criava além dos orphãos, que lhes deixavam as infermas fallecidas em suas enfermarias, os engeitados não pôde haver a menos dúvida. Servem de prova os lançamentos, em seus livros, das quantias pagas ás amas de leite e destinadas a dótes das expostas.

Para patrimonio do engeitado Diogo de Castro, que fôra sacristão e ia receber ordens maiores, a Misericordia deu um predio de pedra e cal no canto fronteiro aos que foram de Gaspara Cabral (rua do General Camara, esquina da rua da Quitanda).

Nos competentes livros dos accordãos notam-se, entre outros, o dóte de duzentos mil réis e um enxoval de cincoenta mil réis concedidos á engeitada Ursula do Bomsuccesso, que se ia casar com o sapateiro Francisco da Costa. Dous annos depois (1697) o mesmo se practicou com relação á exposta Antonia do Bomsuccesso.

Entre os meus apontamentos tenho o resumo de uma escriptura de distracto (1722) da doação feita pela Misericordia á engeitada Maria do Bomsuccesso, que fora criada em casa do licenciado Manuel da Silva Oliveira. Consistia a doação em um predio da rua de Nossa Senhora do Parto, partindo com João da Costa de um lado, e de outro com quintal do mesmo predio e fundos com o outeiro (Castello). Essas casas haviam sido legadas pelo soldado Correia por alcunha o *Reitor*. Por falta de formalidades a Misericordia annullou a escriptura, destinando porem 140\$000 para dóte de Maria quando casasse. Essa casa, sita na rua hoje de S. José, tinha o numero 63. Foi há pouco demolida.

Fiada talvez na caridade da Misericordia e dos particulares, a Camara procurava, parece á primeira vista, furtar-se á sua obrigação. De novo pelas cartas régias de 8 de Outubro de 1694 e 5 de Novembro de 1696 recommendava o rei ao Concelho a criação dos engeitados, ordenando se impuzessem os impostos precisos para tão pio encargo.

Por esse tempo, diz Balthazar Lisbôa, o Concelho valeu-se das sobras dos impostos do azeite doce e sal do Reino. Cresceu, porém, o número de engeitados; em uma casa existiam 42. A despesa com cada um custava mensalmente 4\$800, importava toda a despesa em 2:361\$ annuaes.

Ora, nesse tempo montavam as rendas da Cammara apenas a 6.000 cruzados, e os vereadores se viam em palmos de aranha só com os expostos despender grande parte da receita municipal.

Por um lado entendiam os representantes do municipio não dever onerar o povo já tão sobrecarregado de impostos; por outro viam-se privados em 1731 da administração exactamente do contracto do azeite e do sal. Ainda em carta de 29 de Novembro de 1732 requeriam á metropole, caso não fosse attendido o anterior pedido, lhes fosse concedida, para occorrerem ás despesas dos expostos, a administração do subsidio pequeno dos vinhos. Nada disso foi attendido, e os engeitados morreriam ao desamparo si, como vimos, não lhes valesse a caridade da Misericordia e das pessoas caridosas.

Por um documento impresso no *Archivo Municipal* vejo que ainda em 13 de Outubro de 1736, vendo-se a Camara onerada de dividas para a manutenção dos engeitados, escreveu longa carta a Gomes Freite de Andrade. Allegava as difficuldades, em que se via, e impetrava o favor de tirar por emprestimo *quinze mil cruzados* da quantia do donativo, que todos os annos ia para Portugal. Esse donativo havia sido imposto muitos annos antes para dôte do casamento das princezas de Portugal, e ainda continuava.

Fazia Gomes Freire ouvidos de mercador, contrariado por não poder, por expressa disposição da lei, distrahir qualquer quantia do chamado *Donativo*.

Não descansou a Camara, e em 13 de Novembro de 1737 dirigiu o governador a petição do teor seguinte:

“Por ordens repetidas de Sua Magestade e expressa disposição da lei, deve este Senado lançar finta ao povo para criação dos expostos, que por não haver com que se alimentem e se pague a quem os crie succede lançarem-nos ao desamparo, pelas ruas e logares immundos e serem alguns tragados pelos cães, como se tem visto e examinado, cuja lastima é digna de maior compaixão e inaudita em povos christãos, e por estar a providencia a nosso cargo, com jurisdicção privativa para a dita

finta e se acharem reprehensões de Sua Magestade a este Senado, por se não fazer nesta parte o que as Suas Reaes Ordens e Leis recommendão; entrou o mesmo Senado na idéa de repartir uma *finta* por este povo para o dito fim; porém considerando a indigencia e atenuação do povo gravosissimamente onerado de imposições e tributos, em concurso das pessoas da governança d'elle e de todos que costumão ser ouvidos e consultados em Camara se tomou a deliberação de supprir-se pelo *Donativo* esta tão pia e preciosa despesa, como tão evidentemente já temos participado a V. Ex. E como a necessidade desse supprimento cresce cada vez mais e nenhum detrimento se segue ao *Donativo*, a cujo cumprimento está o mesmo povo obrigado, e he o que convem, que por ora se suppra a criação dos expostos do tal producto do *Donativo*; pois que não se pôde com mais imposições para valer-nos de novas, afim de soccorrer aos ditos expostos pedimos a V. Ex. com o maior encarecimento, queira ordenar ao thesoureiro deste Senado aquella quantia que por documento juridico constar se deva da criação dos engeitados, para que com esta providencia se evitem clamores e lastimas; e ficando assim o *Donativo* sem detrimento e o povo sem vexação, etc. – *Malheiros Franco Pereira, Francisco de Almeida e Silva, Simão Barbosa Barreto de Menezes, Luiz Gago da Camara, José Carvalho de Oliveira*”.

Afinal, a tanta insistencia cedeu o governador; mas nem por isso melhoraria a sorte desses desamparados, si não surgisse em espiritos generosos a idéa da fundação de um instituto destinado exclusivamente ao amparo das infelizes crianças, como já existia em Lisbôa e na Bahia.

21 de Maio de 1906.

A RODA

III

A iniciativa da fundação da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro cabe aos dous benemeritos burguezes Romão de Mattos Duarte e Ignacio da Silva Medella.

Dos documentos seguintes resalta a verdade desta afirmação:

“Aos catorze dias do mez de janeiro do anno de mil setecentos e trinta e oito, no consistorio desta Sancta Casa de Misericordia disse o Irmão Provedor o Dr. Manuel Correia Vasques: que Romão de Mattos Duarte offerencia á mesma Casa a quantia de trinta e dois mil cruzados em dinheiro de contado, para criação dos meninos expostos da Roda, com a condição que a mesma Sancta Casa seria obrigada a fazer a obra que necessaria fosse para os mesmos meninos á custa dos bens da mesma Casa e que os ditos trinta e dois mil cruzados seriam unicamente despendidos na compra de propriedades de casas e o dinheiro dado a juros para o seu rendimento ser unicamente para a criação dos ditos meninos expostos. Ouvidas as mais razões se propuzeram para esta obra, todos uniformemente acceitaram com as condições declaradas, na escriptura exarada no livro primeiro do Tombo dos ditos meninos expostos a folha uma. E de como assim se accordou se mandou fazer este termo e ajuste em que assignou o Provedor da mesma Casa o Dr, Manoel Correia Vasques, commigoEscrivão e os mais Irmãos da Mesa abaixo assignados: *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa e Casa da Misericordia escrevi e assignei – *Manoel Correia Vasques* – *Antonio Pires da Fonseca* – *Antonio do Valle* – *Manoel da Silva de Almeida* – *Domingos Correia da Costa*.”

“Aos tres dias do mez de Fevereiro do anno de mil setecentos e trinta e oito, no consistorio desta Casa da Misericordia disse o Irmão Provedor da mesma Casa o Dr. Manoel Correia Vasques: que Ignacio da Silva Medella fasia esmola, doação e traspasso a esta Sancta Casa da Misericordia de um rol com vinte addições que importam em dez contos quatro centos e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e quatro réis, como consta de creditos, escripturas e execuções; para que do que se cobrar da sobredita quantia pertencer aos meninos

expostos a folhas duas e de como se acceitou a dito doação se fez este termo em que assignou o Provedor da mesma Casa – o Dr. Manoel Correia Vasques commigo Escrivão e os mais Irmãos da Mesa abaixo assignados. – *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa da Casa da Misericordia, escrevi este termo e assignei. – *Antonio do Valle*. – *Manoel da Silva de Almeida*. – *Domingos Correia da Costa*.”

Os dous primeiros engeitados, que por esse termo foram lançados na roda, receberam os nomes de Romão e Anna. – Constam esses factos dos seguintes termos:

“Em 17 de Janeiro do anno abaixo se expoz na portaria desta Santa Casa de Misericordia um menino, o qual trouxe um coeiro de chita verde e foi baptizado no dia 2 de Fevereiro do anno abaixo declarado na Egreja da Sé desta cidade, chama-se Romão. Foi se padrinho Romão de Mattos Duarte, e madrinha Anna Ferreira, mulher de Antonio Pires da Fonseca, em cuja casa se está criando o sobredito menino – Antonio Pires da Fonseca, escrivão actual da Casa da Misericordia fiz escrever este termo o qual subscrevi e assignei com o Provedor o Dr. Manoel Correia Vasques, no Consistorio da sobredita Casa, nesta Cidade do Rio de Janeiro em 2 de Fevereiro de 1738.”

“Em 12 de Fevereiro do anno acima se expoz na portaria desta Santa Casa da Misericordia uma menina, com quatro coeiros de baeta, seis camisas, uma toalha de panninho, uma coifinha, uma vara de fita encarnada. Foi baptizada, em 10 de Abril do dito anno, na Egreja da Sé desta cidade. Chama-se Anna. Foi Padrinho Ignacio da Silva Medella e Madrinha Isabel Gomes, mulher de Jorge Correia. Cria-se em casa de Pedro Homem, morador nesta cidade, na praia do Valongo – *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa da Casa da Misericordia, fiz escrever este termo, o qual subscrevi e assignei com o Provedor Dr. Manoel Correia Vasques, no Consistorio da sobredita Casa, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1738.”

Para desenvolvimento da instituição creada não pareceu á Misericordia sufficiente a doação dos citados, benemeritos.

Em 1739, dirigia a Irmandade a D. João V o requerimento do teor seguinte:

“Senhor, dizem o provedor e mais irmãos da Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro: que reconhecendo no anno de 1738 um devoto homem desta cidade a grande miseria que nella

havia sobre os engeitados, que continuamente se lançavam ás portas dos moradores com tal escandalo da piedade, expondo-se aquellas innocentissimas almas aos mais sensível desamparo e risco de morrerem pagãs fóra do gremio da Egreja, resolveu o dito devoto por especial toque da mão do Omnipotente, applicar alguns bens que tinha para a fundação de uma róda que estabeleceu e erigio na circumferencia da dita Santa Casa, dotando-a com o rendimento que lhe pareceu conveniente, para o effeito de que sendo publico o dito estabelecimento recorressem a elle os complices dos ditos absurdos com os recém-nascidos; para logo se cuidar da sua regeneração espiritual e da criação precisa, cujo exito se vio logo praticado concorrendo-se com os expostos á referida róda ou á casa do thesoureiro daquela administração; mas sendo o rendimento desta tão grande obra pia pouco pingue para a despesa, que entrou a experimentar-se, pois ainda incluidos alguns legados pios só chega a cinco mil cruzados, pelo grande numero de expostos e a despesa que com elles se faz diariamente e esta Santa Casa lhe não é possível divertir coisa alguma da continua assistencia e gasto das enfermarias, como principal objecto de seu Instituto pela gravissima decadencia em que presentemente se acha de rendimentos para uma despesa tão crescida, como proporcionada ao frequente ingresso de doentes naquelle Hospital, como é notorio e evidente em uma cidade tão populosa e seus suburbios, de onde concorrem os ditos miseraveis enfermos; nestas circumstancias só resta aos supplicantes, o natural, legitimo e unico recurso para o Supremo Tribunal da piedade de Vossa Magestade a cujos pés, prostrados, apresentam esta justa supplica, esperndo que para uma obra tanto do agrado de Deus, como da utilidade publica, Vossa Magestade seja servido determinar alguma consignação, para não chegar a demolir-se o formal edificio da referida caridade, como ella está exposta, pelo grande impulso que vae subindo a sua administração, pois sendo Vossa Magestade o Principal Protector dos meninos expostos, da Sua Real Clemencia e Magnanimidade esperam os supplicantes, não só o referido subsidio, como os privilegios competentes, com os quaes se facilite mais a criação dos ditos expostos, e assim pedem a Vossa Magestade por sua Real Grandeza seja servido fazer-lhes a referida mercê com aquella Real benevolencia e innata piedade com que costuma attender aos desamparados.”

Desse documentos, como de muitos outros, possuo notas tiradas, há annos, do Archivo da Misericórdia. Copiei-os, porém suprimindo as abreviaturas de um fragmento impresso, continuação da mnographia de Felix Ferreira, a qual não foi dada á publicidade.

Parece haver sido attendida a súplica da Misericórdia.

De suas escassas sobras tirava a Câmara recursos para auxiliar a Sancta Casa. É isto provado pela Correição feita em 9 de Setembro de 1752 pelo juiz de fora Antonio de Mattos Silva no impedimento do corregedor da comarca, Dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos (Doc. Do Archivo Municipal).

“E para constar, dizia aquelle magistrado, o grande excesso a que tinha chegado a despesa que tenha havido na cera que se despense nas funcções do Senado, que fazia nisso a despesa de trez mil e trezentos, quantia que ao mesmo tempo faltaria para acudir á *criação dos expostos cuja despesa era mais útil á Republica* ... deviam os vereadores desterrar as despesas supérfluas e ordenou que se não daria a referida cera a Irmandades, ou Confrarias nem ainda a Clérigos, só estando com sobrepelliz, nem a Religiosos salvo em acto de comunidade, nem a cavalleiro das tres ordens, salvo em acto de procissão ...

“E por constar mais ao dito corregedor da comarca, *que se não pagava o salário ás amas dos engeitados*, o que procedia do exorbitante salario de dose moedas que por onus se dava cada anno ... considerando ser melhor terem menos salario, só em oago (sic) do que o maior com difficuldades quase invenciveis no pagamento e de ver por *todo o cuidado na criação de semelhantes expostos*, mandou que d'aqui em diante fosse o salário de cada uma de oito moedas os tres primeiros annos da criação e os últimos quatro, á razão de meia moeda por mez, etc.”

Argumentaram, porém, no correr dos annos os encargos da Misericórdia, com o cuidar dos engeitados. O numero desses ia progressivamente crescendo, como se vê da Estatística publicada pelo Dr. Pires de Almeida no Jornal do Commercio a 2 de Julho de 1899.

Mais uma vez a Misericórdia reclamou da metrópole os recursos necessários. Pelo alvará de 8 de Outubro de 1778 a rainha D. Maria I ordenou que o Senado do Rio de Janeiro contribuisse com a quantia annual de 800\$000 para as despesas

dos expostos “*no caso que os rendimentos da Câmara possam admitir esta contribuição sem prejuízo das outras applicações a que podem estar destinados os ditos rendimentos.*”

28 de Maio de 1906.

A RODA

IV

No intuito de dar bom regime e regularidade ao serviço das Casas dos Engeitados, promulgou o rei D. José I o alvará de 31 de Janeiro de 1775.

Com ser extenso esse documento, vai elle transcripto na integra por se prender ao histórico da nossa *Roda*.

Demais essa lei serviu de base ao regulamento de 1 de Abril de 1840, apresentado e approvedo pela Mesa, de que era provedor o benemerito José Clemente Pereira, e mandado executar por decreto de 4 de Julho do mesmo anno.

Suas determinações são ainda hoje mais ou menos seguidas pelas mesas, que se têm sucedido.

Foi ainda estudado nesse alvará, que a Sancta Casa do Rio de Janeiro escreveu em seus annaes uma das mais bellas paginas de sua historia.

Salvou da escravidão centenas de innocentes que, engeitados por seus senhores, eram depois reclamados. E isto no tempo em que era loucura falar em emancipação dos captivos.

“Eu El-Rei, faço saber aos que este Alvará vierem: Que sendo o decurso dos tempos sujeito ás grandes alterações, que vem a fazer necessarias muitas novas e antes não cogitadas providencias; para se passar por meio dellas aos mesmos fins das disposições antes estabelecidas, que pelo lapso dos annos vem a ficar impraticáveis; havendo sido útil e louvavelmente erigido o Hospital dos Expostos da Cidade de Lisboa, debaixo da Administração da Mesa da Misericordia della, com Estatutos pelos quaes se sustentam os mesmos expostos, por tempo de anno e meio para completarem os nove annos, ficando ainda desse tempo em deante, até o em que tomão estado, debaixo do poder da mesma Mesa da Misericórdia ou dos respectivos

mordomos por ella nomeados e munidos de alguns privilegios, os quaes se fazem presentemente tão incompatíveis com a boa ordem, com que se acha estabelecida a Policia e a Justiça, como com a utilidade commum de todos os Meus Fieis Vassallos; e tendo resultado da referida pratica tantos inconvenientes como são: accumularem-se cada anno mais de novecentos dos referidos Expostos, que sustentados á custa do Hospital sobem ao effectivo numero de mais de quatro mil com tracto successivo e duração perpetua; acrescentarem-se assim as despezas superiores ás rendas do mesmo Hospital e resultar de tudo o damno de faltarem os meios para se alimentarem os recém-nascidos, até o anno e meio de sua idade; seguindo-se legalmente do mesmo abuso, que depois de excederem dos nove annos, quando entrão no uso da razão, succede, que sendo dados a soldados, affiançados nos auxílios de se recolherem ao Hospital e de serem nelle sustentados, até que de novo se ajustem com novos amos, animando-os assim o abrigo e o amparo do Hospital á mesma ociosidade, que deveria evitar-lhes especialmente no sexo feminino, e por haver expostos, que a elle tem vindo por muitas vezes e residido nelle a maior parte do tempo, com gravame considerável do mesmo Hospital, cujo Instituto he e deve ser acudir com as providencias, que estes abusos fazem indispensáveis: Sou servido ordenar ao dito respeito o seguinte:

I – Mando, que o dito Hospital continue a mesma formalidade, com que até agora acceita e dá a criar os Expostos pelo anno e meio de sua primeira criação e subsequente por mais cinco annos e meio; de sorte porém, que logo que completarem sete annos se lhes suspenda a criação e se lhes não contribua mais com cousa alguma.

II Item – Mando que apresentando-se a pessoa, que tiver criado qualquer Exposto com os sete annos de sua idade completos, para se lhes pagar o custo, que se lhe dever da criação, seja logo o dito Exposto lançado em um livro com todos os signaes e clarezas correspondentes; para que a todo tempo possam constar as noticias que se quizerem saber de qualquer dos sobreditos indivíduos.

III Item – Mando que no mesmo acto da entrega, querendo a pessoa que criar qualquer Exposto torna-lo a levar gratuitamente ou para o conservar em sua casa, ou para o accommodar na de outra de sua vizinhança, não achando nisso

inconveniente a Mesa da Misericórdia ou os Mordomos deputados para o governo daquelle Hospital lhe façam expedir uma carga de guia do referido exposto com todos os signaes, que ficarão lançados no livro da matricula, dirigida ao dito Juiz de Orphãos da respectiva terra e deixando a pessoa que delle fôr entregue, recibo, pelo qual se obrigue a apresenta-lo ao dito Juiz de Orphãos, de que só será desobrigada com certidão daquelle juízo, por que conste que delle se tomou conta, que se lhe deu tutor e está comprehendido na Relação geral dos Orphãos do respectivo termo.

IV Item – Mando que logo que assim forem apresentados os Expostos aos respectivos Juizes dos Orphãos, tome delles conta e procedão na conformidade da Ordenação do Reino e do seu Regimento; reputando-os como quaesquer outros orphãos, a quem incumbe a obrigação de curar, podendo os respectivos Juizes distribui-los pelas casas, que os quizerem, até completarem doze annos, sem vencerem outro algum ordenado, que o da educação, sustento e vestido.

V Item – Mando que nos outros casos, nos quaes as pessoas que os criarem, os não quizerem levar na conformidade acima declarada, precedendo as mesmas formalidades, sejam entregues por distribuição a cada um dos Juizes de Orphãos desta cidade e termo, que observarão identicamente o que acima vae disposto: ficando sempre na secretaria da Misericórdia documento legal, por que conste a entrega do dito orphão aos respectivos Juizes, com todas as clarezas necessárias.

VI Item – Mando, que fique porém livre á Mesa da Misericórdia poder também distribui-los a outros Juizes dos Orphãos fora desta Cidade e seu Termo, como lhe parecer conforme as circumstancias e os casos occorrentes.

VII Item – Mando, que estando completos os sete annos de idade de cada Exposto e sendo logo na fórma acima entregue ao Juiz dos orphãos a que tocar, se hajam por desobrigados o Hospital e a Mesa da Misericórdia de mais cuidar delle, ficando por este mesmo motivo sem Privilegio algum da referida Casa, como se nella nunca tivera existido, porque Hei por extinctos e de nenhum effeito todos e quaesquer privilégios, que possam ter os ditos Expostos, para nunca produzirem effeito algum em Juizo ou fora delle, ficando reduzidos a huns simples orphãos como outros quaesquer dos Povos. Excpetos porém aquelles privilégios que pertencem á ingenuidade e habilitação pessoal

dos mesmos Órphãos; porque destes ficarão gozando sem quebra ou restricção alguma.

VIII Item – Mando, que os Juizes dos Orphãos tenham o maior cuidado na criação, educação e accommodação dos sobreditos Expostos, executando a respeito delles o seu Regimento pontual e inteiramente, fazendo-os pôr a aprender os officios e artes, a que as suas inclinações os chamarem. E logo que tiverem vinte annos completos, serão havidos por emancipados, sem embargo da Ordenação, que o contrario determina. E os Provedores das Comarcas e Syndicantes dos referidos Juizes de Orphãos inquirirão sobre este ponto com a mais zelosa indagação.

IX Item – Mando, que nenhum Exposto, que exceder a idade de sete annos, possa intrar mais no Hospital por esse titulo, nem nelle possa ser admittido como hospede ou por qualquer outro titulo que não seja o de artífice ou servente. E pelo que respeita aos que actualmente se acham no Hospital, que não chegarem á idade de vinte annos, sejam entregues aos Juizes dos Orphãos desta Cidade ou de outras quaesquer terras, para onde pedirem, na conformidade dos §§ III e IV deste alvará. Os que excederem a esta idade serão logo expulsos, despedidos e banidos, tractados como quaesquer outras pessoas do Povo, para que deixando a ociosidade, busquem o sustento no seu próprio trabalho e industria pessoal.

X Item – Mando que todos os outros Orphãos, que se acharem a cargo da Misericórdia, passando de sete annos, sejam também despedidos na fórma acima declarada, para o que procederão editaes de 30 dias para esta Cidade de Lisboa e seu Termo. Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço, etc., etc (Collecção Delgado)”.
Excusado é dizer: a nossa Santa Casa de MISERICÓRDIA nunca pôz em execução alguns deste tão deshumanos *items*.

4 de Junho de 1906.

A RODA

V

Cruz preta, pintada no portal de uma casa, indicava, nos tempos antigos, a residência de parteira.

Disseminadas aqui e alli, pelos beccos e viellas do Rio de Janeiro, não tinham mãos a medir. Sem leis coercitivas exerciam com plena liberdade os difficeis encargos da profissão.

Depositarias de graves segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escândalos, gosavam de grande respeito e dispunham de boas amizades.

Dividiam-se em duas classes: a primeira, a mais numerosa, comprehendia as simples curiosas, aparadeiras, vulgarmente conhecidas pello nome de *comadres*.

Dasegunda faziam parte as que tinham *carta* de approvação. O exame era prestado perante os commissarios do *proto-medicato*, e em tempos posteriores na presença do cirurgião-mor ou de seus delegados.

No número destas ultimas havia também escravas. É bem de ver que os proventos da profissão iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra, ladina, entendida em parto.

Nos archivos da nossa Municipalidade devem existir ainda os registros dessas curiosas cartas de approvação. Ainda depois da Independência custavam ellas: de feitio tres mil e duzentos, de assignatura mil e duzentos, e de impressão seis mil e quatrocentos réis.

As curiosas, por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á Roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter incommodos da criação.

Prestados os soccorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante módica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e o ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos.

Envolvidas na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que soffriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso.

Passados os *dias de resguardo*, constituía-se a parturiente captiva, lucrativa fonte de renda.

O escravocrata logo a anunciava como perfeita *ama de leite, sadia, muito carinhosa, que não era da ás bebidas, nem fujona.*

E a ganância chegava a tal ponto, que com o leite de um só parto houve escravas que faziam a criação successivamente de duas e tres crianças.

Não contentes com tudo isso, em boa hora lembrava-se alguns senhores de que na Roda existia um ente abandonado, o qual, no futuro, lhes poderia ser de grande vantagem. Apresentavam-se reclamando o innocente como filho de sua escrava. Fingiam ignorar que, pela lei de 1775, para os expostos de cor preta ou parda a Roda era o pórtico da liberdade mais ampla e indiscutível.

Foram tão amiudadas aquellas pretensões, que a Mesa da Sancta Casa de Misericórdia dirigiu ao Governo enérgico protesto, que deu logar á seguinte provisão:

“D Pedro, etc. Faço saber aos que esta provisão virem que, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, me foi presente a representação do Provedor da Sancta Casa de Misericórdia desta Corte e Mordomos dos Expostos della, em que me expendiam que supposto fossem considerados pelo § 7º do Alvará de 31 de Janeiro de 1775 livres e ingênuos os expostos de cor preta ou parda, lançados na Roda e Casa dos memos, acontecia algumas vezes que, achando-se estes com escriptos de recommendação; individuando signaes característicos e obrigando-se ao pagamento das suas despezas, as pessoas que os houvessem de procurar, sem comtudo se declarar quem fossem, nem tão pouco que os mesmos expostos lhes pertencessem como escravos, appareciam depois de finda a criação, para exigi-los como taes, prestando-se unicamente ao pagamento das despezas e de modo algum á obrigação de dar conta delles, conserva-los livres e apresenta-los ao Juiz dos Orphãos, na fórmula da saudável disposição do §” do mesmo mencionado alvará; pelo qual me pediam, afim de evitar duvidas futuras, Me dignasse, em favor da liberdade daquelles innocentes expostos, de declara-los comprehendidos no mesmo alvará, para assim cessarem as pretensões dos que quizessem reduzi-los á escravidão; e tendo em consideração ao referido e ao mais que me fez presente na mencionada consulta, em que respondeu o Desembargador Provedor da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional e me foi ponderado ser mui digna da Minha

Imperial Contemplação a representação dos supplicantes; porquanto seria coisa deshumana e inteiramente oposta ao bem entendido liberalismo, que os expostos de cor, entregues ao abandono por seus senhores e tratados e educados pelo publico, devessem ainda ser chamados ao captivoiro para continuarem em proveito daquelles, quando já não fosse contra a mente do citado alvará de 31 de janeiro de 1775; o qual occorrendo com as providencias necessarias e aos inconvenientes que a este respeito se praticavão, dando nova fôrma a criação, entregue e educação dos mesmos expostos, ordenava no § 4º que os apresentados ao Juiz de Orphãos na fôrma do § 3º, vom a sua competente guia, sejam curados e reputados como outro qualquer orphão, distribuídos pelas casas até a idade de 12 annos, sem vencerem outro algum ordenado, mais do que o da educação, sustento e vestido; havendo o mesmo Juiz de Orphãos o maior cuidado em os pôr a aprender officios e artes, para que as suas inclinações os chamassem, afim de algum dia serem úteis ao Estado, e sem que jamais percão aquelles privilégios que pertencem á ingenuidade e habilitação pessoal, de que devem ficar gozando, na fôrma do § 7º do referido alvará, sem quebra ou restrição alguma: houve por bem, conformando-me com o parecer da sobredita consulta, por Minha immediata resolução de 19 de Dezembro do anno próximo passado, determinar, como por esta Determino que fiquem gosando da liberdade em toda a sua extensão os referidos expostos de cor preta e parda, por serem taes os direitos e privilégios de ingenuidades de que trata o referido § 7º do alvará de 31 de Janeiro de 1775, devendo, portanto, assim entender-se em favor da sua liberdade e ingenuidade, sem quebra, mingoa ou restrição alguma, em observância e complemento do mesmo § 7º do dito alvará – etc”. Provisão de 22 de Fevereiro de 1823 – Coll. Nobre, tomo 4º, pág. 32.

Pela lei de 1 de Outubro de 1828, que deu nova organização ás Câmaras Municipaes, a estas foi dada incumbência da criação dos expostos, sua educação e dos mais orphãos pobres e desamparados, principalmente nas cidades ou villas, onde não houvesse Casas de Misericórdia.

Em sessão de 18 de Agosto de 1830 a Camara Municipal do Rio de Janeiro aprovou as seguintes posturas, que valem a pena ser lembradas por se prenderem ao assumpto destas notas:

1ª. As pessoas que, não tendo amas de leite, forem buscar as crianças á Casa dos Expostos para criarem só com comida e as que para as não ouvirem chorar lhes derem aguardente, afim de as fazerem dormir, incorreção em oito dias de cadeia.

2ª. Os que venderem ou captivarem Expostos incorrerão na pena de 30\$000 e oito dias de cadeia, que será também extensiva aos compradores de má fé, provando serem sabedores do dolo, sendo, além disso, entregues ás Justiças Ordinárias para soffrerem as penas da lei.

3ª Qualquer pessoa moradora dentro da cidade, que achar qualquer criança e não levar á Casa dos Expostos e as que morarem fora della ao respectivo Fiscal, incorrerão na pena de 20\$000 ou quatro dias de cadeia. O Fiscal, a quem for apresentada a criança exposta mandará logo soccorre-la com o necessário, fazendo remassa della á Casa dos Expostos com declaração do dia, hora e sitio em que for achada, senha e cédula que lher for encontrada e todas as mais circumstancias que occorrerem. O Procurador da Câmara satisfará a despesa, sengundo a conta assignada pelo Fiscal.

4ª. Os Fiscaes de fora da Cidade se prestarão a qualquer requisição, que por parte da Sancta Casa lhe for feita acerca de exames ou visitas que convier fazer aos Expostos dados a criar em differentes freguezias distantes da Cidade e longe das vistas de seus Administradores, e quando encontrarem algum Exposto maltractado pela sua criadeira, o removerá para o poder de outra mais humana, officiendo logo á Misericórdia para sua intelligencia e fazerem os devidos assentos, tendo a criadeira as penas do § 3º.

5ª. Os sobredictos Fiscaes não se negarão a dar attestações de vida e bom tractamento dos expostos, que lhe forem apresentados pelas criadeiras, para, em virtude das mesmas attestações, lhes serem pagos na Misericórdia os seus vencimentos.

6ª. Os Fiscaes darão todo auxilio preciso a qualquer pessoa que precise ter o seu parto secreto, procurando-lhe casa própria para isso e parteira que assista á parturiente, sendo obrigados os mesmos fiscaes, parteiras e todas as pessoas encarregadas deste auxilio a guardar todo o segredo; afim de que se não siga infamação – com pena de oito dias de prisão e 30\$ de condemnação. O procurador satisfará as despesas segundo a conta assignada pelo Fiscal.

7ª. Os parochos de fora da cidade, que negarem dar sepultura e encommendar gratuitamente aos pobres, orphãos e expostos, incorrerão na pena da esmola da sobredicta cova e encommendação e sendo também condemnados *incontinenti* a sepulta-los.

8ª. Toda pessoa que tiver a seu cargo a criação e educação de Expostos e não quizer continuar na educação delles, depois de extincto o tempo em que estão a cargo da Administração da Sancta Casa da Misericórdia, farão delles a entrega á dicta Administração, e esta os remetterá ao Fiscal da respectiva Freguezia, o qual immediatamente lhes procurará officina, onde aprendam algum officio, tendo em consideração as despesas de comida e vestuario, que ficarão a cargo do mesmo mestre e dando parte á Câmara”.

12 de Junho de 1906.

A RODA

VI

Não tiveram, a principio, casa própria os engeitados recebidos pela Misericórdia.

Internados em uma das salas do Hospital velho, alli permaneciam os que não eram dados a criar fora do estabelecimento.

O apparelho da Roda funcionava em uma dependência próximo á portaria, situada juncto á igreja.

Em 2 de Septembro de 1810 o tenente José Dias da Cruz, cujo retrato figura na galeria dos benfeitores da Sancta Casa, doou aos expostos um terreno nas proximidades do becco conhecido pelo nome de corredor do Trem.

Foi alli, então, edificado modesto prédio, para onde em 3 de Março de 1811 foram transferidos os engeitados.

Não tendo o edificio, diz Moreira de Azevedo, as condições para servir de asylo a crianças, e não havendo *zelo na administração* (?) acontecia que a mortalidade era excessiva.

Para mostrar o estado, em que se achava esse recolhimento, transcreve o referido historiador o que disse o imperador D. Pedro I na falla que dirigiu á Assembléia Constituinte, em 3 de Maio de 1823, tractando dos engeitados: “A

primeira vez que fui á Roda dos Expostos achei, parece incrível, septe crianças com duas amas; nem berços, nem vestuario. Pedi o mappa, e vi que em treze annos tinham entrado perto de doze mil, e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericordia verdadeiramente onde ellas se acham.

“Agora, com a *concessão da loteria*, edificou-se uma casa propria para tal estabelecimento, aonde há trinta e tantos berços, quase tantas amas quantos expostos, e tudo em muito melhor administração.”

Eis o que acontecêra: a Misericordia, no intuito de construir melhor edificio, auxiliada pelo Governo, adquirira em 20 de Março de 1821 dous antigos prédios contíguos á primitiva casa da Roda. Taes foram os bons exforços da administração da Sancta Casa que, em 1822, se inaugurava o novo asylo situado em frente ao templo da Misericordia.

Nesse prédio funciona agora a Bibliotheca da Faculdade de Medicina, e anteriormente alli residiram o notável clinico brasileiro, Dr. Manuel do Valladão Pimentel (barão de Petrópolis), e em tempos posteriores o distincto cirurgião dr. Pedro Affonso de Carvalho (barão de Pedro Affonso) quando director do Serviço Sanatório da Misericórdia.

Antes de prosseguir cumpre notar a mortalidade, que tanto sorprehendeu o primeiro imperador. É facilmente explicável com as seguintes palavras escriptas por José Clemente Pereira em 1841. “Sensível he que o numero de mortos fosse tão excessivo; mas quando se observa, que a maior parte das crianças entram na Roda enfermas, muitas a expirar e até algumas já mortas, só resta o allivio de hua christã resignação nos altos designios da Divina Providencia”. (Relatório do estado dos tres pios Estabelecimentos da Sancta Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, apresentado no Acto de posse dos definidores, em 24 de Agosto de 1841).

Desse escripto do grande provedor vê-se mais que, reconhecidos os inconvenientes da permanência da Roda no largo da Misericórdia, tractava José Clemente de remover os engeitados para local mais apropriado. De facto, cumprida a deliberação da Mesa Conjuncta de 24 de Janeiro de 1840, foi feita a transferência em Julho para a casa, que os Expostos possuíam na rua de Sancta Teresa.

Muito melhorou o estabelecimento “por ter a nova casa maior capacidade, gosar de ar mais puro, além de um pequeno

quintal para seu consumo e lavagem, que por concessão do governo se lhe introduziu, tirada dos canos da Carioca”.

Ao espírito altamente activo e benfazejo de José Clemente não era sufficiente ainda a casa da rua de Sancta Teresa. Planejou levantar um edificio que reunisse todas as condições hygienicas para criação dos desamparados da sorte, a quem o inolvidável provedor chamava seus filhos dilectos.

Chegou a lançar os alicerces desse edificio, que devia occupar a área de terreno entre o largo da Lapa (do Desterro) e a rua de Sancta Teresa.

Para regularidade do mesmo terreno dói demolida a casa da Roda, dessa ultima n. 7, e os engeitados removidos para o prédio n. 45 do caes da Gloria, onde está hoje a Companhia Leopoldina. Passava-se isso no anno de 1852.

A 10 de Março de 1854, victmado por uma apoplexia cerebral, fallecia José Clemente, não podendo ver realizado o seu grandioso projecto, em prol dos engeitados.

Na provedoria do Márquez de Paraná (1854-1856), deliberou a mesa da Misericordia não continuar as obras do caes da Gloria. O terreno, com os alicerces começados, foi permutado por trinta apolices.

Sendo provedor o marquez de Abrantes, foi a casa da Roda removida em 10 de Julho de 1860, do caes da Gloria para o prédio da rua dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga).

Essa casa, que tinha então o n. 66 e até pouco tempo o n. 72, fora legada á Sancta Casa da Misericordia por d. Ângela Maria Sacomarano, no testamento com que falleceu em 16 de Maio de 1798. Tinha 96 palmos de frente e dous terraços, 11 de fundos, incluindo um pateo, e 104 de chácara até á consta do Morro de Sancto Antonio. Passou por 45:000\$000 ao patrimônio dos Expostos em pagamento de uma divida, que a Misericordia contrahira com o cofre dos engeitados.

Contíguo ao chafariz das Marrecas, existiu um terreno, próprio nacional, que foi pedido por aforamento pelo antigo escrivão de orphãos Candido Martins dos Sanctos Vianna. Satisfeita a pretensão, levantou alli um sólido sobrado de dous andares, onde residiu até fallecer.

Por morte do proprietário foi o prédio, que tivera antigamente o n. 64 e até há pouco o n. 70, levado á praça do Juízo da Provedoria. Vendo o provedor da Misericordia, conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, a conveniência

da aquisição desse immovel para augmento da Casa dos Expostos, o mandou arrematar, na praça de 6 de Março de 1873 e adquiriu-o pela quantia de 60:050\$000.

Pela escriptura de 30 de Maio de 1879, lavrada pelo tabellião Mathias Teixeira de Carvalho, compraram Pedro Simonard e d. Carolina Resse Simonard, por 14:000\$, aos herdeiros de d. Guilhermina Angélica da Cunha, uma casa térrea contígua á legada em 1798 por d. Ângela Sacomarano.

Em 26 de Setembro os novos proprietários doaram generosamente á Casa dos Expostos esse immovel para accrescimento das dependências do respectivo asylo. Alli mais tarde, em 1887, a Misericordia mandou edificar um elegante sobrado.

Eis porque até o anno corrente a Casa dos Expostos, situada na rua Evaristo da Veiga, apresentava tres corpos de edificio, recentemente demolidos por desapropriação feita pelo Governo.

Entre os objectos curiosos, pertencentes á Casa da Roda, notam-se os retratos dos benfeitores e uma tela representando o 1º imperador e sua esposa, a imperatriz Leopoldina. Esses quadros estão provisoriamente guardados em uma das salas do Archivo da Sancta Casa e foram por mim examinados ha poucos dias.

A' tēla do imperador ligam-se certas circumstancias, que dão idea do character de d. Pedro, ás vezes pouco amigo das conveniências.

Sendo d. Pedro ainda príncipe regente e por aviso de 13 de Julho de 1822, assignado por José Bonifácio, permitiu fosse collocado, no salão da Casa dos Expostos, o retrato d'elle, príncipe, e de sua consorte. Annuia desse modo aos bons desejos manifestados pelo provedor, mesários da Misericordia e administradores da Repartição dos Expostos.

Narra, com relação a este assumpto, Sebastião Fábregas Surigué, citado por Felix Ferreira: "Em consequência do imperador d. Pedro I ir visitar aquella administração, no seu estabelecimento no largo da Misericordia, nessa occasião lá me achei. Logo que o imperador entrou na sala grande, viu o seu retrato e o da imperatriz Leopoldina, em um grande quadro ao natural; disse elle: "que não era bom e que não estava bem feito." Um dos administradores daquella repartição (o mais influente), declarou a sua magestade, com toda a generosidade e

franqueza, que houvesse de determinar de que maneira queria que se fizesse outro, visto aquelle não estar a seu gosto; o imperador immediatamente inculcou para o fazer o Simplicio, e consta-me que é o que actualmente se acha na sala dos Expostos, substituindo o antigo, e foi executado pelo artista acima, e o antigo painel por José Lenadro. Ora, parece que a boa razão mostra que, depois de já ter um painel naquella sala, não se devia fazer outro á custa dos Expostos.

“Ouvi dizer que o painel que presentemente lá se acha tinha custado uns pares de contos de réis; disse eu que aquelle ermão, que se tinha prestado a uma offerta tão generosa, mostrava um acto de gratidão a quem lhe tinha dado occasião de fazer uma grande fortuna e o ter levado a differentes logares honoríficos. Estava eu persuadido que a despesa era feita por elle: constou-me o contrario. A repartição dos Expostos é quem fez a despesa. Constou-me depois que não foram contos, mas sim um conto e tanto.”

Durante a revolta de 1893-1894, a Casa dos Expostos, vizinha do quartel do Corpo Policial, foi alvejada por balas de diversos calibres. Não houve, felizmente, desgraças a lamentar.

Em sua Exposição de 5 de Junho de 1894, feita pelo provedor, conselheiro Paulino de Sousa, narra elle um factó extraordinário e singular que vem transcripto na monographia de Felix Ferreira, á pág. 405.

Por enquanto, os engeitados estão provisoriamente accommodados em um prédio da rua Marquez de Abrantes, em communicação com outro da rua Senador Vergueiro.

É, porém, intenção da Misericordia construir, na rua Marquez de Abrantes n. 20, um edificio que será mais um monumento erguido á caridade pelos dignos successores do inolvidável José Clemente Pereira.

18 de Junho de 1906.

ANEXO C – PROJETO DE LEI

PL 3220 /08- Regula o direito ao parto anônimo e dá outras providências
10/04/2008 | tema: Parto Anônimo

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído no Brasil o direito ao parto anônimo nos termos da presente lei.

Art. 2º É assegurada à mulher, durante o período da gravidez ou até o dia em que deixar a unidade de saúde após o parto, a possibilidade de não assumir a maternidade da criança que gerou.

Art. 3º A mulher que desejar manter seu anonimato terá direito à realização de pré-natal e de parto, gratuitamente, em todos os postos de saúde e hospitais da rede pública e em todos os demais serviços que tenham convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) e mantenham serviços de atendimento neonatal.

Art. 4º A mulher que solicitar, durante o pré-natal ou o parto, a preservação do segredo de sua admissão e de sua identidade pelo estabelecimento de saúde, será informada das conseqüências jurídicas de seu pedido e da importância que o conhecimento das próprias origens e história pessoal tem para todos os indivíduos.

Parágrafo único. A partir do momento em que a mulher optar pelo parto anônimo, será oferecido à ela acompanhamento psicossocial.

Art. 5º É assegurada à mulher todas as garantias de sigilo que lhes são conferidas pela presente lei.

Art. 6º A mulher deverá fornecer e prestar informações sobre a sua saúde e a do genitor, as origens da criança e as circunstâncias do nascimento, que permanecerão em sigilo na unidade de saúde em que ocorreu o parto.

Parágrafo único. Os dados somente serão revelados a pedido do nascido de parto anônimo e mediante ordem judicial

Art. 7º A unidade de saúde onde ocorreu o nascimento deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, informar o fato ao Juizado da Infância e Juventude, por meio de formulário próprio.

Parágrafo único. O Juizado da Infância e Juventude competente para receber a criança advinda do parto anônimo é o da Comarca em que ocorreu o parto, salvo motivo de força maior.

Art. 8º Tão logo tenha condições de alta médica, a criança deverá ser encaminhada ao local indicado pelo Juizado da Infância e Juventude.

§ 1º A criança será encaminhada à adoção somente 10 (dez) dias após a data de seu nascimento.

§ 2º Não ocorrendo o processo de adoção no prazo de 30 (trinta) dias, a criança será incluída no Cadastro Nacional de Adoção.

Art. 9º A criança será registrada pelo Juizado da Infância e Juventude com um registro civil provisório, recebendo um prenome. Não serão preenchidos os campos reservados à filiação.

Parágrafo único. A mulher que optar pelo segredo de sua identidade pode escolher o nome que gostaria que fosse dado à criança.

Art. 10 A mulher que desejar manter segredo sobre sua identidade, fica isenta de qualquer responsabilidade criminal em relação ao filho, ressalvado o art. 123[1] do Código Penal Brasileiro.

Parágrafo único. Também será isento de responsabilidade criminal quem abandonar o filho em hospitais, postos de saúde ou unidades médicas, de modo que a criança possa ser imediatamente encontrada.

Art. 11 A mulher que se submeter ao parto anônimo não poderá ser autora ou ré em qualquer ação judicial de estabelecimento da maternidade.

Art. 12 Toda e qualquer pessoa que encontrar uma criança recém-nascida em condições de abandono está obrigada a encaminhá-la ao hospital ou posto de saúde.

Parágrafo único. A unidade de saúde onde for entregue a criança deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, informar o fato ao Juizado da Infância e Juventude, por meio de formulário próprio.

Art. 13 A pessoa que encontrou a criança deverá apresentar-se ao Juizado da Infância e da Juventude da Comarca onde a tiver encontrado.

§ 1º O Juiz procederá à perquirição verbal detalhada sobre as condições em que se deu o encontro da criança, a qual, além das formalidades de praxe, deverá precisar o lugar e as circunstâncias da descoberta, a idade aparente e o sexo da criança, todas as particularidades que possam contribuir para a sua identificação futura e, também, a autoridade ou pessoa à qual ela foi confiada.

§ 2º A pessoa que encontrou a criança, se o desejar, poderá ficar com ela sob seus cuidados, tendo a preferência para a adoção.

§ 3º Para ser deferida a adoção é necessário que a pessoa seja considerada apta para fazê-la.

Art. 14 As formalidades e o encaminhamento da criança ao Juizado da Infância e Juventude serão de responsabilidade dos profissionais de saúde que a acolheram, bem como da diretoria do hospital ou unidade de saúde onde ocorreu o nascimento ou onde a criança foi deixada.

Art. 15 Os hospitais e postos de saúde conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que mantêm serviços de atendimento neonatal, deverão criar, no prazo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da presente lei, condições adequadas para recebimento e atendimento de gestantes e crianças em anonimato.

Parágrafo único. As unidades de saúde poderão manter, nas entradas de acesso, espaços adequados para receber as crianças ali deixadas, de modo a preservar a identidade de quem ali as deixa.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O abandono de recém-nascidos é uma realidade recorrente. Em todo Brasil é crescente o número de recém-nascidos abandonados em condições indignas e subumanas. A forma cruel com que os abandonos acontecem chocam a sociedade e demandam uma medida efetiva por parte do Poder Público.

A mera criminalização da conduta não basta para evitar as trágicas ocorrências. A criminalização da conduta, na verdade, agrava a situação, pois os genitores, por temor à punição, acabam por procurar maneiras, as mais clandestinas possíveis, para lançar "literalmente" os recém-nascidos à própria sorte. É essa clandestinidade do abandono que confere maior crueldade e indignidade aos recém-nascidos. A clandestinidade do abandono feito "às escuras" torna a vida dessas crianças ainda mais vulnerável e exposta a sofrimentos de diversas ordens.

Já adotado em países como França, Luxemburgo, Itália, Bélgica, Holanda, Áustria e vários Estados dos Estados Unidos, o parto anônimo surge como uma solução ao abandono trágico de recém-nascidos. O instituto afasta a clandestinidade do abandono, evitando, conseqüentemente, as situações indignas nas quais os recém-nascidos são deixados. Há a substituição do abandono pela entrega. A criança é entregue em segurança a hospitais ou unidade de saúde que irão cuidar de sua saúde e em seguida irão encaminhá-la à adoção, assegurando a potencial chance de convivência em família substituta. Por sua vez, a mãe terá assegurada a liberdade de abrir mão da maternidade sem ser condenada, civil ou penalmente, por sua conduta.

O que se pretende não é esconder a maternidade socialmente rejeitada, mas garantir a liberdade à mulher de ser ou não mãe do filho que gerou, com amplo acesso à rede pública de saúde. As crianças terão, a partir de então, resguardados o seu direito à vida, à saúde e à integridade e potencializado o direito à convivência familiar.

Se colocarmos numa balança o direito à vida e a identidade do nascituro, o primeiro, inquestionavelmente, deverá preponderar. Tendo em vista que a afetividade se sobrepõe ao critério biológico, se opor ao parto anônimo em virtude de uma possível mitigação do direito à identidade, é uma atitude inaceitável.

Diante do número crescente de abandonos de recém-nascidos ocorridos no Brasil o Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM mobilizou diversos seguimentos da sociedade, principalmente instituições e associações que trabalham em defesa da vida, dos direitos fundamentais, dos direitos da mulher, da criança e da saúde, para que juntos discutissem sobre a institucionalização do Parto Anônimo no Brasil.

Este Anteprojeto foi elaborado com as várias contribuições recebidas, estando de acordo com a necessidade da sociedade e da demanda jurídica de concretização dos direitos fundamentais positivados, atendendo, também, à repulsa social ao abandono de recém-nascidos em condições subumanas. Entretanto, caberá ainda à casa legislativa ampliar o debate por meio de audiências públicas, fomentando a discussão com outras entidades ligadas e interessadas no assunto.

O parto anônimo encontra respaldo jurídico na Constituição Federal, ao assegurar a dignidade humana (art. 1º, III), o direito à vida (art. 5º, *caput*) e a proteção especial à criança (art. 227), bem como no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) ao assegurar a efetivação de políticas públicas relacionadas à educação e ao planejamento familiar que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio, em condições dignas de existência (art. 7º).

O parto em anonimato não é a solução para o abandono de recém-nascidos, pois este fator está diretamente ligado à implementação de políticas públicas. Mas, certamente, poderia acabar com a forma trágica que ocorre esse abandono.

Certo de que a importância deste projeto de lei e os benefícios dele advindos serão percebidos pelos nossos ilustres Pares, espero contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2008.

SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO

Deputado Federal PT/BA

[1] Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo

após:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

ANEXO D – NOTÍCIAS DA RODA

FOLHAONLINE

15/04/2006 - 10h39

Gato salva vida de bebê abandonado na Alemanha

da Folha Online

Um gato salvou a vida de um recém-nascido abandonado no meio da noite na porta de uma casa da cidade alemã de Colônia (região oeste). O felino conseguiu acordar com miados o dono da casa que pôde assim resgatar a criança, informou neste sábado a polícia.

O proprietário abriu a porta para ver por que o gato estava fazendo tanto barulho e descobriu o recém-nascido, que poderia ter morrido de hipotermia devido ao frio na cidade.

"Este gato é um herói", afirmou o porta-voz da polícia Uwe Beier. "Seu miado alto chamou a atenção do proprietário da casa e salvou o bebê de ter sua vida em risco por hipotermia.

Beier disse que a criança do sexo masculino foi levada para o hospital às 5h da última quinta-feira (meia-noite de quarta-feira no Brasil), quando a temperatura durante a noite era de cerca de zero grau, e que ele sofreu apenas de uma leve hipotermia.

Segundo a polícia, não há informações sobre quem são os pais ou responsáveis pela criança.

Com Reuters

Especial

[Leia o que já foi publicado sobre bebês abandonados](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/uit94u94869.shtml>

Links no texto:

[Leia o que já foi publicado sobre bebês abandonados](#)

Folha Online - Mundo - Gato salva vida de bebê abandonado na Alemanha - 15/04/2006

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com...>

<http://busca.folha.uol.com.br/search?q=%22bebe+abandonado%22&site=online&src=redacao>

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

FOLHAONLINE

05/02/2007 - 22h12

Polícia busca mãe de bebê abandonado a 29° C negativos no Canadá

da Efe, em Toronto
da Folha Online

A polícia canadense busca a mãe de uma recém-nascida que foi abandonada na porta de uma casa na localidade de Saskatoon (oeste) quando a temperatura ao ar livre chegava aos 29° C negativos.

O bebê, que tinha menos de uma hora de vida quando foi abandonada, no último sábado, em Saskatoon (capital da Província de Saskatchewan, a 2.300 km ao noroeste de Toronto), está em boas condições de saúde.

Segundo o sargento de polícia de Saskatoon, a menina recém-nascida teve sorte ao ter sido encontrada a tempo, pois "apesar de estar completamente coberta, não sobreviveria muito tempo" devido ao frio.

De acordo com a mídia local, a menina --que recebeu temporariamente o apelido de Peeká (nome do cachorro da pessoa que a encontrou) ainda tinha o cordão umbilical quando foi deixada.

Latidos

Ed Anderson, 58, encontrou o bebê na porta traseira de sua casa quando saía para fazer compras.

Ele disse que a princípio não notou que se tratava de uma recém-nascida "porque ela estava totalmente coberta". O cão de Anderson latiu em várias ocasiões, durante cerca de dez minutos, para chamar a atenção para o "embrulho" na porta traseira da casa antes que seu dono encontrasse o bebê.

A mulher de Anderson, que é enfermeira, imediatamente procurou esquentar a menina enquanto o casal esperava pela chegada da polícia.

A polícia busca a mãe da recém-nascida por temer que ela apresente problemas de saúde após o parto.

Leia mais

- [Tempestades na Flórida deixam saldo de 19 mortos](#)

Especial

- [Leia o que já foi publicado sobre bebês abandonados](#)
- [Leia o que já foi publicado sobre tempestades nos EUA](#)
- [Leia o que já foi publicado sobre tempestades na Europa](#)
- [Veja fotos do frio e da neve em regiões dos Estados Unidos](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104420.shtml>

Links no texto:

Tempestades na Flórida deixam saldo de 19 mortos

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104325.shtml>

Leia o que já foi publicado sobre bebês abandonados

<http://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=beb%EA%2Babandonado&src=redacao>

Leia o que já foi publicado sobre tempestades nos EUA

<http://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=%22tempestades+nos+EUA%22&src=redacao>

Leia o que já foi publicado sobre tempestades na Europa

http://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=%22tempestade*+na+Europa%22&src=redacao

Veja fotos do frio e da neve em regiões dos Estados Unidos

http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/galeria-20070117-frio_eua.shtml

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.



23/07/2008 - 16h47

Cadela salva recém-nascido abandonado em MG



Eduardo Kattah
Em Belo Horizonte

Um recém-nascido foi salvo na madrugada de hoje por uma cadela após ter sido abandonado em um lote vago na cidade de Santo Antônio do Monte, região centro-oeste de Minas Gerais, a 185 quilômetros de Belo Horizonte. A cadela mestiça Xuxa se tornou a atração do bairro Nossa Senhora de Fátima por ter encontrado e arrastado até a calçada a caixa de papelão em que o bebê estava. O merino foi encontrado sujo de sangue e ainda com o cordão umbilical.

De acordo com vizinhos, a dona da cadela, Maria Luzia Campos, de 27 anos, acordou com os latidos do animal. Estranhando o comportamento de Xuxa, a mulher decidiu abrir o portão. A cadela saiu em disparada, atravessou a rua e entrou no lote vago, de onde saiu puxando pela boca e empurrando com o focinho a caixa de papelão. Quando percebeu que se tratava de uma criança, Maria Luzia chamou o vizinho Valdeci Antônio da Silva, de 35 anos, que acionou a Polícia Militar (PM).

Na opinião de Valdeci, a ação da cadela foi providencial para a sobrevivência do bebê. "A gente não sabe quanto tempo a criança ficou lá no sereno. Estava bem frio aqui e se não fosse a cadela, não tínhamos achado naquela hora e ela podia não ter sobrevivido", disse. Maria Luzia contou que só quando chegou perto da caixa de papelão conseguiu escutar o choro do recém-nascido.

O bebê foi levado para a Santa Casa da cidade, onde permanecia internado. Seu estado de saúde é considerado estável, segundo a psicóloga Janaina Machado. O recém-nascido chegou ao hospital com 44 centímetros e pesando 2,620 quilos. Ele passou por uma incubadora e depois foi colocado em um berço aquecido. O menino passará por todos os exames clínicos e iniciou uma dieta nutricional. A Polícia Civil informou que vai instaurar inquérito para investigar o caso. Não há informações sobre o paradeiro da mãe.

FOLHAONLINE

05/02/2008 - 19h03

Recém-nascida é abandonada em terminal de ônibus de Florianópolis (SC)

Colaboração para a **Folha Online**

Uma recém-nascida foi encontrada no terminal de ônibus de Florianópolis (SC) na tarde desta terça-feira (5).

Segundo informações da Polícia Militar, por volta das 16h de hoje, uma mulher ligou para o terminal e informou que havia um bebê no banheiro feminino.

A criança foi encontrada pelos policiais militares enrolada em um cesto. Nele, um bilhete com um pedido para que a criança fosse adotada.

A recém-nascida, de aproximadamente três dias de vida, foi levada para a Maternidade Carmela Dutra e seu estado de saúde é bom. Depois, ela deverá ser encaminhada para o Conselho Tutelar.

Outro caso

Em São Paulo, um morador da cidade de São Miguel Arcanjo (interior) encontrou um menino recém-nascido na porta de sua casa na manhã de domingo (3).

De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública, o morador ouviu o choro do bebê e encontrou a criança embrulhada em uma roupa.

O bebê foi levado para o pronto-socorro do município e passa bem, segundo a secretaria. A Polícia Civil abriu um inquérito para identificar os pais do recém-nascido.

Endereço da página:

Folha Online - Cotidiano - Recém-nascida é abandonada em terminal de ônibus de Florianópolis...

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com...>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u369845.shtml>

Links no texto:

Bebê morre após ser atropelado com a mãe em Caxias do Sul

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u369422.shtml>

Recém-nascido é encontrado embrulhado em jornais em São Paulo

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u366970.shtml>

Livros orientam futuras mães a lidar com a gravidez e os primeiros meses de vida dos bebês

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u353560.shtml>

Livros mostram como educar filhos e manter crianças e adolescentes fora de perigo

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u302039.shtml>

Leia o que já foi publicado sobre crianças abandonadas

<http://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=crian%EA7as+abandonadas>

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.



- [Home](#)
- [Kuwait](#)
- [Kuwait Crime](#)
- [World](#)
- [Business](#)
- [Entertainment](#)
- [Sports](#)
- [Day By Day](#)
- [Opinion](#)
- [Health](#)
- [Letter To Editor](#)
- [Public Opinion](#)
- [Legal Clinic](#)
- [Rate Card](#)
- [User News Letter](#)
- [Contact Us](#)

Search

Kuwait Crime News

New-born baby found in garbage container

Kuwait City, Oct 26: A new-born baby abandoned in a garbage container near a restaurant in Fintas was transferred to the maternity hospital in Adan by paramedics.

Sources said the baby, which had been covered in a cloth, was heard crying from the container near the restaurant. A passer-by had reportedly informed the Operations Room about it, which immediately dispatched security and paramedic personnel to the scene to handle the situation.

The case has been registered in Fintas police station, while investigation is in progress to trail the parents.

 Print Send This Article To Your Friend

RSSTelephone Directory



[Print](#) | [Close this window](#)

Dogs "rescue" girl abandoned by mother

Tue Apr 22, 2008 2:02pm EDT

PATNA, India (Reuters) - Hundreds of villagers have flocked to a remote Indian village to see a baby girl who was saved by stray dogs after she was abandoned in a mound of mud by her mother, officials said on Tuesday.

Villagers in the eastern state of Bihar saved the newborn on the weekend after they saw three dogs barking near a baby covered with mud.

"The dogs removed the soil around and began to bark and the baby started crying which drew attention of the local villagers," Ram Narayan Sahani, a senior government official, said on Tuesday from Bihar's Samastipur district.

"The girl is crying but is safe in the lap of a childless couple who have adopted her."

Police said they were looking for the girl's mother, who they think had left the girl to die.

Female foeticide, though illegal in India, is widespread as boys are traditionally preferred to girls as breadwinners, and families have to pay huge dowries to marry off their daughters.

The United Nations says an estimated 2,000 unborn girls are illegally aborted every day in India.

(Writing by [Bappa Majumdar](#); Editing by [Alex Richardson](#))

© Thomson Reuters 2008. All rights reserved. Users may download and print extracts of content from this website for their own personal and non-commercial use only. Republication or redistribution of Thomson Reuters content, including by framing or similar means, is expressly prohibited without the prior written consent of Thomson Reuters. Thomson Reuters and its logo are registered trademarks or trademarks of the Thomson Reuters group of companies around the world.

Thomson Reuters journalists are subject to an Editorial Handbook which requires fair presentation and disclosure of relevant interests.

<http://www.reuters.com/articlePrint?articleId=USDEL21859920080422>



FOLHA DE S. PAULO | ÍNDICE GERAL

ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

E-MAIL

SAC

SHOPPING UOL

São Paulo, domingo, 21 de janeiro de 2007

FOLHA DE S. PAULO **cotidiano**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Mãe que jogou bebê em lagoa é condenada

A ex-vendedora Simone Cassiano da Silva, 30, recebeu pena de oito anos e quatro meses de prisão; defesa irá recorrer

Jurados consideram-na culpada das acusações de tentativa de homicídio qualificado, com uso de meio cruel e contra descendente

THIAGO GUIMARÃES

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

A ex-vendedora Simone Cassiano da Silva, 30, acusada de, em 28 de janeiro de 2006, atirar a filha de dois meses na lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, sentou-se das 9h de sexta às 12h45 de ontem no banco dos réus e foi condenada a oito anos e quatro meses de prisão em regime inicialmente fechado.

Após quase 28 horas de julgamento, os sete jurados do 1º Tribunal do Júri consideraram-na culpada das acusações de tentativa de homicídio qualificado por motivo torpe, com uso

de meio cruel e contra descendente.

Ré primária, Simone também foi beneficiada por ter bons antecedentes. Contudo, a idéia da mãe zelosa e arrependida, que tentou passar no julgamento, não vingou. Prevaleceu a imagem da mulher que escondeu a gravidez do homem em cuja casa morava e já havia abandonado sua filha de 11 anos por um ano.

A sentença do juiz Leopoldo Mameluque, lida às 12h45 de ontem, apontou a "determinação da ré em subtrair" do namorado a notícia da existência da filha. Presa desde a ocorrência, Simone foi levada de volta à penitenciária feminina Estevão Pinto, na capital mineira.

O advogado de Simone, o recém-formado Mateus Vergara, anunciou que irá recorrer. "A pena foi muito longa, os jurados dormiram."

Simone não esboçou reação após a sentença.

Retirada da lagoa por um auxiliar de manutenção ajudado por um vigia de museu, a menina está sob guarda provisória de um casal desde fevereiro de 2006. Foi salva porque foi atada a um pedaço de madeira.

O bebê recebeu da Justiça o nome provisório de Leticia Maria Cassiano. Seu futuro ainda depende de três processos judiciais -Promotoria e pais adotivos querem destituir o poder pátrio de Simone; o pai e a madrasta de Simone também brigam pela guarda.

A defesa da ex-vendedora admitiu que Simone -que não a registrou e a chama de Yara- deve perder a guarda da filha. No banco dos réus, Simone disse que entregou o bebê a um casal de mendigos que passava pela lagoa. O suposto casal nunca foi achado.

<http://www.1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200717.htm>

"Cesta para bebês abandonados" é inaugurada com menino de 3 anos - 15/05/2007 - Ciência e S...



15/05/2007 - 02h11

"Cesta para bebês abandonados" é inaugurada com menino de 3 anos

Tóquio, 15 mai (EFE).- Um menino de entre 3 e 4 anos foi deixado no primeiro dia de funcionamento da "cesta-incubadora" criada por um hospital japonês para recolher bebês abandonados, informou hoje a agência "Kyodo".

Segundo fontes citadas pela "Kyodo", a criança está bem de saúde e sabe dizer seu nome, foi deixado por seu pai na quinta-feira, quando foi inaugurada a primeira cesta para bebês do Japão, no hospital católico Jikei, em Kumamoto, no sudoeste do país.

A "konotori no yurikago" (em japonês, "berço da cegonha") foi criada, porém, para que os pais abandonem anonimamente recém-nascidos e não crianças mais velhas.

A Polícia de Kumamoto está investigando se o caso é de abandono ilegal por parte do pai. Mas as características da cesta do hospital criam dúvidas legais. O menino deverá ser levado a um orfanato, de acordo com a "Kyodo".

O menor foi abandonado às 15h (3h de Brasília) de quinta-feira. O ministro porta-voz japonês, Yasuhisa Shiozaki, considerou hoje o fato "intolerável, pois os pais devem cuidar de seus filhos".

O Governo japonês se encontra entre os críticos do sistema para recolher crianças abandonadas. O hospital católico defende a iniciativa como uma maneira de salvar vidas.

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, acredita que seria melhor o Governo ou as autoridades locais agirem quando os pais abandonassem seus filhos.

Em princípio os pais que deixarem seus filhos no hospital não serão levados à Justiça, segundo as autoridades de Kumamoto, uma localidade de 660 mil habitantes na ilha japonesa de Kyushu.

No entanto, a Polícia avisou que poderá agir em casos de crianças com maus-tratos.

Os empregados do centro médico são avisados por um alarme da chegada de uma nova criança à cesta. Cada bebê deverá passar alguns dias no hospital antes de ser dado para adoção ou enviado a um orfanato.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/efe/2007/05/15/ult4429u336.jhtm?action=print>

"© Agencia Efe". Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agencia Efe.



'Baby-Drops' Introduced in Germany as Infanticide Cases Spike

Tuesday, March 27, 2007

THE TIMES

BERLIN —

Desperate mothers are being urged to drop their unwanted babies through hatches at hospitals in Germany in an effort to halt a spate of infanticides that has shocked the country.

At least 23 babies have been killed so far this year, many of them beaten to death or strangled by their mothers before being dumped on wasteland and in dustbins.

Police investigating the murders are at a loss to explain the sudden surge in such cases, which have involved mothers of all ages all over the country.

City councils have launched an advertising campaign to highlight the problem and to promote greater use of what are being called Baby-Klappe hatches that allow women to drop off their babies to be found and cared for without having to give their names. Posters were being put up in cities and towns across Germany yesterday, urging women to make use of the Baby-Klappe, with the slogan "Before babies land in the rubbish bin . . ."

The campaign has already drawn criticism from senior clergymen and from charities, including Caritas, who argue that it could actively encourage mothers to dump their children. But there is agreement that something must be done to address what appears to be an infanticide epidemic.

Last Thursday a 27-year-old woman known as Sabine H surrendered to police in an east German town after her newborn child was found in a blue plastic rubbish bag floating in a lake.

In the same week Monika K, 26, was arrested on suspicion of throwing her baby out of a 10-storey Hamburg apartment building, wrapped in a plastic shopping bag. She had given birth to him half an hour before, in the bathtub. A dog found the bag and tore it open.

For the past week, Susanne H from Baiersdorf in Bavaria has been on trial for strangling her baby daughter and putting her in the freezer. The 39-year-old mother of two boys, aged 10 and 4, feared her boyfriend's disapproval. "He threatened to throw me out if I concealed another pregnancy from him," she told the court.

Another woman was arrested in Kiel a week ago after police found two dead babies in her freezer. One was stillborn a year ago; the other was a recent live birth.

Earlier this month in Kiel, a driver pulled up to a garage and found the corpse of a young baby in a waste-paper basket. The DNA coincided with that of another baby who was fished out of a trash sorting depot a year ago; the mother has not been traced.

So far this year at least 23 cases of infanticide have come to light, well above the average. Experts believe that the true figure is even higher. Professor Helmut Kury, a criminologist, say: "Some women have a greater fear of losing their partners than of losing their child. They take desperate measures to save a relationship."

Professor Mechthild Neises, head of the Psychosomatic Unit at the Medical University in Hanover, agreed: "Such women have usually lied about their pregnancy for so long that they have stopped believing that they are actually pregnant. When the baby suddenly arrives, they panic and just want to get rid of it."

But the baby-drops, modeled on founding wheels that were first used in Italy in medieval times, are not seen as the final antidote to these killings. "Often the mother is under such psychological pressure that she doesn't even register alternatives like the Baby-Klappe," Dr Neises said.

ADVERTISEMENT



FOXNews.com - 'Baby-Drops' Introduced in Germany as Infanticide Cases Spike - Int... Page 2 of 2

But they do offer an alternative for some mothers. The drop-off point is usually hidden from view, shielded by trees and away from security cameras. The baby is put on to a tray that slides through a hole in the wall and is gently lowered into a heated cot. An alarm bell alerts nursing staff — but only after the mother has been given sufficient time to make a getaway. The baby can be reclaimed, usually up to three months later, should the mother change her mind.

In Berlin the posters, giving full addresses and phone numbers of three hospitals with baby-drops, are sponsored by Hans Wall, a businessman whose company maintains bus shelters and public lavatories. A baby was dumped in one of his shelters on a cold night last January. He became its godfather and will finance its education.

Political support for the campaign has come from the Green party, but the government is more wary, fearing legal problems. On occasions children with severe disabilities or babies aged over 3 months have been dumped: both in breach of the law.

"There are serious legal and professional arguments against baby-drops," a government spokeswoman said. "But we cannot ignore the fact that they can save lives."

In Berlin alone 6 babies have been pushed through a slot since they were introduced in 2003. Initial skepticism started to melt after a woman in eastern German was arrested for letting nine of her babies die. Some were buried in plant pots in her garden.

SEARCH

GO

[Click here for FOX News RSS Feeds](#)

Advertise on FOX News Channel, FOXNews.com and FOX News Radio

Jobs at FOX News Channel.

Internships At Fox News (Summer Application Deadline is March 15, 2007)

Terms of use. Privacy Statement. For FOXNews.com comments write to foxnews@foxnews.com; For FOX News Channel comments write to comments@foxnews.com

© Associated Press. All rights reserved.

This material may not be published, broadcast, rewritten, or redistributed.

Copyright 2009 FOX News Network, LLC. All rights reserved.

All market data delayed 20 minutes.

http://www.foxnews.com/printer_friendly_story/0,3566,261588,00.html

7/11/2009

sábado, 07 novembro 2009 | 03:44

Mundo

por Agência LUSA

Berçários para bebés abandonados na Alemanha

publicado 11:17 03 Dezembro '06

Os berçários para recolha de bebés abandonados, onde mães desesperadas podem deixar os recém-nascidos, já existem há seis anos na Alemanha mas continuam a ser controversos, sobretudo porque tudo decorre no anonimato.

Berçários para bebés abandonados na Alemanha

[O twitter](#)

[Share](#)

A primeira "Babyklappe", nome alemão que se atribuiu a estes berços, surgiu em Abril de 2000, em Hamburgo, e o Sternipark, associação de apoio à infância que a lançou, diz já ter salvo a vida, desde então, a 25 recém-nascidos.

O sucesso da "Babyklappe" em Hamburgo - entretanto já há duas na grande metrópole - teve repercussões, e já existem 78 berçários do mesmo género em toda a Alemanha.

O projecto da Sternipark vive de donativos particulares, depois do Sena do de Hamburgo lhe ter retirado os subsídios, em 2002.

O director da Sternipark, Juergen Moysich, reconheceu, em declarações à agência Lusa, que continuam a aparecer todos os anos, na Alemanha, 20 bebés abandonados mortos.

"No entanto, nas zonas onde existem berçários para recolha de bebés abandonados, o número destes trágicos casos diminuiu significativamente", acrescentou o mesmo responsável.

"É preciso recordar que, antes de termos o berçário em Hamburgo, todos os anos eram abandonados nesta cidade cinco bebés, três dos quais morriam", sublinhou Moysich.

Para este activista alemão, está fora de causa o que "era um escândalo um país civilizado obrigar mães a ter os filhos nas casas de banho das estações ferroviárias, por terem medo de ir ao hospital".

As notícias sobre os efeitos dos berçários para recolha de bebés abandonados também já existentes em Berlim, Munique, Colónia ou Estugarda, onde entretanto deixaram de aparecer praticamente recém-nascidos mortos, reforçam os argumentos da Sternipark.

Esta associação de apoio à infância abriu também uma quinta para mães que querem ter os seus filhos no anonimato, e mantém uma linha telefónica de emergência 24 horas por dia para grávidas que querem entregar os filhos.

Pouco depois de um bebé ser colocado na "Babyklappe" (um compartimento envidraçado com uma porta de acesso pelo lado exterior de um edifício, normalmente um hospital ou uma instituição de beneficência), soa um alarme para alertar o pessoal de enfermagem de que chegou um novo "inquilino".

Depois dos primeiros cuidados médicos, o Estado atribuiu uma tutela à criança, que fica entregue a uma família previamente seleccionada, até à adopção, ou até voltar para os braços da mãe, se ela, entretanto, tiver mudado de ideias, e se as suas condições de vida já o permitirem.

Muitas destas mulheres esconderam a gravidez durante vários meses, com medo das consequências.

São estudantes, mulheres que foram violadas, prostitutas ameaçadas pelos proxenetes ou jovens muçulmanas que receiam pela sua vida, e temem a chamada "vingança do sangue", por terem "desonrado" a família.

"A experiência ensinou-nos a não termos preconceitos", diz Leyla Moysic h, uma das iniciadoras do projecto "Babyklappe" da associação Sternipark.

De cerca de 200 mulheres que, nos últimos anos, abandonaram os seus bebés mas aceitaram ser acompanhadas por assistentes da Sternipark, quase dois terços decidiram mais tarde ficar com os filhos, relata a mesma activista.

A existência dos berçários para recolha de bebés abandonados, no entanto, também é contestada na Alemanha por algumas organizações humanitárias, nomeadamente a Terra dos Homens.

"Para nós, a existência das Babyklappen é ilegal, porque a Constituição impõe que todas as crianças têm o direito de saber a sua origem", disse a Lusa o coordenador de adopções da Terra dos Homens, Bernd Wacker.

Na opinião do mesmo especialista, os berçários para recolha de bebés abandonados "não salvam crianças e, ainda por cima, fazem com que haja mais crianças abandonadas".

Bernd Wacker lamenta que o Estado "não cumpra a sua obrigação, e não considere o abandono de uma criança na Babyklappe um delito, ao contrário do que sucede se uma pessoa encontrar um bebé à porta de sua casa, e o comunicar à polícia".

"Nos últimos anos, conseguimos fazer fracassar quatro projectos-legalizar as Babyklappen ou os partos anónimos, e temos esperança que o parlamento aprove a respectiva proibição nesta legislatura, embora o acordo do governo de coligação apenas se refira vagamente a esta situação", disse Bernd Wacker.

O mesmo responsável da Terra dos Homens sublinhou que, de acordo com as leis vigentes na Alemanha, "toda e qualquer mulher tem o direito de entregar

um a criança para adopção, e não é difícil o Estado arranjar pais adoptivos, porque há muito mais oferta do que procura.

Bernd Wacker referiu, neste contexto, que a Terra dos Homens, nos últimos anos, mediou a adopção por famílias alemãs de mais de 2.800 crianças de países em guerra ou em crise do chamado Terceiro Mundo, "mas todas estas crianças poderão mais tarde saber quem são os seus pais naturais, se assim o desejarem".

[0 twitter](#)

[Share](#)

<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=133028&visual=3&layout=10>

7/11/2009

From The Times

March 27, 2007

'Dump your children here' box to stop mothers killing their babies

Roger Boyes in Berlin

Desperate mothers are being urged to drop their unwanted babies through hatches at hospitals in an effort to halt a spate of infanticides that has shocked Germany.

At least 23 babies have been killed so far this year, many of them beaten to death or strangled by their mothers before being dumped on wasteland and in dustbins.

Police investigating the murders are at a loss to explain the sudden surge in such cases, which have involved mothers of all ages all over the country.

Now city councils have launched an advertising campaign to highlight the problem and to promote greater use of the Baby-Klappe hatches that allow women to drop off their babies to be found and cared for without having to give their names. Posters were being put up in cities and towns across Germany yesterday, urging women to make use of the Baby-Klappe, with the slogan "Before babies land in the rubbish bin . . ."

The campaign has already attracted criticism from senior clergymen and from charities, including Caritas, who argue that it could actively encourage mothers to dump their children. But there is agreement that something must be done to address what appears to be an infanticide epidemic.

Last Thursday a 27-year-old woman known as Sabine H surrendered to police in an east German town after her newborn child was found in a blue plastic rubbish bag trapped in the reeds of a lake.

In the same week Monika K, 26, was arrested on suspicion of throwing her baby out of a ten-storey Hamburg apartment building, wrapped in a plastic shopping bag. She had given birth to him half an hour before, in the bath. A dog found the bag and scratched it open.

For the past week, Susanne H from Baiersdorf in Bavaria has been on trial for strangling her baby daughter and putting her in the freezer. The 39-year-old mother of two boys, aged 10 and 4, feared her boyfriend's disapproval. "He threatened to throw me out if I concealed another pregnancy from him," she told the court.

Another woman was arrested in Kiel a week ago after police found two dead babies in her freezer. One was stillborn a year ago; the other was a recent live birth.

Earlier this month a driver pulled up at a car park in Kiel and found the corpse of a young baby in a waste-paper basket. The DNA coincided with that of another baby who was fished out of a rubbish sorting depot a year ago; the mother has not been traced.

So far this year at least 23 cases of infanticide have come to light, well above the average. Experts believe that the true figure is even higher. Professor Helmut Kury, a criminologist, says: "Some women have a greater fear of losing their partners than of losing their child. They take desperate measures to save a relationship."

Professor Mechthild Neises, head of the Psychosomatic Unit at the Medical University in Hanover, agreed: "Such women have usually lied about their pregnancy for so long that they have stopped believing that they are actually pregnant. When the baby suddenly arrives, they panic and just want to get rid of it."

But the baby-drops, modelled on foundling wheels that were first used in Italy in medieval times, are not the final antidote to these killings. "Often the mother is under such psychological pressure that she doesn't even register alternatives like the Baby-Klappe," Dr Neises said.

But they do offer an alternative for some mothers. The drop-off point is usually hidden from view, shielded by trees and away from security cameras. The baby is put on to a tray that slides through a hole in the wall and is gently lowered into a heated cot. An alarm bell alerts nursing staff — but only after the mother has been given sufficient time to make a getaway. The baby can be reclaimed, usually up to three months later, should the mother change her mind.

In Berlin the posters, giving full addresses and phone numbers of three hospitals with baby-drops, are sponsored by Hans Wall, a businessman whose company maintains bus shelters and public lavatories. A baby was dumped in one of his shelters on a cold night last January. He became its godfather and will finance its education.

Political support for the campaign has come from the Greens, but the Government is more wary, fearing legal problems. On occasions children with severe disabilities or babies aged over 3 months have been dumped: both in breach of the law.

"There are serious legal and professional arguments against baby-drops," a government spokeswoman said. "But we cannot ignore the fact that they can save lives."

In Berlin alone 6 babies have been pushed through a slot since they were introduced in 2003. Initial scepticism started to melt after a woman in eastern German was arrested for letting nine of her babies die. Some were buried in plant pots in her garden.

The last resorts

- In the 12th century Pope Innocence III permitted mothers to dump unwanted, and often illegitimate babies, on church doorsteps
- In 14th-century Florence a church used a wooden cylinder, the ruota, to deposit unwanted babies
- First modern baby-drop in Germany was introduced in Hamburg in 2000. There are now more than 90
- Forms of baby-drop exist in Pakistan and the Philippines. Japan has just approved a "stork cradle"
- Some US states allow newborn babies to be left anonymously on hospital and fire station doorsteps

Sources: German Green Party; saveabandonedbabies.org

Contact our [advertising team](#) for advertising and sponsorship in Times Online, The Times and The Sunday Times, or place your [advertisement](#).

Times Online Services: [Dating](#) | [Jobs](#) | [Property Search](#) | [Used Cars](#) | [Holidays](#) | [Births, Marriages, Deaths](#) | [Subscriptions](#) | [E-paper](#)
News International associated websites: [Gibrix Property Search](#) | [Milkround](#)

Copyright 2009 Times Newspapers Ltd.

This service is provided on Times Newspapers' [standard Terms and Conditions](#). Please read our [Privacy Policy](#). To inquire about a licence to reproduce material from Times Online, The Times or

The Sunday Times, click [here](#). This website is published by a member of the News International Group. News International Limited, 1 Virginia St, London E98 1XY, is the holding company for the News International group and is registered in England No 81701. VAT number GB 243 8054 69.



<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article1572569.ece?print=yes&randnum=1...>

Segunda-feira, 26/02/2007

Imprimir >

Itália reinventa roda para salvar bebês abandonados

null

Por Philip Pulella

ROMA (Reuters) - A Itália está reinventando a roda para salvar bebês de serem abandonados em latas de lixo.

A ministra de Assuntos Familiares, Rosy Bindi, disse querer que todos os hospitais da Itália tenham uma versão moderna da medieval "roda dos expostos", em que bebês indesejados eram deixados em conventos.

Durante o fim de semana, um bebê foi abandonado em um dispositivo de alta tecnologia instalado recentemente em um hospital de um bairro pobre nas cercanias de Roma.

A pessoa que deixou a criança entrou em uma sala acessível apenas pelo lado de fora, abriu um recipiente de vidro, e depositou o bebê em um berço aquecido em uma sala por dentro.

Sensores eletrônicos detectaram o movimento no berço e dispararam um alarme para médicos no Hospital Casilino, que chegaram em 40 segundos e cuidaram do menino, a quem chamaram de Stefano.

Rodas medievais eram cilindros de madeira instalados em paredes de conventos ou igrejas. O bebê era colocado no cilindro pela parte de fora e este era girado para dentro, onde freiras cuidavam da criança e tentavam encontrar novos pais para ela.

Difícilmente passa-se um mês sem que saiam notícias de um recém-nascido abandonado na estrada ou, mais comumente, em latas de lixo nas ruas.

Bindi disse que vai conversar com a ministra da Saúde, Livia Turco, sobre a possibilidade de disponibilizar o berço "em todas as maternidades".

Acredita-se que a primeira "roda dos expostos" tenha sido instalada em Roma em 1198, sob ordem do papa Inocêncio 3o, que estava alarmado com o número de recém-nascidos, normalmente ilegítimos, capturados pelas redes de pescadores no rio Tigre.

O ditador Benito Mussolini oficialmente aboliu as rodas em 1923.

(Por Philip Pulella)

Encontre essa notícia em:

<http://bbb.globo.com/BBB7/Internas/0,,7530,00.html>

Fechar X

Imprimir >


[Notícias](#)
[Grandes Reportagens](#)
[Coberturas Temáticas](#)
[Banco de Imagens](#)
[Multimídia](#)
[Todos os Assuntos](#)
[Canal do Leitor](#)
[INFOGRAFIA](#) | [VIDEOS](#) | [AUDIOS](#) | [MAPAS](#) | [BLOGS](#) | [GALERIAS DE FOTOS](#) | [OUVIDORIA ABR](#)
[A Empresa](#) | [Fale Conosco](#) | [Trabalhe Aqui](#) | [Contas](#) |
BUSCA:

Projeto de lei quer legalizar parto anônimo

Mariana Jungmann
Repórter da Agência Brasil

- B** Brasília - Um novo projeto de lei (PL) em tramitação no Congresso, sobre os direitos reprodutivos das mulheres, está gerando polêmica. O PL que prevê o direito ao parto anônimo quer garantir que toda mulher grávida que não queira a criança possa entregá-la para adoção em absoluto anonimato.
- B** O criador do projeto é o Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFam) e ele foi levado para a Câmara Federal pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).
- R** "O meu projeto tenta regulamentar um instituto já existente no Brasil desde o tempo do império, quando os filhos bastardos eram deixados nas portas dos conventos, na roda", explica o deputado.
- "Buscamos uma alternativa para que a mãe que não tenha condições de criar seu filho possa entregar para adoção sem que se reconheça a origem", completa.
- De acordo com uma das autoras, a vice-presidente do IBDFam, Maria Berenice Dias, o projeto ainda não estava concluído quando foi levado para o Congresso.
- No anteprojeto, apresentado no *site* do instituto, não fica claro, por exemplo, de que forma a mãe deixará expressa a vontade de entregar a criança - já que ela fará questão do anonimato.
- "A partir do momento que ela revelar essa vontade, começa o acompanhamento psicológico, mas sem aquela tentativa perversa de dissuadi-la. Então, se ela não quiser mesmo, ela simplesmente vai embora e o filho fica", explica Maria Berenice. "Mas não dá para ser feito tudo verbalmente... Um papel ela vai ter que assinar", acrescenta.

[fale com a Ouvidoria](#)

Agências Parceiras



Portugal Argentina

O conteúdo deste site é publicado sob uma [Licença Creative Commons Atribuição 2.5. Brasil](#).

[Expediente](#) | [Fale com a redação](#)



[A empresa](#) [Fale conosco](#) [Trabalhe aqui](#) [Contas](#)

BUSCA:

[Notícias](#) [Grandes Reportagens](#) [Coberturas Temáticas](#) [Banco de Imagens](#) [Multimídia](#) [Todos os Assuntos](#) [Canal do Leitor](#)

[INFOGRAFIA](#) | [VIDEOS](#) | [AUDIOS](#) | [MAPAS](#) | [BLOGS](#) | [GALERIAS DE FOTOS](#) | [OUVIDORIA ABR](#) |

Proposta do parto anônimo deve receber substitutivo em março

Mariana Jungmann
Repórter da Agência Brasil



Brasília - Para tentar apresentar um texto mais completo sobre o projeto de lei (PL) que trata do parto anônimo, um substitutivo deve ser apresentado pelo deputado Sérgio Barradas (PT-BA) no início de março, em parceria com Eduardo Valverde (PT-RO).



Segundo Barradas, o novo texto vai estabelecer, por exemplo, que seja feito um registro da mãe para ficar guardado em segredo pelo hospital. Esse sigilo serviria, por exemplo, para esclarecer possíveis dúvidas sobre o desejo da mãe de entregar a criança. E ainda poderia ser quebrado, por medida judicial, para evitar situações de incesto ou em caso de busca da família biológica para doação de órgãos.



Sérgio Barradas não explica como seria feito o registro da criança. Isso porque, ~~para o assentamento, a criança não descobriria o nome da mãe, como acontece atualmente em situações de entrega para adoção.~~

"A criança seria registrada pelos pais adotivos", sugere Barradas. Mas, no caso de crianças que não sejam adotadas imediatamente, ou nunca alcancem a adoção, o projeto não prevê solução para o registro civil. "A lei nunca abrange todos os casos. Nesse projeto nós estamos dando solução a uma parte", alega o deputado.

 [fale com a Ouvidoria](#)



O conteúdo deste site é publicado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 2.5. Brasil.

[Expediente](#) [Fale com a redação](#)

[Agências Parceiras](#)

PAÍS

PARTO ANÔNIMO

Especialistas divergem sobre proposta de adoção anônima para evitar abandono de bebês

Publicada em 04/10/2007 às 17h02m

Cleide Carvalho, Hilda Badenes e João Sorima Neto - O Globo Online

RIO E SÃO PAULO - Os casos da recém-nascida jogada em um córrego pela mãe, em Minas , e do bebê encontrado dentro de um balde, em São Paulo , levantam o debate sobre as crianças abandonadas no país. Para evitar situações extremas como estas, alguns países - como França, Itália, Alemanha e Bélgica - adotaram o "parto anônimo". A prática permite que a gestante passe pelo pré-natal, dê à luz e entregue o bebê para adoção no hospital, sem se identificar.

Mas a proposta é polêmica. A Espanha aboliu essa prática da sua legislação, e o Comitê dos Direitos das Crianças das Nações Unidas a considera uma violação ao direito da criança de conhecer sua identidade. (Você acha que a medida poderia valer no Brasil?)

- Saber a origem genética é importante. Mas não saber é melhor do que ser jogado no lixo. E isso já acontece nos bancos de sêmen. Uma das condições dos doadores é preservar sua identidade - pondera Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM).

O médico Denis Moraes Ferrari, obstetra e especializado em pré-natal da família, não concorda com a proposta. Para ele, é preciso fazer valer a gravidez responsável do casal.

- Todos os humanos são responsáveis por uma criança nova que vem ao mundo, mas a responsabilidade é colocada para um casal. O casal tem que responder pelo ato que pratica, não pode ficar incólume, nem anônimo. Cada criança, mesmo de prole, tem no mínimo uma mãe certa. Não tem essa história de ser anônimo, é figura de linguagem. Esta pessoa tem que responder por esta criança que trás ao mundo e pela educação que dá a ela, pela humanização - afirma.

Médico que foi abandonado bebê concorda com a proposta

O "parto anônimo" exime as mães biológicas de qualquer responsabilidade judicial e a criança só é registrada ao ser adotada por uma nova família.

- A tragédia do abandono deixa marcas, senão físicas, psicológicas nas crianças. O "parto anônimo" é uma forma suave de minorar esse trauma. Em vez de jogar no lixo ou no esgoto, entrega a criança para adoção - explica Rodrigo.

O médico Renato Costa Monteiro, de 81 anos, acredita que o parto anônimo pode ser uma alternativa às mães que não têm condições de criar os filhos. O abandono oficial de crianças, que no Brasil existiu com a 'roda dos expostos' - a última a ser desativada foi a da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - salvou a vida dele próprio. Monteiro foi uma das 5.696 crianças abandonadas na 'roda' do hospital paulista .

- O parto anônimo é uma coisa meio esquisita. Mas diante dos casos que estamos vendo atualmente, pode ser uma alternativa para evitar esses dramas. A própria 'roda' era uma alternativa para que esses casos não acontecessem - diz o médico, que descobriu nos 6 anos ter sido deixado na "roda."

Proposta será discutida em congresso de direito de família

Saber a origem genética é importante. Mas não saber é melhor do que ser jogado no lixo

O casal tem que responder pelo ato que pratica

A proposta de implementação do "parto anônimo" no Brasil será discutida no VI Congresso Brasileiro de Direito de Família, que acontece em novembro, em Minas.

- Acredito que deste encontro saia uma proposta de projeto de lei para o Congresso - avalia Rodrigo.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), casos como o da recém-nascida jogada no córrego são raros. Alison Sutton, coordenadora da área de proteção do Unicef, explica que normalmente as mães que não têm condições de criar os filhos abandonam as crianças em um local seguro - próximo a clínicas ou hospitais, por exemplo.

- Jogar no lixo ou num rio é uma atitude extrema - avalia.

Especialistas divergem sobre proposta de adoção anônima para evitar abandono de bebês - O Gl...

<http://oglobo.globo.com/pai/mat/2007/10/04/298003766.asp>

[Imprimir esta página](#)

18/11 - 11h57

Pesquisadora analisa as causas de abandono de bebês prematuros na capital

Falta de estrutura familiar favorece a rejeição da mãe em relação à criança



O alto índice de nascimento de bebês prematuros no Hospital Universitário, Unidade Materno Infantil, chamou a atenção de pesquisadores da UFMA. A aluna de pós-graduação do Mestrado em Saúde Materno - Infantil e pediatra Neonatologista, Rosângela Torquatto Fernandes, fez um estudo com 12 mães de crianças prematuras para saber qual a relação da prematuridade e o abandono.

A pesquisadora constatou que as causas são multifatoriais e envolve questões de exclusão social, impossibilidade de abortar legalmente e a não-realização do procedimento completo do pré-natal de no mínimo oito consultas médicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, além do medo e da falta de estrutura familiar. Problemas

decorrentes da prematuridade em alguns casos como hidrocefalia, paralisia cerebral e complicações pulmonares também favorecem a rejeição da mãe em relação ao bebê. O abandono é mais recorrente com mães adolescentes, solteiras e de classe social mais baixa.

A estudo foi realizado no HU Materno Infantil, no setor de Neonatologia correspondendo a UTIN(Unidade Terapia Intensiva NeoNatal, Unidade Mãe bebê e Ambulatório de Seguimento) no período de setembro de 2007 a março de 2008. Foram entrevistadas 12 mães de bebês prematuros nascidos de partos de 24 semanas (cinco meses e meio) e não foram levadas em conta mães de bebês portadores de malformações ou asfíxia.

No Brasil, a estimativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) é de que existam hoje cerca de 80 mil crianças e adolescentes abandonadas à espera de adoção em abrigos no país. De acordo com a pesquisadora, um estudo sobre exclusão social aponta o Maranhão como o estado com a maior quantidade de excluídos sociais, por isso o assunto torna-se uma questão de saúde pública. "O intuito da minha pesquisa é compreender como se dá este processo de abandono com mais profundidade, no sentido de favorecer a discussão do problema e criar meios de proteção e suporte a essas crianças e suas famílias durante a gestação estendendo-se até o primeiro ano de vida do bebê, período de maior vulnerabilidade", explica. "Quero contribuir não só para prevenir o abandono, mas para diminuir também a taxa de mortalidade infantil e de violência presente na nossa sociedade", finaliza.

Atualmente, o Hospital Universitário mantém um setor no Materno Infantil, a Unidade Mãe e Bebê,

que atende e acompanha as mães logo após o nascimento de bebês prematuros. Mas a pesquisadora acredita que este trabalho deve ser estendido às casas e às famílias destas mães, valorizando o ambiente e as relações familiares.

Perfil da pesquisadora

Rosângela Torquatto Fernandes - Médica do Serviço de Neonatologia HUUFMA, especialista em Terapia Familiar é aluna do Programa de Pós-Graduação Saúde Materno Infantil. Tem estudos publicados sobre o tema "A interação social e a relação com a amamentação" .

Lugar: UFMA / Ascom

Fonte: Josie Bastos

http://www.ufma.br/noticias/noticias_imprimir.php?codigo1=4701

Juiz defende adoção para evitar abandono de bebês

20 de outubro de 2007 • 19h09 • atualizado às 19h59

- [Noticias](#)



Se Michele tivesse sobrevivido, ela seria encaminhada para um dos 203 casais que estão na fila de adoção em Contagem
20 de outubro de 2007

Foto: Ney Rubens/Especial para Terra

Ney Rubens
Direto de Belo Horizonte

Minas Gerais

Os recentes casos de abandono e morte de bebês em Minas Gerais poderiam ter sido evitados se os pais tivessem entregue as crianças para a adoção na maternidade onde elas nasceram ou na Vara da Infância e Juventude da cidade onde moram. A opinião é do juiz coordenador do Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Marcos Padula. Dessa forma, segundo ele, os pais escapariam da punição pesada da lei e as crianças teriam maiores chances de sobrevivência, podendo ser criadas por famílias com melhores condições financeiras e dispostas a oferecer carinho e uma criação saudável.

» [Veja mais fotos](#) 

» [Pobreza é principal causa de abandono](#)

» Presa suspeita de jogar bebê em lixo

» Opine sobre o assunto

Conforme o juiz, a pobreza e a falta de recursos são a justificativa mais comum apresentadas pelos pais que desistem de criar os próprios filhos. Padula confirma que o abandono não é um crime quando ocorre de forma que respeite e garanta a segurança da criança. "Por isso a Justiça oferece meios para que aquela criança rejeitada tenha a oportunidade de ser entregue a uma família adotiva", disse.

Pelo menos três casos chocaram o Estado de Minas Gerais nos últimos dois anos. Em 28 de janeiro do ano passado, segundo a polícia, a vendedora Simone Cassiano da Silva, 30 anos, teria jogado a própria filha de 3 meses de vida na água poluída da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.

A menina foi resgatada por um homem que caminhava na orla e por um vigia do Museu de Arte da Pampulha. Leticia, nome que ganhou da Justiça, hoje vive com uma família que a adotou. A vendedora cumpre pena de 8 anos e 4 meses de prisão pela tentativa de homicídio.

No último dia 30 de setembro, o bebê que teria sido jogado no rio Arrudas pela mãe, Elisabete Cordeiro dos Santos, 25 anos, não teve a mesma sorte. Depois de ficar internada por cinco dias em uma maternidade, a pequena Michele, nome que recebeu dos funcionários do hospital, morreu vítima de um edema, infecção generalizada e falência múltipla de órgãos.

Elisabete foi presa e indiciada por homicídio doloso, juntamente com uma vizinha, que teria comprado para ela remédios para abortar. Se condenadas, elas podem pegar entre 12 e 30 anos de cadeia.

No dia 9 de outubro, um bebê foi encontrado morto dentro de um saco plástico por catadores de lixo em um aterro sanitário de Monte Sião, no sul do Estado. A mãe foi presa três dias depois e confessou o crime.

Sarita Gomes, 20 anos, afirmou em depoimento que teria escondido a gravidez da família e teria colocado o bebê no saco de lixo porque teria achado que o filho já tivesse nascido morto. Ela também foi presa. A polícia aguarda um laudo do Instituto Médico Legal para verificar se o bebê morreu depois de nascer. Neste caso, Sarita será indiciada por homicídio doloso, em que há a intenção de matar, e também pode ser condenada a até 30 anos de prisão.

Para o juiz Marcos Padula, a atitude destas três mães, e de outras pelo País afora, é inaceitável. "O crime é abandonar a criança indefesa em qualquer lugar, sem garantias de que vá sobreviver", comentou. "Elas podem ser entregues no juizado da infância, ou mesmo na própria maternidade que vai encaminhá-la para nós. Aqui, fazemos toda a avaliação do caso, procuramos entre os parentes alguém que deseje assumir a guarda, se não tiver procuramos um casal de pais adotivos entre os que já temos cadastrados."

Fila de adoção

Segundo o juiz, hoje existem 705 crianças com idades até 18 anos em abrigos de Belo Horizonte que aguardam para serem adotadas. E aproximadamente 490 casais na fila de

adoção. Padula revela que a preferência dos interessados é por recém-nascidos, do sexo feminino e de cor branca.

"Essas especificidades criadas pelos casais dificultam a adoção, porque selecionam e tornam mais limitada a chance das crianças mais velhas saírem dos abrigos", comentou.

"Para esses a maior oportunidade é pelos estrangeiros que geralmente não apresentam tantas restrições."

Redação Terra

<http://noticias.terra.com.br/brasil/Interna/0,,O12008009-E1306,00.html>